

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS (CCHB)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



JOÃO PAULO BLOCH DE FARIAS

**VISITAÇÃO CARCERÁRIA E A SUA MANIFESTAÇÃO EM MUNICÍPIOS  
TURÍSTICOS: O CASO EM SÃO VICENTE (SP)**

Sorocaba

2023

JOÃO PAULO BLOCH DE FARIAS

**VISITAÇÃO CARCERÁRIA E A SUA MANIFESTAÇÃO EM MUNICÍPIOS  
TURÍSTICOS: O CASO EM SÃO VICENTE (SP)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Henrique Costa da Silva.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Sorocaba  
2023

FARIAS, JOAO PAULO BLOCH DE

Visitação carcerária e a sua manifestação em municípios turísticos: o caso em São Vicente (SP). / JOAO PAULO BLOCH DE FARIAS -- 2023. 136f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba  
Orientador (a): Carlos Henrique Costa da Silva  
Banca Examinadora: Rita de Cassia Lana, Juliana Maria Vaz Pimentel  
Bibliografia

1. Dinâmica espacial. 2. Turismo sócio-familiar prisional. 3. penitenciárias. I. FARIAS, JOAO PAULO BLOCH DE. II. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato João Paulo Bloch de Farias, realizada em 19/04/2023.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Carlos Henrique Costa da Silva (UFSCar)

Profa. Dra. Rita de Cássia Lana (UFSCar)

Profa. Dra. Juliana Maria Vaz Pimentel (UNESP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

## AGRADECIMENTO

Mesmo após a conclusão da graduação, ainda havia um gás em mim que me motivava a continuar a investigação científica do turismo relacionada a municípios com prisões. Por essa razão, busquei programas de pós-graduação em áreas correlatas das humanidades com o intuito de abrir novas portas e fazer novas descobertas no universo prisional brasileiro. A pesquisa em turismo também pode responder e esclarecer questões relacionadas a essa realidade.

Como o mercado do turismo experimentou algo sem precedentes, todo o turismo parou, algo que um recém-formado jamais esperaria. Assim, os estudos e as aulas concluídas me abraçaram e me confortaram durante a pandemia de covid-19.

O amadurecimento intelectual dessa fase acadêmica foi o que mais senti, e entrar em uma área diferente da minha permitiu apreender importantes conhecimentos geográficos e saber como é a sociedade hoje; pude compreender e questionar. Obrigado aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGGeo.

A pandemia colocou vários obstáculos nessa caminhada: a validade dos objetivos da pesquisa, atrasos na ida à campo e, o que considero o mais importante, a distância das atividades presenciais da universidade, como estar nas aulas presenciais, conhecer e compartilhar momentos com colegas de turma e vivenciar a própria experiência em estar em Sorocaba, uma cidade universitária.

Me alegra que a área da educação tenha recuperado a atenção federal. Vivemos tempos sombrios... Agora, os alunos e pesquisadores podem voltar a sonhar e a lutar pelas oportunidades que surgem nessa fase, possibilidades que geram ainda mais conhecimento e estímulo através financiamento e atividades de intercâmbio. Para quem estava descartando a possibilidade do doutorado, já estou ansioso! Assim, agradeço ao atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, que, em menos de 50 dias de governo, aumentou o valor de todas as bolsas de pesquisa, além de ampliar o número delas! Reconstrua nosso país, olhando, sim, para aqueles que mais precisam. “Fazuéli”.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos e colegas, que sempre me incentivaram, me apoiaram, acreditaram em mim e se interessaram pela pesquisa. Aos antigos que continuam presentes mesmo com a distância: Bebê, Manduri, Baiana, Deise, Sam, Gianni e Xena. E obrigada a todas as pessoas próximas que se importam e dividem momentos comigo em Mairiporã! Além disso, agradeço aos colegas que conheci nas disciplinas via Meet; uma esplêndida defesa de mestre para todos.

Obrigado, UNESP Rosana, pelas oportunidades que surgiram mesmo sendo um egresso. É muito bom compartilhar e auxiliar o lugar onde cresci profissional e academicamente. Além disso, professora Juliana, sua dedicação me inspira, fico muito feliz em tê-la ao meu lado em mais uma fase da minha vida.

Ao professor Rico, meu orientador, agradeço a paciência e a oportunidade de compartilhar comigo seu conhecimento e experiência, por aceitar orientar este trabalho e por me ajudar a amadurecer as ideias, obrigado!

Por fim, sou eternamente grato ao meu pilar, as quatro mulheres da minha vida, Silvana, Daiane, Elizabeth e Yasmim, vulgo mãe, irmã, vó e sobrinha. Dedico essa conquista a todas vocês. Tudo o que aprendi com vocês foi a base para me tornar a pessoa que sou hoje, um homem esforçado que luta pelos meus objetivos.

À bolsa CAPES pelo financiamento que foi responsável por tudo que desenvolvi.

E o mais importante, mais uma vez, obrigado aos participantes do estudo por nos cederem espaço para revelarmos os detalhes de sua rotina de visitação. Espero, sinceramente, que este estudo e outros relacionados a ele possam ajudá-los nas suas relações na cidade em respeito ao acolhimento e, acima de tudo, a atrair a atenção de mais comerciantes para suprir suas necessidades e, ao longo do tempo, que as autoridades de diversas áreas possam intervir para tornar a deslocação aos locais de visitação mais tranquila.

E, assim, após o término dessa fase, estou cada dia mais perto do meu sonho de ser professor universitário e ensinar temas relacionados a viagens e turismo.

Tenham uma ótima leitura!

João Bloch

Nesse universo, onde as relações de força e os mecanismos de poder estão permanentemente sob tensão e confronto, o dispositivo da visita íntima aparece como mais um elemento irradiador de poder, reequilibrando forças, atuando a favor tanto do grupo de apenados quanto da administração prisional e da própria mulher visitante.

(BASSINI, 2011, p. 276).

## RESUMO

FARIAS, J. P. B. Visitação carcerária e a sua manifestação em municípios turísticos: o caso em São Vicente (SP). 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023.

Nas cidades onde estão localizadas as unidades prisionais de São Paulo, é possível identificar as dinâmicas espaciais que se apresentam quando chegam os familiares dos presos. O que chamamos de turismo sócio-familiar prisional corresponde à viagem em massa de visitantes com o objetivo de visitar seus entes condenados. Sob esse ponto de vista, esta pesquisa, a nível de mestrado, visa analisar geograficamente como ocorrem as visitas presenciais nas unidades prisionais de São Vicente-SP e identificar os detalhes desse fenômeno em um município preparado para o turismo, onde também abriga um sistema prisional. A fim de responder aos objetivos do trabalho, a metodologia utilizada para obter os dados, em primeiro momento, foi uma combinação de pesquisa bibliográfica e análise documental, feitas por meio de material disponibilizado pelos órgãos públicos, especificamente o do Governo do Estado de São Paulo. Além disso, foi utilizada a técnica netnográfica em um grupo de visitantes no Facebook. Posteriormente, com a flexibilização da pandemia da COVID-19, foi possível realizar a observação direta e a aplicação de 16 questionários na porta das unidades prisionais nos momentos que antecederam a entrada dos familiares. A ocorrência do turismo sócio-familiar prisional pode ser abarcada pela Geografia em virtude dessa ciência possuir metodologias que permitem realizar a leitura do espaço, da mobilidade espacial e dos sujeitos que contribuem para alterar territórios. Encontrou-se na teoria dos dois circuitos da economia urbana, sobretudo no circuito inferior, um meio para compreender a realidade prisional. A respeito dos resultados obtidos, eles mostram dados inéditos que descrevem como o fenômeno do turismo sócio-familiar prisional se comportou durante a pandemia da COVID-19 e as reproduções espaciais no entorno das unidades, que ocorreram principalmente no final de semana. Conclui-se que existem prestadores de serviços no entorno do complexo prisional que encontraram oportunidades nesse fluxo e, assim, ofereceram serviços como a venda de alimentação e de vestuários exclusivos (jumbo) a esse público. Observou-se também o desinteresse dos visitantes, composto majoritariamente por mulheres, em buscar e/ou participar de atividades de lazer no local, mesmo estando em um destino turístico.

Palavras-chave: turismo sócio-familiar prisional; penitenciárias; visitantes; dinâmica espacial; São Vicente.

## RESÚMEN

FARIAS, J. P. B. Visitação carcerária e a sua manifestação em municípios turísticos: o caso em São Vicente (SP). 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023.

En las ciudades donde están ubicadas las unidades penales de São Paulo, es posible identificar la dinámica espacial que se presenta cuando llegan los familiares de los presos. Lo que llamamos turismo socio-familiar penal, corresponde al desplazamiento de visitantes con el propósito de visitar a sus familiares condenados. La intención de esta investigación a nivel de maestría pretende analizar geográficamente cómo ocurren las visitas presenciales en las unidades penales de São Vicente/SP e identificar los detalles de este fenómeno en un municipio preparado para el turismo, donde también alberga un sistema penitenciario. Para responder a los objetivos en mente, el método utilizado para obtener los datos fue investigación bibliográfica, combinada con análisis documental, realizado a través de material puesto a disposición por organismos públicos, específicamente el gobierno del estado. Además de la técnica netnográfica en un grupo de visitantes en Facebook. Posteriormente, con la flexibilización del virus COVID-19, fue posible realizar la observación directa y la aplicación de 16 cuestionarios en la puerta de la unidad penal en los momentos previos al ingreso de los familiares. La ocurrencia del turismo socio-familiar penal puede ser abarcada por la geografía, pues esta ciencia posee metodologías que permiten la lectura del espacio, de la movilidad espacial y de los sujetos que contribuyen a cambiar los territorios. Se encontró en la teoría de los dos circuitos de la economía urbana, en especial el circuito inferior, una forma de entender la realidad penal, por lo que en cuanto a los resultados obtenidos se muestran datos inéditos que describen cómo se comportó el fenómeno durante la pandemia del COVID-19 y las reproducciones espaciales en los alrededores de la unidad que ocurrieron principalmente los fines de semana. Concluimos que existen prestadores de servicios en los alrededores del complejo penal, que encuentran oportunidades en este flujo y así, ofrecen servicios como: venta de alimentos y ropas exclusivas (jumbo). Observamos también el desinterés de los visitantes, compuestos en su mayoría por mujeres, en no buscar y/o participar de actividades de ocio en el local, aún estando en un destino turístico.

Palabras-clave: turismo socio-familiar penal; penitenciarías; visitantes; dinámica espacial; São Vicente.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do sistema prisional no município de São Vicente. ....	19
Figura 2 – Interação das categorias para efeito de análise espacial.....	30
Figura 3 – Categorias da compreensão do espaço e sua relação com fluxos e fixos.....	31
Figura 4 – Participação dos circuitos nas categorias de compreensão do espaço. ....	34
Figura 5 – Exemplo de territorialidade flexível comum em espaços urbanos.....	43
Figura 7 – Mapa reconstruindo das Capitânicas Hereditárias em 2013. ....	57
Figura 8 – Planta de São Vicente, criada por Jules Martin, em 1878.....	59
Figura 9 – Planta da cidade de São Vicente, em 1899. ....	60
Figura 10 – Possíveis marcos zero de São Vicente. ....	61
Figura 11 – Localização de São Vicente e seus municípios limítrofes. ....	63
Figura 12 – Rodovias conectadas à Região Metropolitana da Baixada Santista.....	64
Figura 13 – Região administrativa de São Vicente – SV e seus principais acessos.....	64
Figura 14 – Mapa de São Vicente e suas três regiões. ....	67
Figura 16 – Vista da Favela do México para o conjunto habitacional. ....	69
Figura 17 – Ilha Porchat e sua vista para praias de São Vicente. ....	70
Figura 18 – Transformações destrutivas do capitalismo. ....	78
Figura 19 – Mapa prisional de São Paulo.....	85
Figura 20 – Estados com atraso na apresentação dos dados sobre infecção de presos. ....	88
Figura 21 – Causas da crise penitenciária no país. ....	90
Figura 22 – Monitoramento de casos e óbitos da covid-19 no Brasil. ....	91
Figura 23 – Divulgação do serviço de jumbo no grupo das visitantes.....	96
Figura 24 – Feedback nas redes sociais das visitantes consumidoras. ....	96
Figura 25 – Informações finais da anunciante do jumbo. ....	97
Figura 26 – Exemplo de marketing jurídico encontrado no grupo.....	98

Figura 27 – Publicação fixa esclarecendo dúvidas sobre os transportes. ....	99
Figura 28 – Nuvem de palavras das publicações avaliadas. ....	100
Figura 31 – Vestimentas permitidas nos dias de visitas. ....	104
Figura 32 – Banners divulgando o serviço das vans. ....	109
Figura 33 – Local de estacionamento dos carros particulares. ....	110
Figura 34 – Tendias instaladas na calçada e seus produtos. ....	112
Figura 35 – Cardápio da Barraca da Amanda. ....	113
Figura 36 – Representação espacial da visita de campo. ....	116
Figura 37 – Descrição do fluxo de visitantes a São Vicente. ....	118

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Divisão dos segmentos turísticos predominantes.....	71
Gráfico 2 – Diversidade dos meios de hospedagem de São Vicente.....	74
Gráfico 3 – Tipologia dos Alimentos e Bebidas de São Vicente. ....	74
Gráfico 4 – População prisional por regime.....	81
Gráfico 5 – População carcerária e gênero.....	82
Gráfico 6 – Faixa etária dos reclusos. ....	82
Gráfico 7 – Composição da População por Cor/Raça no sistema prisional. ....	83
Gráfico 8 – Publicações realizadas entre dezembro de 2020 a setembro de 2021.....	99
Gráfico 9 – Faixa etária das visitantes.....	105
Gráfico 10 – Grau de parentesco com o detento. ....	105
Gráfico 11 – Município de origem indicado pelas visitantes.....	106
Gráfico 12 – Modalidade de visitação realizada antes da fase 3.....	107
Gráfico 13 – Frequência de visitas realizadas durante o mês.....	108
Gráfico 14 – Meio de transporte utilizado para chegar na penitenciária.....	109
Gráfico 15 – Mantimentos do jumbo foram comprados em São Vicente. ....	111
Gráfico 16 – Valor gasto para realizar a viagem.....	113

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplificação das categorias de análise.....	29
Quadro 2 – Reação dos empresários ao fechamento do presídio. ....	52
Quadro 3 – Relação dos atrativos turísticos de São Vicente. ....	72
Quadro 4 – Diversidade dos setores turísticos de São Vicente. ....	74
Quadro 5 – Dados gerais do complexo penitenciário de São Vicente.....	86
Quadro 6 – Ações adotadas para viabilizar o contato entre presidiários e visitantes.....	93
Quadro 7 – Publicações do grupo referentes ao período de novembro de 2020 a março de 2021. .....	95
Quadro 8 – Publicações do grupo referentes ao período de abril de 2021 a junho de 2021. ...	97
Quadro 9 – Publicações do grupo referentes ao período de julho de 2021 a setembro de 2021. .....	98

## LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CDP	Centro de Detenção Provisória
CF	Constituição Federal
Cohab-Santista	Companhia de Habitação da Baixada Santista
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COMTUR	Conselho Municipal De Turismo
CPP	Centro de Progressão Penitenciária
CRP	Centro de Ressocialização de Presos
DDD	Discagem Direta à Distância
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo
ET	Estância Turística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
MC	Mestre de Cerimônia
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSC	Organização da Sociedade Civil
P1	Penitenciária 1
P2	Penitenciária 2
PCC	Primeiro Comando da Capital

PDTUR	Plano Diretor de Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
RMBS	Região Metropolitana da Baixada Santista
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SV	São Vicente

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAMINHADA METODOLÓGICA .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 1: ESPAÇO E TERRITÓRIO.....</b>	<b>26</b>
1.1 CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA EM ESPAÇOS PRISIONAIS .....	33
1.2 GEOGRAFIA E TURISMO: ENFOQUES E COOPERAÇÃO.....	38
1.3 EXPLANAÇÃO DO FENÔMENO TURISMO SÓCIO-FAMILIAR PRISIONAL .....	46
1.4 NETNOGRAFIA COMO INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	54
<b>CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE SÃO VICENTE-SP .....</b>	<b>57</b>
2.1 DADOS TURÍSTICOS DE SÃO VICENTE .....	70
<b>CAPÍTULO 3: DINÂMICAS CRIMINAIS: INTERPRETANDO O CONTEXTO                   BRASILEIRO.....</b>	<b>76</b>
3.1 DIMENSÕES DO ENCARCERAMENTO BRASILEIRO.....	80
3.2 SISTEMA PRISIONAL EM SÃO VICENTE-SP.....	84
<b>CAPÍTULO 4: NOVAS FORMAS DE APROXIMAÇÃO DAS VISITANTES EM                   TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19.....</b>	<b>88</b>
4.1 AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE VIRTUAL DA PÁGINA “O MUNDO DA CADEIA” DO FACEBOOK .....	94
4.2 DINÂMICA DA VISITAÇÃO PRESENCIAL EM SÃO VICENTE.....	101
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário aplicado com as visitantes .....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE B – Perguntas encaminhadas à comerciante.....</b>	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

Ao criar unidades prisionais no território paulista, o estado de São Paulo contribuiu para estabelecer o fenômeno do turismo prisional. Assim, além da ressocialização dos encarcerados que as visitas externas possibilitam, as unidades prisionais vivenciam, em seu ambiente, o chamado empreendedorismo prisional, representado pelo fluxo de visitantes entendidos como potenciais consumidores do comércio local da cidade, criando um ciclo econômico espacial (SILVA, 2019).

Com a construção de unidades prisionais em diversos municípios pelo interior do estado de São Paulo entre 1970 a 1980, houve uma dinamização na economia regional devido à chegada de investimentos nesse tipo de infraestrutura vinculada à segurança pública. A construção civil foi um dos setores que mais se beneficiou com a expansão das unidades prisionais, e a demanda de servidores para trabalhar dentro das prisões aumentou.

Esse acontecimento é nomeado como “política de interiorização das unidades prisionais” por Sabaini (2012), o qual mostra que a presença das unidades prisionais mudou a circulação de pessoas e a oferta de bens e serviços dentro do estado de São Paulo, criando novos espaços e fluxos. Isso foi possível porque os familiares dos presos precisam se deslocar de suas cidades de origem até os municípios onde seus parentes passam a se localizar para cumprir a pena.

Observa-se, no entorno dos complexos penitenciários, o aparecimento de pequenos estabelecimentos comerciais, pois os comerciantes veem nele a oportunidade de gerar renda e emprego. Começam, então, a surgir fretamentos, hospedagens e vendas de alimentação e de vestuários dedicados ao público de visitantes. Isso acontece, por exemplo, quando a roupa da visitante não está dentro das normas de visita ou quando ela esquece de uma peça em específico e pode adquirir nas barracas próximas. Assim, a demanda por esses serviços essenciais e complementares surge nos momentos que antecedem a visita e são úteis aos cidadãos durante sua estada na cidade.

Tendo em vista essas considerações, o propósito deste estudo é analisar e identificar os fenômenos associados às dinâmicas espaciais durante as visitas presenciais nas unidades prisionais de São Vicente-SP, principalmente nos finais de semana, considerados dias de visita. Essas dinâmicas acabam por atingir o turismo, pois esse fluxo consome serviços relacionados a viagens.

Ao analisar um complexo penitenciário no estado de Pernambuco, Arruda (2014, p. 15), descreve as cidades-sede de prisões como

territórios que marcam pontos no espaço que ligam detentos e laços familiares e de amizade. Há uma modulação no vivido, no cotidiano que segue um ritmo e um tempo ao longo do dia e da semana. Subjetividades e objetividades se entrecruzam nas tramas da espacialização das relações de poder, nos territórios, que flexíveis se moldam à rotina da prisão.

Os municípios sede de unidades prisionais possuem dois tipos de territórios: um influenciado pelo estado, a penitenciária propriamente, e o outro gerado a partir dos familiares que frequentam tanto a penitenciária como os demais serviços da cidade. Para acentuar a curiosidade desta investigação, coloca-se em questão mais um território, promovido pelas relações de gestão e planejamento: o turístico. Assim, esta pesquisa envolverá também os fluxos de visitantes em São Vicente, um município turístico que possui infraestrutura de segurança pública prisional dentro de seu território político.

A atividade turística participa desse cenário a partir do momento em que a visitação carcerária se torna um

pano de fundo sobre o qual se desenrola o turismo, que não é mais que uma pequena parte de um imenso jogo de relações. Se a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo nele requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e de seus conflitos. Como dito anteriormente, é o mundo que explica o turismo e não o contrário (CRUZ, 2007, p. 11).

A junção desses elementos possibilita uma nova configuração e uma nova função para esses municípios, que, além de territórios prisionais, se tornam espaços de convivência familiar dentro ou fora das grades (PRETURLAN; RITAM, 2016).

Como local de pesquisa, escolheu-se o município de São Vicente, que possui litoral recortado por praias e algumas ilhas, além da Serra do Mar, a Mata Atlântica e a planície litorânea com a presença de mangues que caracterizam sua costa. O Governo Estadual de São Paulo classifica o município como Estância Turística – ET, o qual acessa recursos públicos estaduais para o desenvolvimento do turismo a partir de projetos elaborados e conduzidos pela prefeitura.

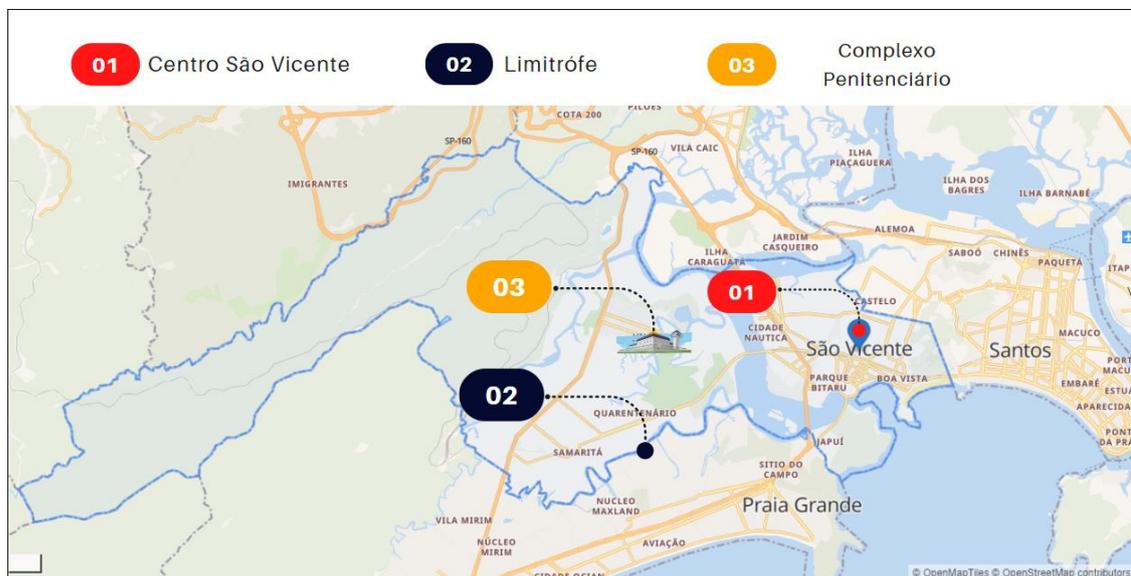
Distante 71 km da capital e conectado pelo sistema de rodovias Anchieta (SP160) – Imigrantes (SP150), São Vicente é um dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista no estado de São Paulo. Sua população é de 370.839 habitantes (IBGE,

2021) e apresenta uma realidade econômica pujante com predomínio do setor de serviços na composição de seu Produto Interno Bruto – PIB. São Vicente abriga duas penitenciárias. Uma delas é denominada Penitenciária I “Dr. Geraldo de Andrade Vieira”, foi inaugurada em 29 de abril de 1977, e, em regime fechado, possui 1.341 pessoas. A outra, denominada Penitenciária II, contém 1.389 pessoas. Juntas, possuem aproximadamente 2.730 detentos<sup>1</sup> (SAP, 2021b).

O Instituto Pólis<sup>2</sup> (2012) apontou que os investimentos públicos estaduais e federais na construção de cadeias e de centros de refinamento de petróleo e gás natural reverberaram na ampliação da infraestrutura de transportes (portos, rodovias etc.), o que viabilizou oportunidades para os trabalhadores da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Além disso, o município de São Vicente possui gargalos e pontos críticos em relação à mobilidade urbana, e a comunidade local se queixa dos horários disponíveis e da falta de qualidade dos meios de transportes. Conseqüentemente, a população flutuante que chega ao município pode enfrentar dificuldades de acesso ao bairro das penitenciárias, como pode ser visualizado na Figura 1. O centro de São Vicente se localiza a 15 km de distância do sistema prisional.

Figura 1 – Representação do sistema prisional no município de São Vicente.



Fonte: Adaptado do Guia Mapa (2022).

Cabe elencar que, devido a sua situação geográfica, São Vicente se configura como um território fértil para o desenvolvimento da presente pesquisa, pois há contradições

<sup>1</sup> Número coletado em 27/05/2021 no site da Administração Penitenciária de São Paulo. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen-.html>.

<sup>2</sup> O Instituto Pólis é uma Organização da Sociedade Civil – OSC de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apatidária e pluralista.

socioespaciais do turismo que se evidenciam na relação entre visitante e penitenciária. Para explicar esse fenômeno, pesquisadores como Moschetto e Santos (2010) e Silva (2019) já se debruçaram em compreender o fluxo de visitantes em presídios e utilizaram o termo “turismo sócio-familiar prisional” para descrevê-lo, o qual será abordado nesta pesquisa.

Em estudo anterior realizado em Presidente Bernardes-SP, um município sem estruturas turísticas, constatou-se que, semanalmente, circulam, aproximadamente, trezentos (300) visitantes familiares (FARIAS, 2019). A partir desse dado, o presente estudo viu em São Vicente a possibilidade de analisar outras implicações no que se diz respeito ao turismo sócio-familiar prisional pelo fato de esse município apresentar estruturas turísticas consolidadas. Dessa forma, o que desperta o interesse nessa temática é a possibilidade de entender como se dá a configuração da visitação carcerária em um município que, a princípio, possui estrutura para receber fluxos turísticos constantemente.

Então, para desenvolvê-la, esta pesquisa elabora os seguintes questionamentos: ao chegarem ao município de São Vicente, os familiares dos detentos buscam estabelecimentos e serviços específicos (hotel, restaurantes e minimercados)? Esses locais já são frequentados e estão acostumados a receber todo e qualquer tipo de consumidor? Neste sentido, cabe ao profissional que trabalha com os impactos socioespaciais do turismo planejar, organizar e auxiliar instituições públicas e privadas ligadas ao turismo para compreender a dinamização de fluxos específicos de pessoas e promover ações por meio de projetos específicos na área de lazer e turismo.

Partindo desses questionamentos, a ocorrência do turismo sócio-familiar prisional pode ser abarcada pela Geografia, pois ela possui metodologias que permitem realizar a leitura do espaço, da mobilidade espacial e dos sujeitos que contribuem para alterar um território, o que interessa a este estudo. Por isso, utilizou-se a teoria dos dois circuitos da economia urbana, de Reolon e Souza (2012), sobretudo o circuito inferior, para compreender a realidade prisional e como ela se constrói pelo movimento de indivíduos próximos às dependências do sistema prisional.

Além disso, utilizou-se a netnografia como um método para estudar o comportamento de usuários do grupo do Facebook “VISITANTES CDP Penitenciária de São Vicente Praia Grande Mongaguá Registro”. Essa técnica foi utilizada especificamente em publicações nas quais as visitantes pediam ajuda para sanar suas dúvidas. Os métodos netnográficos permitem aos pesquisadores analisar e interpretar o comportamento dos membros das comunidades presentes na Internet e, com isso, propiciam informações preliminares sobre o objeto de pesquisa antes da ida a campo.

É importante mencionar que esta dissertação de mestrado se desenvolveu em meio à pandemia de covid-19, o que ocasionou a interrupção das visitas presenciais nos sistemas prisionais devido às políticas de distanciamento social e, conseqüentemente, afetou o desenvolvimento da pesquisa. Em meados de março de 2020, o Tribunal de Justiça de São Paulo proibiu visitas a todos os presídios paulistas. O objetivo da medida era evitar a propagação do novo coronavírus nos presídios, que já são considerados estabelecimentos insalubres pela rápida disseminação de doenças infecciosas. Logo após, o Governo do Estado de São Paulo criou um sistema de troca de e-mails e visitas virtuais entre os presos e seus familiares, o qual fez parte do projeto de reagrupamento familiar Conexão Família nas respectivas unidades prisionais do estado (SAP, 2021a), gerando impacto positivo no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Efetivas.

Portanto, acredita-se que a paralisação das visitas às prisões e a conseqüente introdução das visitas online diminuiu o fluxo de recursos para os revendedores de vários serviços de visitação. Com isso, o setor vem se recuperando gradativamente após a reabertura gradual das visitas iniciada em meados de novembro de 2020<sup>3</sup>.

Diante desse contexto, com o intuito de atender ao objetivo desta pesquisa de descrever e analisar de que forma o turismo sócio-familiar prisional produz impactos socioespaciais no município de São Vicente, realizou-se um estudo de caso do complexo penitenciário localizado no município. Como objetivos específicos, buscou-se a) interpretar a dinâmica espacial existente, à luz da fundamentação da Geografia; b) acompanhar as medidas mitigadoras da situação de crise causada pela pandemia da covid-19 por parte da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo; c) e compreender a dinâmica de visitação dos familiares e seus impactos sobre o entorno da unidade prisional.

O trabalho está dividido em 4 capítulos. No capítulo 1, resgatou-se referências teóricas da Geografia e suas correspondentes metodologias que fornecem suporte para a interpretação das representações espaciais e territoriais na sociedade, considerando também a relação entre a prática do turismo de pesquisa e a ciência da Geografia, com foco nas dinâmicas sociais e econômicas do consumo e no deslocamento do espaço.

No encadeamento dessas ideias, o capítulo 2 tem como foco descrever a cidade de São Vicente. Para isso, acessa-se os seus aspectos históricos, geográficos e turísticos e também os índices carcerários, mostrando a formação cronológica do município.

O capítulo 3, por sua vez, trata dos índices carcerários do Brasil e de São Paulo,

---

<sup>3</sup> Entre novembro de 2020 e março de 2022, datas em que ocorreram as visitas de campo, houve dezenas de suspensões de visitas, devido à proporção do vírus dentro e fora do sistema prisional.

apresentando informações estatísticas sobre o sistema prisional, o que permite refletir sobre como a população flutuante e os visitantes temporários estão relacionados ao sistema penal.

No capítulo 4, discutiu-se sobre as articulações do Governo do Estado de São Paulo em relação às inúmeras crises que o sistema prisional atravessa, além de apresentar o planejamento do estado para garantir o contato do detento com o familiar em tempos de pandemia. Também são apresentados os resultados adquiridos do método netnográfico e da visita a campo, partindo da exposição de como as mídias sociais auxiliam visitantes nas viagens até os presídios e também da explicação de como se dá o processo de visitação prisional presencial, entendendo, assim, alguns detalhes do turismo sócio-familiar prisional no município de São Vicente. Os conteúdos apresentados nesse capítulo foram registro da pesquisa de campo.

Por fim, nas considerações finais, mostra-se que o conjunto de imagens, gráficos, mapas e descrições analíticas foram essenciais para evidenciar o fenômeno do turismo sócio-familiar prisional de São Vicente. Além disso, observou-se que existem dois tipos de turismo em São Vicente e que os visitantes familiares não vão para os locais turísticos após fazerem visitas aos seus entes, o que demonstra o desinteresse em consumir os serviços turísticos locais, salvo aqueles relacionados à sua motivação.

## CAMINHADA METODOLÓGICA

Para a realização da pesquisa, delimitou-se como local de estudo o complexo penitenciário de São Vicente. Essa escolha é resultado da combinação de dois fatores: a sua proximidade à metrópole paulista, que possibilitou o deslocamento para a realização da pesquisa de campo, e o seu reconhecido potencial turístico. A ideia surgiu no momento em que foi identificado que São Vicente portava duas características: o fato de ser um município turístico e o de abrigar unidades prisionais.

A pesquisa foi sendo adaptada conforme o período de pandemia da covid-19 tomava novos contornos. Nesse sentido, houve dificuldades na proposição do trabalho de campo para o Programa de Pós-Graduação, pois, naquela época, o mundo vivenciava seu primeiro ano pandêmico e, como a matriz principal deste trabalho dependia da visita de campo, ficava praticamente impossível colher dados. A ida a campo, por exemplo, foi adiada devido à suspensão das visitas presenciais e, por isso, optou-se por acrescentar um objetivo que condizia com o período pandêmico: acompanhar as medidas mitigadoras da situação de crise causada pela pandemia da covid-19 por parte da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

A metodologia utilizada nesta pesquisa possui caráter exploratório, já que foram utilizados o levantamento bibliográfico, o estudo de caso, a aplicação de questionários (GIL, 2008) e a pesquisa participante. Além disso, o trabalho explana as características do grupo em questão após as visitas de campo (WINKIN, 1998).

Os visitantes que realizam visita social ou íntima nas duas penitenciárias, localizadas no bairro denominado, Parque Continental em São Vicente-SP, são o público alvo desta pesquisa.

Os parágrafos a seguir demonstram quais foram os passos metodológicos utilizados para colher respostas e contemplar os dois primeiros objetivos desta pesquisa.

Devido à pandemia de covid-19, todos os serviços da administração pública aderiram às práticas de distanciamento e isolamento para continuar trabalhando e garantir seu funcionamento. Portanto, para atingir o segundo objetivo, isto é, acompanhar o planejamento de ações mitigadoras da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo perante a pandemia do covid-19, houve uma busca em portais de notícias, organizações e instituições que divulgaram as diretrizes estabelecidas, sem esquecer os websites dos órgãos governamentais da Secretaria de Administração Penitenciária – SAP e da Organização Mundial da Saúde – OMS. Ambos garantiram a compreensão de como a área de segurança

pública atuou diante desse cenário de emergência sanitária mundial.

A segunda etapa deste estudo consistiu em ingressar em um grupo online na rede social Facebook para conhecer, de maneira prévia, como se dá o processo de visitação prisional e, simultaneamente, reunir dados primários sobre o turismo sócio-familiar prisional no município. Para isso, o procedimento de análise utilizado se compõe de três fases, como propõe Ferraz (2019).

A primeira fase foi selecionar a comunidade online a ser visitada. Para isso, houve uma solicitação para entrar no grupo do Facebook denominado “VISITANTES CDP Penitenciária de São Vicente Praia Grande Mongaguá Registro”. Nesse momento, alguns instrumentos de análise da netnografia foram utilizados. Para Ferraz (2019), ao acessar às comunidades na internet, é necessário acompanhar o compartilhamento de fotos, opiniões e diálogos, sendo esses considerados dados brutos. Com isso, foi possível obter informações disponibilizadas pelas visitantes na internet.

Ainda de acordo com Ferraz (2019), a segunda fase foi a observação direta do grupo. A admissão do pesquisador ao grupo deu acesso a todas as publicações existentes até o momento de realização da pesquisa, o que possibilitou conhecer os principais assuntos debatidos entre as visitantes dos presídios litorâneos e a informação sobre a data de fundação do grupo, que foi instituído em dezembro de 2020. Nessa época, havia um total de 53 publicações de vários membros, e esse conteúdo fez parte das etapas finais da netnografia, que englobou a análise dos dados por meio da observação oculta, na qual “o pesquisador é integrante da comunidade, mas não se manifesta, lendo ocultamente os fenômenos sociais que vão se desenrolando nas redes sociais” (FERRAZ, 2019, p. 62). Compilou-se os principais temas que as visitantes comentavam, os quais, posteriormente, foram sistematizados em quadros. Além dessa sistematização, foram feitas capturas de telas das publicações para serem interpretadas por meio da abordagem qualitativa.

Para a terceira fase, isto é, compreender a dinâmica de visitação dos familiares e seus impactos sobre o entorno da unidade prisional, realizou-se a pesquisa de campo durante o primeiro final de semana de março de 2022, momento que antecedeu a entrada das visitantes no complexo penitenciário. Nesse momento, houve o envolvimento do pesquisador com a situação vivenciada pelo grupo no momento de espera para ingressar nos presídios. Essa interação é conhecida como método observação participante, por meio do qual foi possível estabelecer a aproximação do pesquisador com as situações cotidianas do grupo, com devida montagem de um roteiro de observação, como propõe Proença (2007). Com isso, pode-se assimilar o comportamento das visitantes.

Além dessa interação, houve o questionário elaborado com perguntas fechadas e abertas (ANEXO A), o que permitiu o acesso aos dados peculiares da população deste estudo. Ele foi aplicado das 7h30 até alguns minutos que antecedem a entrada das visitantes no recinto, às 9 horas, sendo uma amostra mista. Os dados foram tabulados e distribuídos em gráficos para melhor compreensão da realidade vivida.

No que se refere à amostra, foram 16 mulheres respondentes. A aproximação ocorreu de forma direcionada ao grupo em estudo. Houve mais de dezesseis (16) abordagens. A maioria se negava a participar, e muitas sequer ouviam a pré-explicação dos questionamentos e o propósito da pesquisa.

Tendo isso em vista, é importante reforçar a temática da pesquisa: entrelaçar o turismo com visitação carcerária e desvendar as minuciosas características contidas na rotina das visitantes e dos comerciantes locais. Não foi e tampouco é uma tarefa fácil, uma vez que há pouco aporte teórico para embasar a construção dos assuntos abordados no estudo, e isso demandou a utilização de instrumentos de coleta presencial. Assim, o texto se sustenta e caminha entre a teoria e a prática. Nesse sentido, buscou-se na Antropologia e nas Ciências Sociais pesquisas e estudos para aproximar e aprofundar o entendimento da realidade carcerária e suas manifestações. Dessa maneira, inseri-los nos campos de conhecimento do Turismo e da Geografia propicia diferentes diálogos, pois ir a campo e aplicar questões voltadas e que descrevem de maneira singular a realidade das visitantes é conferir a linearidade dos dados e conduzir novas informações.

Durante o trabalho de campo, após a aplicação dos questionários, foi mencionado o nome de uma comerciante que possui uma barraca próxima, conhecida como “Barraca da Amanda”. Ao encontrar a barraca, houve uma breve comunicação que estimulou sua participação na pesquisa. Porém, naquele momento, não havia o material de coleta com questionamentos para os comerciantes e seus respectivos serviços, por isso, a alternativa adotada foi anotar o número de celular da comerciante para entrar em contato posteriormente. No contato posterior, foi perguntado de que maneira a respondente gostaria de participar da pesquisa (ligação, mensagem ou formulário virtual), e Amanda alegou que gostaria que fosse em formato formulário online. Com isso, as perguntas foram encaminhadas (APÊNDICE B). Após enviar o link de acesso e ler as perguntas, Amanda se recusou a responder, alegando que os questionamentos eram íntimos. Caso aplicasse as perguntas no dia da pesquisa de campo, a solução seria outra.

## **CAPÍTULO 1: ESPAÇO E TERRITÓRIO**

O interesse sobre o fenômeno do turismo sócio-familiar prisional no contexto da Geografia permite buscar as categorias espaço, paisagem e território presentes nos estudos de Milton Santos. Os aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da Geografia são a base desta pesquisa e possibilitam o estudo sobre a dimensão espacial consecutiva da reprodução do espaço ocorrida após a instalação do sistema prisional em São Vicente-SP. Dessa maneira, busca-se apresentar autores do campo da Geografia que se debruçam sobre o entendimento de alguns conceitos trabalhados pelo prof. Milton Santos.

As áreas urbanas ou áreas rurais habitadas podem ser analisadas por meio do espaço, pois nele encontram-se dois elementos que devem ser percebidos pelo pesquisador: os objetos de origem natural e social. O primeiro se refere às obras não modificadas pelo homem e o segundo diz respeito à intervenção humana em elementos físicos do espaço. Ambas modalidades, natural e social, contêm seus respectivos tempos naturais e culturais, os quais se tornam perceptíveis pelo espaço onde se contempla a abordagem visual e interpretativa (BARROS, 2020).

Em síntese, a Geografia como ciência é capaz de estudar a organização do espaço geográfico e suas dimensões, cujo entendimento é propiciado por meio de aspectos físicos, sociais, políticos e econômicos, pois eles fornecem a compreensão mais abstrata da dinâmica espacial, revelando forma e estrutura.

Ademais, a Geografia, tal como outras ciências, utiliza-se de categorias para fundamentar suas análises. Portanto, além da definição de espaço geográfico – principal objeto de estudo dessa área –, existem outros quatro principais conceitos: lugar, paisagem, região e território. Todos eles são aplicados na análise da atividade turística como pesquisa (TELES, 2009), e propiciam técnica para analisar as dinâmicas que perpassam o estudo em questão.

Barbosa e Gonçalves (2015) mostram que o termo paisagem carrega diferentes interpretações, tanto na Geografia quanto em outros campos do conhecimento. Por exemplo, a acepção está presente também na Arquitetura, nas Artes, na Biologia, na Ecologia, na Fotografia, na Literatura e na Música. Entretanto, a paisagem na Geografia ganha força e torna-se uma categoria de análise das relações naturais e sociais do espaço geográfico, pois possui

um sentido objetivo ligado aos aspectos concretos do meio ambiente, aquele da descrição das formas e funções dos objetos e sua fisionomia, como uma região natural e ou os meios, rural e urbano, e aquele sentido subjetivo, ligado

à percepção, à abstração do arranjo ambiental ou de parte dele, pelo sujeito (BARBOSA; GONÇALVES, 2015, p. 94).

Desta maneira, o geógrafo, ao utilizar-se da paisagem para agregá-la a sua análise, fica responsável por descrever as relações e as percepções do homem com a natureza, visualizando o social e o físico (BARBOSA; GONÇALVES, 2015).

Já a definição das categorias de espaço e território é uma tarefa difícil, pois, dentro do campo da Geografia, essa definição é mutável. Portanto, os conceitos são flexíveis e suscetíveis a mudanças devido às transformações subjetivas de acordo com cada realidade. Melhor dizendo, os conceitos aqui trabalhados podem possuir significados diferentes por serem histórica e espacialmente mutáveis (SAQUET; SILVA, 2008).

Em termos gerais, na Geografia Tradicional, território significa uma delimitação na superfície terrestre marcada por fronteiras e indica posse e relação de poder do sujeito e/ou dos atores sociais/políticos envolvidos. Essa conceituação está ligada ao ramo da Geografia Política, a qual examina questões vinculadas à figura do Estado-nação, como explica Cabral (2007, p. 152):

[...] territórios são campos de forças, são antes teias ou redes de relações sociais projetadas no espaço do que o substrato material em si, e não há necessidade de forte enraizamento material para que se tenha território. Queremos frisar que o conceito geográfico de território obedece tanto a perspectivas analíticas mais rígidas e simplistas, que se restringem à apropriação do espaço por grupos humanos ou privilegiam o poder em termos de Estado-nação, quanto a abordagens mais flexíveis e complexas, que, assumindo uma concepção de poder multidimensional, permitem tratar de territorialidades resultantes da coexistência de diferentes agentes, por vezes, ao mesmo tempo e numa mesma extensão do espaço físico.

Esse conceito se aproxima das repartições estratégicas e planificadoras das engrenagens e ações do Estado, e também de empresas e outros agentes com interesses políticos. Território também se vincula com as ações de controle, organização e gestão do espaço advindas do domínio de movimentos e de grupos e das suas relações sociais.

Alentejano (2020, p. 34-35), ao estudar as noções de território dentro e fora da teoria geográfica, afirma que ele é um

domínio espacial sobre o qual os atores sociais afirmam um controle político, que significa na realidade uma forma de ordenamento territorial que propõe a um determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza. Assim, o território seria uma parcela do espaço sobre a qual incide uma dominação, o que dá a este um caráter eminentemente político, porém, não se deve esquecer que esta dimensão política não é unívoca, na medida em

que há constante disputa de projetos de ordenamento territorial, que se pautam tanto pela crítica da forma que assumem relações sociais, como da apropriação dos recursos ambientais.

A partir desse ponto, é interessante observar a distinção entre espaço e território: espaço antecede o território quando o processo de formação por intermédio das relações sociais e humanas configura e caracteriza determinado território.

Com o mesmo ponto de vista de Alentejano (2020), Fernandes (2008) denomina a relação da política e de território com duas ramificações. Na primeira delas, o “primeiro território”, existe a organização a partir de bases territoriais do Estado, compostas por países, estados e municípios. Além desses, há propriedades particulares, individuais e comunitárias. Essas organizações territoriais podem ser classificadas como territórios fixos. São considerados fixos os pontos de atendimento, as fábricas, os prédios comerciais, os hospitais, os postos de saúde, as clínicas, as escolas, os estádios, as piscinas e as demais instalações de lazer.

A segunda ramificação de Fernandes (2008), o “segundo território”, é entendido como território fluxo: “são espaços controlados por diferentes formas de organização, por exemplo: narcotráfico, prostitutas etc. Outros tipos de territórios móveis ou fluxos são navios e outras embarcações e os diferentes tipos de meios de transporte” (FERNANDES, 2008, p. 9). Assim, entende-se que o segundo território se dá pelo movimento de grupos, de povos e de sociedades contemporâneas, os quais determinam territorialidades (características específicas) e fronteiras visíveis e invisíveis, indicando sua ocupação no espaço.

O espaço é produzido socialmente devido às formas e às funções definidas e transformadas no decorrer da história. Assim, vivencia-se uma compreensão dialética entre espaço e homem, e a ação do homem sobre a natureza é um dos maiores desafios. Porém, no entendimento de Milton Santos, o trabalho do homem transforma o espaço ao longo do tempo e isso culmina em consequências (SAQUET; SILVA, 2008). Nas palavras do autor:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifesta através de processos e funções (SANTOS, 2002b, p. 152).

Conforme exposto pelos autores Saquet e Silva (2008), forma, função, estrutura, processo e totalidade são as categorias indicadas pelo Milton Santos para realizar a análise geográfica do espaço. O espaço é caracterizado epistemologicamente por meio dessas

estruturas, que, quando organizadas e observadas sob suas formas e funções, podem descrever detalhes da sociedade em consonância à sua história e ao momento em questão (QUADRO 1).

Quadro 1 – Exemplificação das categorias de análise.

Categoria de análise	Siqueira (2007)	Saquet e Silva (2008)
Forma	“[...] representa o aspecto visível dos objetos e expressa o contexto histórico-social de sua criação, sendo assim passível de datação. Embora seja reflexo de uma determinada significação social, pode ser suprimido, alterar-se ou mudar de valor, mas sempre no sentido de atender as transformações da sociedade, num dinamismo que resulta do processo espacial, ou seja, é uma resposta da sua organização à dinâmica da sociedade” (p. 21).	“[...] a forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos: as formas espaciais” (p. 33).
Função	“[...] papel de cada elemento separadamente, ou seja, representa a tarefa assumida pela forma. Entendemos, assim, a inseparabilidade de forma e função – as formas são criadas para uma ou mais funções, enquanto as últimas se materializam nas formas” (p. 21).	“[...] função é a atividade desempenhada pelo objeto criado; a estrutura-social-natural é definida historicamente: nela, formas e funções são criadas e instituídas” (p. 33).
Estrutura	“[...] a estrutura não pode estar dissociada da forma e função, já que corresponde à rede de relações do presente, ou à inter-relação das diversas partes do todo social, refletindo, portando, o dinamismo do espaço. Representa deste modo, o quadro social e econômico em um determinado momento histórico, responsável por atribuir valores e funções correspondentes às formas espaciais” (p. 21).	“[...] a estrutura-social-natural é definida historicamente: nela, formas e funções são criadas e instituídas” (p. 33).
Processo	“O processo, também inseparável dos outros elementos – forma, função e estrutura – representa o movimento da ação contínua desenvolvida em direção a um resultado, do passado, ao presente e futuro” (p. 21).	“O processo significa a ação que é realizada de modo contínuo, visando a um resultado que implica tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica, resultando de suas contradições internas. Assim, ao considerarmos esses processos em conjunto, podemos analisar os fenômenos espaciais na sua totalidade” (p. 33).
Totalidade	“Para analisar o espaço, há, portanto, a necessidade de considerar o relacionamento	“Totalidade e tempo são categorias fundamentais para o estudo do espaço. A totalidade

	inseparável e recíproco entre seus componentes, caminho que julgamos ser correto no entendimento de sua totalidade, da formação econômico-social” (p. 21).	possui caráter global e tecnológico; apresenta-se pelo modo de produção, pelo intermédio da FES (Formação Econômica e Social) e da história; é inseparável da noção de estrutura. Portanto, a totalidade espacial é estrutural” (p. 33).
--	--	--

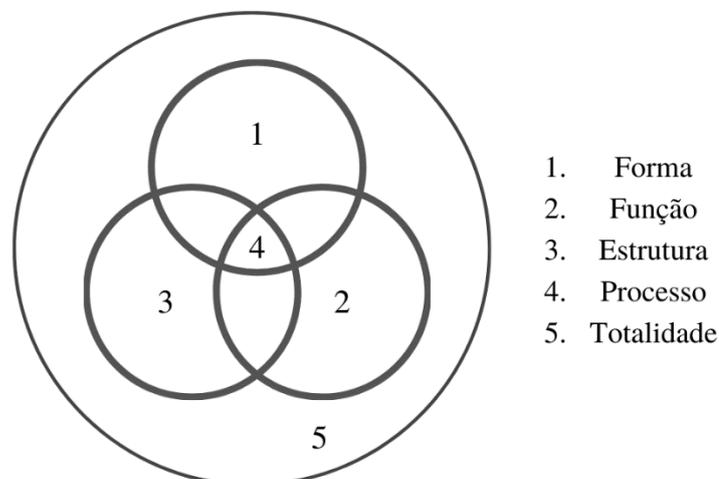
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Essas categorias devem ser observadas em conjunto para que se possa entender determinada particularidade da sociedade e sua desenvoltura no espaço transcrito com o decorrer do tempo. Bernardes (2020, p. 289) explica a ligação dessas categorias da seguinte maneira:

[...] a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos, instituindo uma heterogeneidade espacial. Áreas baseadas em estruturas específicas demandam certas funções e formas, determinando certas configurações que, por sua vez, indicam se estão mais bem preparadas para inovações do que outras. Isso permite que se realize a sua temporalização ou uma análise diacrônica tendo como referência um determinado sistema técnico predominante.

Esse conhecimento permite identificar os elementos presentes no objeto a ser analisado e relacioná-los, a fim de alcançar o entendimento do funcionamento de determinado local e compreender o processo de produção e reprodução espacial. Para ilustrar, a Figura 2 mostra o esquema de um sistema interligado com suas categorias analíticas.

Figura 2 – Interação das categorias para efeito de análise espacial.



Fonte: Rodrigues (2001).

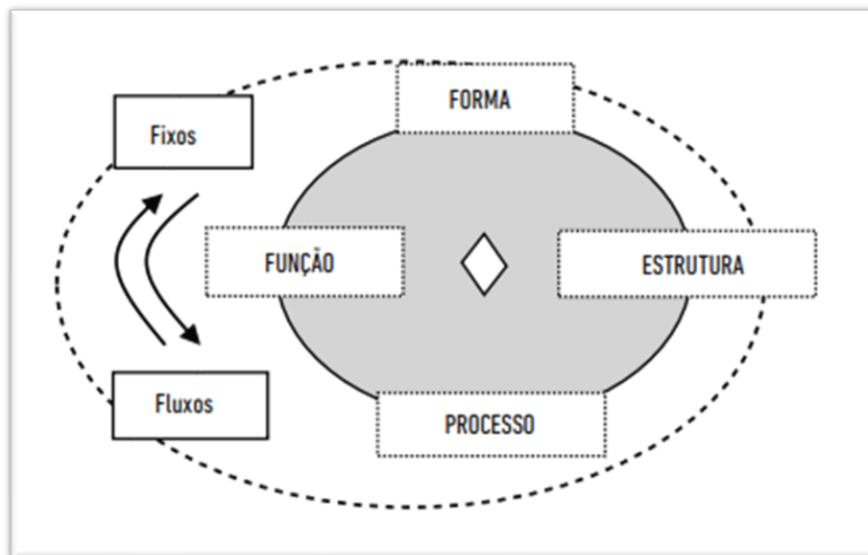
Dessa forma, ao considerar a sintonia entre as categorias de análises mencionadas, é possível interpretar como o espaço se produz e reproduz e as devidas transformações, isto é, observa-se que o espaço ganha características a partir da forma e da função, que o fazem ser mutável.

A obra *Espaço e Método*, de Milton Santos (1985), acrescenta uma nova teorização do espaço e explica que há o “movimento contínuo no espaço e a ininterrupta parcela de transformação do mesmo” (BARROS, 2020, p. 495). A partir disto, somam-se mais dois conceitos que implementam a discussão do espaço geográfico, os fixos e fluxos, os quais

trazem, de fato, uma nova perspectiva à interação entre as categorias da forma, função, estrutura e processo [...]. Tanto o grupo dos fixos como o grupo dos fluxos desempenham funções importantes em uma determinada estrutura espacial (uma totalidade urbana ou rural, por exemplo). Os fixos, contudo, relacionam-se mais propriamente à intersecção entre forma e função, enquanto os fluxos referem-se à intersecção entre função e processo. Uma forma e uma função resultam em um fixo. Uma função em seu processo conflui para a formação de um fluxo. Puro movimento, os fluxos não apresentam uma forma identificável. Suportes estáveis para a vida social, podemos considerar os fixos como formas que se perpetuam no espaço, embora nada impeça que estas sejam, de tempos em tempos, substituídas por outras (BARROS, 2020, p. 496).

Procurando vincular a relação desses dois novos conceitos – fixos e fluxos – com o que foi discutido anteriormente sobre as categorias de análise, observa-se na Figura 3 a incorporação da materialidade das formas e as dinâmicas se movimentando entre o sistema, fornecendo-lhe mecanismo.

Figura 3 – Categorias da compreensão do espaço e sua relação com fluxos e fixos.



Fonte: Barros (2020, p. 496).

Os fixos são entendidos como objetos geográficos e/ou construções que permanecem estáveis e tangíveis no espaço. São locais construídos para atender à demanda da sociedade em relação ao seu cotidiano, como, por exemplo, lojas, empresas, supermercados, hospitais, casas, escolas e outros lugares que remetem a funções específicas (BERNARDES, 2020). Barros (2020, p. 497) ainda acrescenta que há fixos condutores, que possuem a “função explícita de dar vazão ao movimento, mas não são o movimento em si mesmo. À noite, inclusive, moradores de rua podem fazer do viaduto o seu fixo residencial”. Entre outros exemplos, o autor também cita as ruas, as avenidas, as pontes, os viadutos e os túneis de uma cidade.

Já o fluxo é considerado como o oposto e o complemento do fixo. Em outras palavras, representa os movimentos e a ligação entre dois ou mais fixos. Ele remete à circulação voltada à atividade humana, à logística e à distribuição das mercadorias dos setores econômicos, como varejistas, financeiros, além dos sistemas de trânsitos urbanos, da distribuição de energia elétrica, dos movimentos das águas dos mares e rios, entre outros (BARROS, 2020). No trecho a seguir, exemplifica-se como é a relação entre os fluxos e fixos, com enfoque no início de uma construção até sua finalização.

A construção de um novo fixo (uma catedral, um prédio de muitos andares, um hospital ou uma auto-estrada) implica necessariamente a integração de muitos fluxos — alguns locais, outros provenientes de grandes distâncias. Materiais diversos são necessários, fluxos de energia e de mão-de-obra são ativados, trocas de serviços se estabelecem, capitais circulam, compra e venda de bens diversos fluem de um para o outro lado, assim como decisões devem ser tomadas encadeadamente, envolvendo atores os mais diversos. Ações se concretizam para que seja possível fundar um novo objeto, ou, mais ainda, um novo sistema de objetos. Mais tarde, novos fluxos serão requeridos para que o fixo se mantenha em adequado funcionamento (BARROS, 2020, p. 498).

Vale destacar que a concepção de espaço geográfico possui uma evolução ao decorrer das obras de Milton Santos. Ao juntar as acepções desenvolvidas em *Por uma Geografia Nova* (1978), *Espaço e Método* (1985) e *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1988), encontra-se a coerência de que o espaço é formado por fixos e fluxos, concebidos pelas dinâmicas sociais, que podem ser estudadas pelas categorias de análises e sistematizadas em relação à forma, à estruturação, à função e aos processos (BERNARDES, 2020).

Já em *A natureza do espaço* (2002a), Santos explica que o espaço geográfico pode ser compreendido pelo conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações. Essa conceituação indica o desenvolvimento teórico do autor, na qual encontrar-se raízes de sua produção intelectual. Saquet e Silva (2008, p. 41) reforçam essa ideia ao descrever que Milton

Santos “elabora e reelabora constantemente suas argumentações, mantendo princípios, conceitos e temas; alterando compreensões e incorporando novos elementos, quando necessário”.

Aborda-se os conceitos de espaço e de território, de forma breve, com o intuito de demonstrar sua inserção no processo de assimilação do espaço. Eles trabalham também a análise espacial, fornecendo os seguintes significados:

[...] o espaço geográfico é a instância que define as regiões, os territórios e os lugares por meio da dialética do movimento totalizador. O espaço geográfico permite o entendimento quanto à localização, distribuição e organização dos objetos técnicos e seu respectivo conjunto de ações em sua relação com os homens. Entendemos que o fundamento do conceito território é a dialética entre as ações e as intencionalidades atribuídas aos objetos como um modo de exercício do poder (BERNARDES, 2020, p. 298).

Após essa reflexão, observa-se que as concepções de espaço e de território possuem uma conexão teórica-científica, a qual pode revelar práticas e características que descrevem o objeto de estudo. Os conceitos, juntos, estruturam um sistema com seus variados subsistemas, o que refletirá na pesquisa.

Ao inventariar os elementos determinantes do turismo sócio-familiar prisional, tem-se uma realidade posta com suas respectivas categorias, dando acesso ao “totalizador” desse determinado espaço geográfico. Na perspectiva desta pesquisa, considera-se, inicialmente, que a instalação de um sistema prisional em um município proporciona uma nova configuração espacial. Essa construção pode ser classificada como um fixo promovido pelo governo estadual.

Assim, o governo estadual já deu origem ingenuamente às duas primeiras categorias de uma dinâmica espacial: forma e função. Uma vez construída e tratada como instituição, essa estrutura pode ser considerada uma unidade prisional e, a partir daí, passa a funcionar do ponto de vista da sociedade, punindo os apenados e exercendo uma função por intermédio da forma desempenhada pelo um objeto criado.

Com isso, reverbera-se um leque de municípios que passam a conviver com os movimentos do fenômeno do turismo sócio-familiar prisional. A relação desse fenômeno com a Geografia começa nesse momento e contempla também os sujeitos inseridos nessa conjuntura (funcionários públicos, detentos e familiares), na qual cada um possui uma determinada função e, durante o processo de visitação, são elementos constituintes do universo prisional.

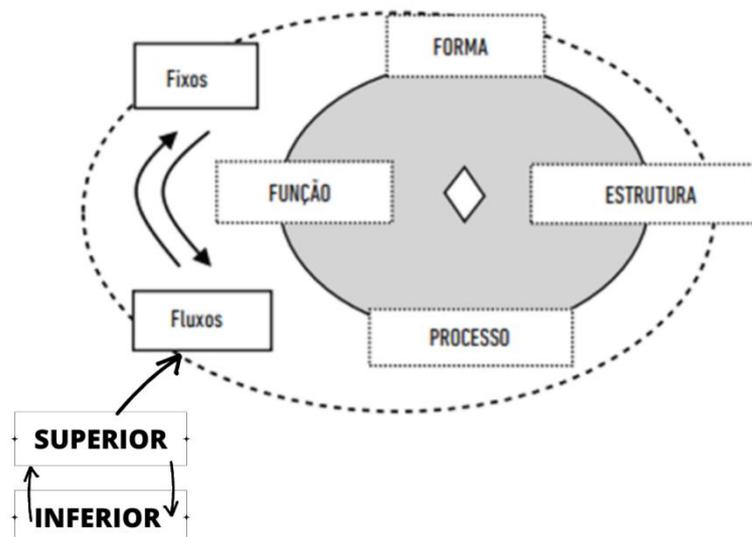
## 1.1 CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA EM ESPAÇOS PRISIONAIS

A existência de prisões pode, de muitas maneiras, estimular o aparecimento do circuito inferior da economia urbana. Esse fenômeno pode ter abrangência local ou microrregional (JÚNIOR, 2015). É possível destacar várias implicações espaciais para atender à rotina da prisão, como:

- Aumento do comércio formal e informal de rua nos fins de semana no entorno da prisão para atender os visitantes (bares, lanchonetes, supermercados e vendedores ambulantes).
- Aumento da oferta de vagas em pensões, em pequenos hotéis e em repúblicas e do aluguel de quartos.
- Expansão do transporte formal (táxi), do informal particular (carona) ou, ainda, do ilegal (vans e ônibus clandestinos) para transporte dos visitantes.
- Aceleração na reprodução de formas de moradia das famílias dos presos que migram definitivamente (JÚNIOR, 2015).

A interação entre os dois circuitos da economia, inferior e superior, são os subsistemas que informam o impacto da produção, da distribuição e do consumo de bens no universo e constitui a base para a caracterização do trabalho moderno. Essa relação também pode ser usada para entender a organização espacial (SOUZA; SANTOS, 2014), como mostra a Figura 4.

Figura 4 – Participação dos circuitos nas categorias de compreensão do espaço.



Fonte: Adaptado de Barros (2020, p. 496).

Os fluxos podem ser analisados a partir dos circuitos inferior e superior. As situações econômicas vivenciadas nos países subdesenvolvidos em meados da década de 1970 fizeram com que Milton Santos, em 1979, buscasse compreender como a transformação da sociedade

reverbera direta e indiretamente no setor econômico urbano em relação ao comércio e ao consumo de bens e produtos. Isso quer dizer que as relações de trabalho se aproximam da composição dos fixos e fluxos e revelam uma coexistência no meio construído e na cidade (REOLON; SOUZA, 2012).

Desse modo, o entendimento dessa dinâmica econômica passou a ser analisada pela proposta teórica de dois circuitos da economia urbana, conhecidos como superior e inferior. De acordo com Marina Montenegro (2006, p. 10), os conceitos remetem ao

Entendimento do atual período histórico [que] se perfaz quando se compreende o funcionamento e a dinâmica das metrópoles. A intensificação da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho implica a presença cada vez maior dos agentes da economia globalizada e de suas atividades modernas nas grandes metrópoles do país, sobretudo em São Paulo que se destaca no presente histórico e no cenário internacional como uma das ditas cidades “globais”. Contudo, as metrópoles abrigam também uma enorme gama de atividades realizadas pela população pobre [...] elas contêm diferentes divisões do trabalho e coexistem e que por sua vez estabelecem relações diferenciadas com seu meio construído.

Reolon e Souza (2012) complementam que a teoria dá subsídios para a discussão da economia urbana contemporânea dos países de terceiro mundo. Observa-se a presença da articulação do circuito inferior em todas as cidades dos países subdesenvolvidos, sendo mais evidente nas metrópoles, nas grandes cidades e também, em menor escala, nas cidades pequenas. Silva (2012, p. 43) mostra que há

Micros e pequenas empresas, até o seu comércio nas pequenas lojas, tanto dos centros comerciais como nas periferias, passando pelos diversos meios de transporte. Podemos também destacar a ampliação deste subsistema do sistema urbano, no ramo dos pequenos serviços especializados, ou seja, cabeleiros, manicures, mototaxistas, flanelinhas dentro tantos outros que não param de seguir ou se adequarem as novas necessidades urbanas.

Além disso, os dois circuitos constantemente sofrem diferentes transformações promovidas pelas demandas financeiras, tecnológicas, políticas e sociais da sociedade. Enquanto o circuito superior culmina nas modernizações que atingem o território, o circuito inferior compreende os serviços não modernos presentes, na maioria das vezes, em varejos nos comércios de pequena escala, os quais são voltados para o consumo dos mais pobres e são vistos como uma oportunidade de renda para os que estão fora do mercado de trabalho formal. Por fim, enquanto o superior acompanha a globalização, o inferior é moldado pelo tempo e pela forma da cidade (MONTENEGRO, 2006).

O circuito inferior existe em cidades pequenas, médias e grandes e são, dependendo da situação, responsáveis pela geração de empregos e de rendas que permitem a sobrevivência, porém oferecem poucas condições de capitalização e de acúmulo financeiro. Assim, a presença do circuito está associada a suprir qualquer função urbana que deva existir naquele local (ROMA, 2016). Nas palavras de Silveira (2009, p. 73):

Quando a oferta pública não alcança todas as pessoas nem todos os lugares tende a instalar-se e a crescer a oferta mercantil, encarnando uma resposta segmentada e parcial a esses reclamos. Essa é a lógica do mercado, isto é, alocar-se em áreas ou em camadas sociais onde a demanda já existe ou tem grandes perspectivas de desenvolver-se. Contudo, a demanda que interessa é uma demanda solvável. Daí que certos lugares e camadas sociais não sejam, a priori, interessantes, a menos que a solvência seja assegurada pelo crédito sob suas diferentes formas. Desse modo, surgem fragmentações socioespaciais e, em consequência, curto-circuitos no exercício da cidadania.

De acordo com James Júnior (2015), a falta de olhar do governo estadual é perceptível nas realidades dos municípios de Balbinos, Reginópolis e Avanhandava, que receberam unidades prisionais nos últimos anos. Nesses locais, é possível observar que a negligência do estado em fornecer aos reclusos necessidades básicas de maior qualidade ou suficientemente substanciais, como alimentos e produtos de higiene, tornou-se um dos motores da dinâmica da economia local e das compras dos visitantes. Esses municípios do interior paulista demonstram como as dinâmicas econômicas se manifestam nos ciclos espaciais econômicos desde a criação dos estabelecimentos penais.

O circuito superior mantém relações voltadas para a modernização tecnológica e para as estruturas monopolistas, áreas próximas à propriedade de novas tecnologias e ao acesso aos mercados financeiros. Desta forma, a inferior está composta por atividades menores, como as de pequenos comerciantes, vendedores e ambulantes, que atendem ao mercado consumidor local e à população mais pobre (ROMA, 2016).

Silveira (2009) acrescenta que o circuito superior é composto por bancos e finanças, comércio, indústria e serviços modernos, muitas vezes voltados para a exportação, e também possui três características reconhecidas: capital, tecnologia e organização. Essas categorias distinguem um circuito do outro, porque o nível de capital, tecnologia e organização é pouco perceptível nas atividades do inferior.

Souza e Santos (2014) se propõem a estudar a pobreza utilizando a teoria dos dois circuitos da economia urbana, que são dois grandes subsistemas dentro do sistema maior.

Embora possuam diferenças explícitas, os autores citam as categorias que diferenciam um circuito do outro:

A diferença básica e/ou fundamental entre os circuitos está na forma como o capital é aplicado, na organização das atividades e na intensidade de tecnologia utilizada. No que diz ao uso da tecnologia é importante ressaltar que o circuito superior usa de forma intensiva e primordial, sendo impossível seu trabalho sem o uso de novas e cada vez mais avançadas técnicas, ao contrário do inferior que privilegia a mão de obra (SOUZA; SANTOS, 2014, p. 6).

Eles também acrescentam que a publicidade nos circuitos inferiores é dispensável e até impraticável. Isso porque a renda é utilizada diretamente pelo agente para moldar seu modo de vida e de sua família. Muitas empresas do circuito superior possuem departamentos dedicados à promoção de seus produtos e serviços.

Embora Souza e Santos (2014) falem sobre a vinculação da publicidade com o circuito superior, no decorrer do trabalho, verifica-se que os produtos vendidos aos visitantes, os jumbos, também são divulgados e vendidos via grupos internos. Assim, é possível verificar certas propriedades dos circuitos superiores na dinamicidade do circuito inferior em espaços prisionais.

A ideia central dessa teoria explica, de forma fragmentada e conectada, o surgimento das relações de trabalho durante e após período de globalização. Distintos postos de trabalho foram assumidos por ação dos agentes hegemônicos e não-hegemônicos. A expansão e a discussão da teoria em si evidenciam as consequências das inovações técnicas e as mudanças políticas no território brasileiro, que acentuaram ainda mais o desemprego e a desigualdade social.

As características do circuito inferior aparecem no momento da coleta de campo e nos municípios onde ocorre o turismo sócio-familiar prisional. Nos arredores e próximo às portas das penitenciárias, observa-se a presença de interações comerciais dependentes do deslocamento espacial proporcionado pela chegada de fluxos de visitantes/familiares aptos a exercerem sua nova função nesses espaços, consumindo no entorno das unidades prisionais.

Portanto, o deslocamento e a permanência dos visitantes modificam e (re)produzem o espaço. Aos finais de semana, ele se transforma em um ambiente comercial, familiar e interativo, diferente dos dias da semana, quando não há dia de visita. Esse fato revela uma nova organização espacial criada precisamente por esses sujeitos e sobreposta à da organização idealizada e realizada pelo governo estadual.

## 1.2 GEOGRAFIA E TURISMO: ENFOQUES E COOPERAÇÃO

As categorias geográficas permitem descrever e compreender diferentes contextos da dinâmica espacial. No campo do Turismo, elas não só analisam potencialidades, fluxos e quantificação da oferta turística, como também colaboram na averiguação das relações sociais, culturais e econômicas que se estabelecem no espaço incitado pelo turismo (TELES, 2009).

O turismo, involuntariamente, provoca distintos efeitos espaciais e, por esse motivo, é necessário entender seus cenários por meio das categorias geográficas, já que elas têm a capacidade de

Possuir propriedades teóricas que contribuem para o campo do turismo ao promoverem a conexão necessária às questões relacionadas anteriormente. Assim, para compreender a distribuição da oferta no espaço, bem como os diferentes fluxos gerados pela demanda em um construto que considere como destino a cidade ou o campo, faz-se necessário entender essa distribuição à luz das categorias geográficas (TELES, 2009, p. 2).

Devido às diferenciadas formas de manifestação do turismo no espaço, pressupõe-se que esse fenômeno deve passar pelo

espaço geográfico, território, região, lugar e paisagem. Esses conceitos geográficos expressam níveis de abstração diferenciados e, conseqüentemente, permitem pensar em possibilidades de atuação no campo do turismo (TELES, 2009, p. 3).

Deste modo, será necessária a utilização de uma ou duas categorias para entender a dinamicidade do turismo, a qual é criada pela complexidade do fenômeno e é resultante do comportamento dos distintos agentes sociais que produzem práticas turísticas espaciais (FRATUCCI, 2014).

Fratucci (2014) reforça que o uso da palavra “complexo” não deve indicar semelhança de sentido ao termo “complicado” e vice-versa. Há uma diferença. Complicado significa confusão; algo difícil de entender e aprender. Complexo, por sua vez, advém da construção composta de alguns componentes interligados, os quais funcionam como um todo, isto é, somente seu funcionamento será difícil de entender.

Portanto, considerar o turismo como complexidade significa que ele possui elementos que não podem ser abreviados apenas por uma ideia, determinação ou palavra-chave. Nas palavras de Fratucci, a complexidade é a “incerteza e a desordem, as ações, interações, retroações e acasos que constituem nosso mundo fenomênico” (2014, p. 90). Além disso,

O turismo, visto como resultado das ações dos seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, **constitui-se em um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento, o que torna o trabalho de quem o pensa bastante árduo e sempre incompleto**. Cada um dos agentes sociais age e interage com os outros agentes sociais de maneira quase sempre aleatória, sazonal e diacrônica, o que nos impede de pensar o turismo como um sistema fechado ou completo. Entretanto, esse movimento entre os diversos agentes sociais sempre se dá em uma dimensão espacial específica, o que torna o espaço um dos pontos de partida para a compreensão de todo o processo de produção do turismo (FRATUCCI, 2014, p. 90-91, grifo nosso).

Assim, partindo da premissa de que o turismo é um sistema aberto e em movimento, é possível observá-lo de diferentes pontos, e o somatório dessas variáveis permitirá o viés mais abrangente de como a sociedade interage no espaço/território e cria esse fenômeno espacial e turístico<sup>4</sup>.

A organização da atividade turística envolve o conjunto de bens e serviços turísticos, atrações, acesso e facilidades, mantidos pela iniciativa do poder público e dos empresários para acolher a disposição dos turistas (NOVO; SILVA, 2010). Embora vise atender às necessidades, solicitações ou desejos dos principais perfis e segmentos de turismo, esses elementos revelam uma dinamicidade no espaço, e, por isso, é preciso considerar a relação espaço-tempo como uma categoria analítica indissociável e somativa às demais. Ela é responsável por investigar os

elementos constituintes da formação do espaço turístico, [e] não se deve deixar de considerar que em um mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial. Diante dessa observação será possível constatar formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaços geográficos complexos e carregados de heranças e de novas possibilidades, tornando possível analisar as experiências que podem desencadear práticas turísticas (TELES, 2009, p. 5).

Melhor dizendo, pode-se considerar que o turismo se dá a partir dos elementos distribuídos no espaço. Por esse motivo, para compreendê-lo, deve-se observar a conexão existente entre eles para incorporá-los à categoria espaço-tempo e, com isso, elucidar o mecanismo e suas possíveis formas funcionais (TELES, 2009). Por essa razão, um dos aspectos compreensíveis do turismo é a

---

<sup>4</sup> “Porém, é importante termos ciência de que, mesmo adotando esse método de observação e análise, não será possível aprendermos toda a extensão das dimensões do fenômeno turístico” (FRATUCCI, 2007, p. 5).

transformação social refletida em determinada época e num dado espaço, [...] uma dimensão que pertence à reconstrução de um tempo histórico, um fator inaugurador que implica não em ruptura do tempo presente, mas em continuidades descontínuas, mudanças. O rebatimento do espaço sobre as configurações sociais assumidas por esse fenômeno deve ser analisado a partir da abstração dialética delas, de suas respectivas interações que se prolongam ao longo do tempo (BEDIM, 2008, p. 12).

A categoria tempo-espaço se imbrica na pesquisa no momento da alternância do cotidiano das penitenciárias, após construídas, e também durante os dias em que não há visita, que revelam um território totalmente distinto. Nesse sentido, percebe-se a presença do olhar analítico nas pesquisas dos segmentos de turismo tradicionais quando os destinos, os atrativos e o público se deparam com um movimento distinto ao qual estavam acostumados, afetando e alterando de forma periódica o território do turismo.

Embora Bedim (2008) expresse as intenções do Estado e do Mercado de, juntos, buscarem o desenvolvimento acelerado do turismo, visando à criação de produtos lúdicos para atender ao desejo de viagem e vender a consumação via destinos turísticos para os trabalhadores, isso é feito no seu tempo de não-trabalho (férias). Essa pressa cria modificações nas cidades e revela problemas e desdobramentos sociais nos destinos turísticos.

Fratucci (2014) explica que os destinos turísticos são caracterizados como espaços turísticos<sup>5</sup> planejados diretamente pelas políticas de ordenamento e gestão, criando uma tendência ao desenvolvimento do turismo por intermédio do poder público. Embora o termo esteja relacionado diretamente a esse agente central, sabe-se que ele não é capaz de criar e manter o processo em funcionamento. Nesse ponto, se vê a participação de outros agentes sociais e co-produtores do turismo.

A consequência da presença dos atores sociais do turismo possui uma característica em comum com o desenvolvimento da atividade turística:

O envolvimento dos agentes sociais nos processos de decisão sobre o futuro dos destinos turísticos cada vez mais fica reduzido às comunicações das decisões já tomadas pelos grupos hegemônicos compostos por alguns representantes do poder público e do mercado – o tão falado “trade turístico”. Gastam-se somas consideráveis em campanhas de marketing direcionadas a convencer as populações dos destinos turísticos quanto aos grandes benefícios que aquelas decisões tomadas em petits comités irão trazer, mascarando questões profundas como os processos de gentrificação nas áreas selecionadas como prioritárias pelos estrategistas de mercado. O espaço e os territórios turistificados são tratados como simples mercadorias que, para cumprir sua

---

<sup>5</sup> Termo utilizado inicialmente por Roberto Boullón (2002), que criou a teoria do espaço turístico, a qual serve de referência prática na pesquisa sobre turismo, territorialidade e espaço urbanos.

missão, precisam garantir o máximo de lucro, de preferências em prazos bem curtos (FRATUCCI, 2014, p. 94).

Para ter acesso a tais alterações e prevenir problemas originados pela atividade turística, a categoria espaço-tempo pode ser utilizada, uma vez que o consumo do espaço e do tempo torna-se mutável “a partir de demandas externas a ele, articulando-se à lógica da simulação, a um espaço diferenciadamente produzido para ser consumido sazonalmente pelo visitante” (BEDIM, 2008, p. 19).

Tendo em vista essas exposições, entende-se que o fenômeno do turismo sócio-familiar prisional inicia-se na cidade a partir do funcionamento do sistema/unidade prisional em si e, conseqüentemente, após a execução das políticas de visitação seguindo as respectivas legislações federais, estaduais e locais.

Fratucci (2014) está de acordo com essa dicotomia ao esclarecer que, a partir da primeira aparição do visitante/turista, surgem agentes sociais prontos para atender à chegada dele. Essa ação envolve a apropriação de trechos espaciais pelos agentes, gerando respectivos territórios. Com isso, “Temos então, sobre um mesmo recorte espacial, diversos processos de territorialização que se superpõem e compõem o que denominamos de território do turismo” (FRATUCCI, 2014, p. 95).

O território do turismo é o aglomerado de territórios produzidos por cada um dos agentes sociais executores do fenômeno turístico, e não apenas pelo território que contém a atividade turística (FRATUCCI, 2014). Complementando essa ideia, o território do turismo engloba não só a territorialidades dos turistas/visitantes, mas também os agentes sociais – poder público, mercado, trabalhadores da atividade (diretos e indiretos) e população local dos destinos turísticos –, caso estejam incluídos na fração onde ocorre o fenômeno (FRATUCCI, 2014).

Silvestre (2011) buscam compreender as transformações ocorridas nas políticas penitenciárias paulistas nas décadas de 1970 a 1990 a partir de um estudo de caso da cidade de Itirapina-SP. Eles apresentaram o seguinte cenário prisional do estado de São Paulo:

Diversos processos ocorrem nestes municípios e nestas sociedades, como a mudança nas noções relacionadas à sensação de insegurança, criminalidade e também a emergência de formas de socialização entre comunidade e família dos presos que estão cumprindo pena naquele local. Quando um detento é condenado a cumprir pena em um município que não é o seu, como na grande maioria dos casos, sua família tem de se mobilizar para realizar as visitas enquadrando-se nas normas, dias e horários da unidade prisional, além de se adaptar a esta nova realidade que lhes é imposta (SILVESTRE, 2011, p. 103).

Os fatos citados representam as consequências advindas do processo de interiorização das unidades prisionais nos pequenos municípios paulistas e como os impactos desse processo podem atingir também questões de meio ambiente, saneamento básico, moradia, mobilidade, entre outros (SILVESTRE, 2011). Dada a realidade apresentada pelos autores, questiona-se: essa parcela de resultados pode ser identificada em municípios médios e grandes?

As acepções levantadas permitem a compreensão da complexidade do espaço. Ao correlacioná-lo com as categorias geográficas para observar o ordenamento uma atividade turística, pode-se interpretar fenômeno do turismo a partir do ordenamento territorial analisado (TELES, 2009).

Do ponto de vista espacial, as repercussões existentes nos municípios sede das unidades prisionais podem discutidas pelas categorias justamente por carregarem espacialidades que se manifestam (in)diretamente no turismo.

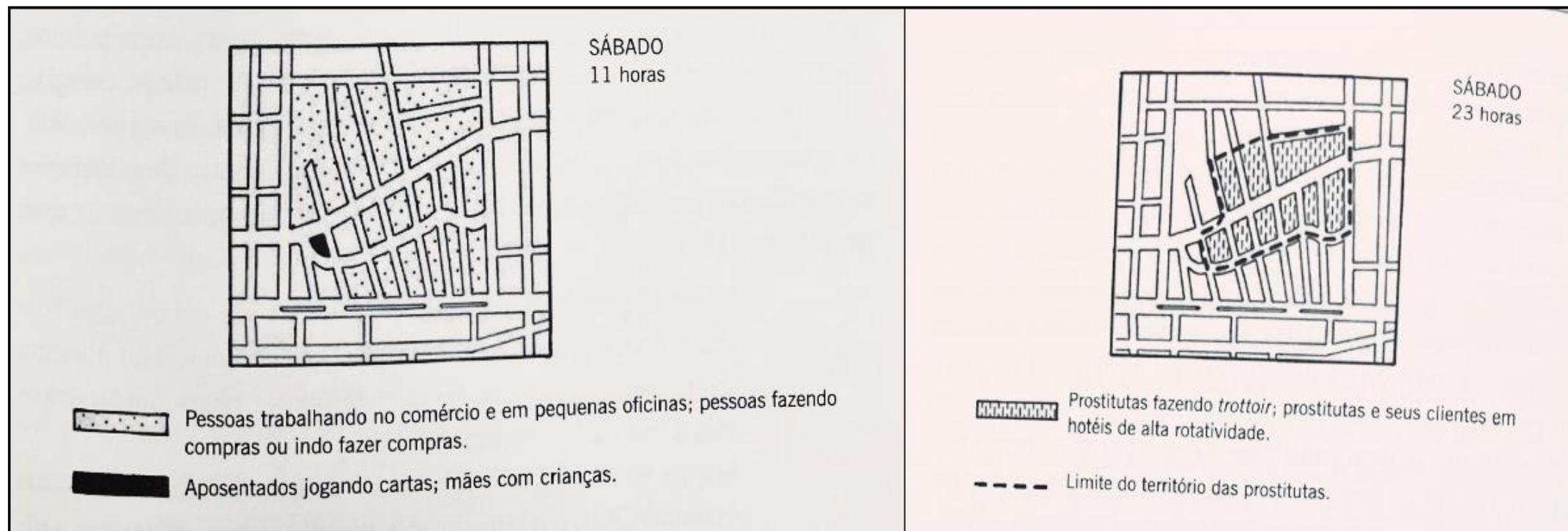
Para Teles (2009), uma forma de captar uma organização espaço-temporal de um território é observar seu espaço concreto, suas formas tangíveis e seus fluxos. No caso do turismo, o fenômeno apresenta, na maioria das vezes, um processo de ocupação distinto, que pode variar conforme o ano, o mês, a semana ou um único dia, sendo denominado de território flexível.

Conforme visualizado na Figura 5, um mesmo espaço possui diferentes funções em um determinado horário do dia. Durante o sábado de manhã, é possível observar uma rotatividade entre trabalho, compras e lazer. Após doze horas, essas atividades não são mais visualizadas e a ocupação agora corresponde ao movimento de profissionais do sexo nos serviços hoteleiros<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O exemplo mostrado no diagrama corresponde a grandes cidades. Embora o autor não mencione quais são elas, no Brasil, há as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Belo Horizonte, que são consideradas metrópoles.

Figura 5 – Exemplo de territorialidade flexível comum em espaços urbanos.



Fonte: Souza (2006) apud Teles (2009).

De acordo com Teles (2009, p. 9), “os territórios podem constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido”. Ao tratarmos dos municípios sede de unidades e/ou sistemas prisionais, em alguns determinados bairros e no entorno das penitenciárias, ocorre essa variedade de territorialização exatamente nos dias em que as portas se abrem para as visitas externas. A realidade em estudo, São Vicente-SP, apresenta a mesma situação da imagem. Se essa representação fosse reproduzida, haveria a diferença referente ao sábado e ao domingo, por oposição aos dias úteis.

Assim, cresce a necessidade de o Turismo personificar a discussão sobre território no campo da Geografia. Embora haja diferentes autores que trabalham com o conceito e suas territorialidades, de uma maneira geral e no atual momento da sociedade, qualquer fator político, social, econômico ou ambiental afetará e transformará a realidade, seja qual for a materialidade. Por esse motivo, o conceito de território deve se relacionar a outras áreas do conhecimento: Ciência Política, Ciência Econômica, Antropologia, Sociologia e Psicologia, as quais, juntas, serão contempladas e utilizadas pelos pesquisadores e profissionais do turismo (TELES, 2009).

O turismo é, portanto, uma atividade que articula diferentes atores e perspectivas, e a compreensão do seu impacto requer

envolver a noção de território em uma visão múltipla. Embora a conectividade existente entre a sociedade e a natureza, entre política, cultura e economia, entre o binômio materialista-idealista e espaço-tempo já seja patente, é necessário identificar a interface dessas conectividades na ocorrência do fenômeno turístico, uma vez que acredita-se que todas essas abordagens encontra-se combinadas dentro de um determinado território. O que pode diferenciar é a escala de interferência das ações [...] Ao tratarmos de turismo, observamos no espaço um potencial que, devidamente classificado, pode compor diferentes segmentos, o potencial podendo se transformar em oferta passível de classificação. Embora classifiquemos e ordenemos a oferta turística de determinadas localidades, não é possível esquecer que a relação território-natureza-sociedade é inseparável e que a dinâmica representada pela intervenção realizada pelo homem é capaz de criar e recriar significados no dia-a-dia de uma dada localidade (TELES, 2009, p. 11).

Assim, o trabalho realizado por profissionais de turismo, no processo de ordenamento territorial, deve ser pensado à luz de princípios que busquem, de fato, a harmonização do lugar enquanto espaço receptivo para a prática de um bom turismo.

Como resultado, o turismo consegue trazer transformações, direta e indiretamente, para três áreas específicas do espaço geográfico: os “polos emissores de fluxos, os espaços de deslocamentos e os núcleos receptores de turistas” (CRUZ, 2003, p. 21).

Entendidos como consumidores os turistas e os visitantes, segundo aponta a Cruz (2003), o fenômeno do turismo e a tipologia analisada nesta pesquisa – turismo sócio-familiar prisional – possuem semelhanças, pois ambos consomem o espaço geográfico em três momentos: antes, durante e depois da viagem.

Os territórios emissores de turistas são responsáveis pela infraestrutura necessária para que a demanda turística possa sair de seu local de residência, de sua origem, e se deslocar até seu destino. Os serviços relacionados a rodovias, aeroportos e rodoviárias são atualmente evidentes e essenciais para esse fim (CRUZ, 2003). Além disso,

Tais equipamentos, de uso fundamental à prática do turismo, não são exclusivos deste, como nenhum equipamento ou infraestrutura é. Daí, aliás, a dificuldade metodológica em se aprender, em diversos casos, que transformações socioespaciais decorrem do turismo e quais elas aquelas são decorrentes de outras práticas sociais (CRUZ, 2003, p. 23).

O caminho do meio entre origem e destino pode ser entendido como um espaço de deslocamento. Assim, nesses locais, de fato, estão preparados infraestruturas e serviços para o consumidor, como bombas de gasolina, oficinas mecânicas, restaurantes, farmácias e caixas multibanco, seja ele turista ou não. A ideia é aproximar tais serviços e produtos para serem utilizados imediatamente e próximos à rodovia durante a locomoção (CRUZ, 2003). Por essa razão, os deslocamentos são caracterizados principalmente por fluxos na infraestrutura rodoviária.

É nesse ponto que a prática social do turismo se harmoniza com as estruturas das rodovias construídas para atender às suas especificidades/necessidades durante o trajeto e se sobrepõe a outras finalidades que não sejam turísticas, ou seja, “o turismo não apenas se apropria de rodovias preexistentes ao seu aparecimento em dado território, mas também pode criar seus espaços de deslocamento” (CRUZ, 2003, p. 24).

O destino, denominado como núcleo receptor de turistas, é o território onde as transformações socioespaciais são mais visíveis. As mudanças são observadas pelas

Infra-estruturas montadas e/ou apropriadas em função da acessibilidade dos turistas, como aeroportos e rodoviárias; infra-estruturas de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral, tudo passível de ser criado e/ou apropriado para uso turístico. O turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer (CRUZ, 2003, p. 24).

Segundo Cruz (2003), no destino final, o território adquire características devido à chegada do fluxo de turistas. Uma infraestrutura específica é preparada para o turismo,

principalmente nos serviços relacionados à hospedagem, que podem variar de simples pousadas até hotéis de diversas categorias, além de loteamentos e condomínios para segunda residência.

Já o setor de serviços é determinado direta ou indiretamente pela presença de turistas no local. Nessa área comercial, percebe-se o surgimento do setor informal, estimulado pela existência de demanda turística nos territórios (CRUZ, 2003).

Cruz (2003) ainda esclarece que não se pode duvidar da capacidade do turismo, uma vez que ele atribui novos significados e formas ao impor seu fenômeno em espaços com funções preexistentes, levando a transformações visíveis dos territórios como resultado do turismo.

O nó da complexidade do território turístico é notório quando se constata a territorialidade marcante de cada agente social envolvido e seus respectivos formatos no espaço. Essa situação exige dos gestores e pesquisadores do fenômeno turístico um olhar amplo e uma liderança atenta, pois devem considerar todas as direções óbvias do local de estudo e o diálogo com as categorias espaço, território, planejamento e gestão (FRATUCCI, 2014).

Diante dos argumentos apresentados, é necessário questionar essas categorias de análise utilizadas de acordo com suas características. No caso deste estudo, isso serve para estudar as práticas espaciais relacionadas ao turismo. Após a experiência propiciada por meio da metodologia adotada nesta pesquisa, conseguiu-se desvendar alguns dos percursos que constituem a realidade do turismo sócio-familiar prisional nos fins de semana e a sua organização territorial. Dessa forma, na seção seguinte, será pormenorizada a denominação do fenômeno do turismo sócio-familiar prisional.

### 1.3 EXPLANAÇÃO DO FENÔMENO TURISMO SÓCIO-FAMILIAR PRISIONAL

Quando se estuda a relação entre destino turístico e/ou municípios com os espaços prisionais, surge uma linha de pesquisa e um caminho que considera, por exemplo, presídios que foram demolidos e (re)transformados em museus ou áreas de lazer e passam a ser visitados e frequentados com fins de cultura, entretenimento, curiosidade e conhecimento (AMARAL, 2016). O tema tem sido discutido por turismólogos, sociólogos, museólogos e pesquisadores da arte no Brasil e no exterior.

Amaral (2016) afirma que uma das maneiras mais eficazes de se alcançar a preservação de unidades prisionais desativadas, que não abrigam mais condenados, é estruturar a memória com a musealização. Trabalhando esses dois aspectos coletivamente, os museus se tornam verdadeiros pontos turísticos, além de evocarem percepções importantes aos visitantes sobre os principais temas associados à detenção.

Utilizando como exemplo algumas unidades prisionais do mundo que foram desativadas, Teixeira da Silva *et al.* (2021) denominam as unidades prisionais como patrimônio carcerário e mostram que muitos presídios não possuem condições de um possível segundo uso, pois se encontram em más condições de conservação. Além disso,

Dando seguimento nos exemplos de reutilização de espaços carcerários, foi constatada um aproveitamento considerado incomum para os mesmos. Foi encontrada uma lista de hotéis que previamente eram presídios, como é o caso do Langholmen Hotell, na Suécia. A despeito de ser uma casa de detenção ao longo do século XIX, atualmente o hotel conta com quartos modernos e aconchegantes, apresentando ainda elementos autênticos de uma prisão. Ademais, o hotel contém um museu prisional no seu interior, intitulado From Crime to Chains, que relembra o passado da edificação e de seus integrantes (TEIXEIRA DA SILVA *et al.*, 2021, p. 312).

A reutilização desses espaços pode ser vista em hotéis, bibliotecas e até mesmo em espaços públicos. No caso do Brasil, há o Memorial da Resistência, na cidade de São Paulo, a Ilha Anchieta, no litoral norte de São Paulo, a Ilha Grande, no Rio de Janeiro, o Carandiru, em São Paulo e o Museu Penitenciário, também em São Paulo.

Conforme explica Amaral (2016), no Brasil, há poucas unidades prisionais convertidas em locais de visita devido à ausência de uma política nacional de conservação memorial das prisões. Para o autor, os espaços que foram atribuídos a um segundo uso foram planejados e executados por pressões de contingências históricas e políticas. Dada a realidade brasileira, na qual as populações carcerárias excedem a capacidade dos ambientes, essa ideia é possível quando as unidades prisionais são fechadas por motivos adversos, como é o caso do Carandiru, por exemplo.

No entanto, alguns ativos devem ser selecionados prontamente para que, no futuro, essas unidades tornem-se um recurso turístico responsável por enfatizar a importância histórica e social dos sujeitos, já que “Apesar de serem espaços estigmatizados, acredita-se que é possível superar a demolição/esquecimento destes antigos complexos penitenciários e trabalhá-los visando o desenvolvimento de atividades culturais, memorialísticas, sociais e turísticas” (SILVA, 2021, p. 319).

Além de apresentar essa breve contextualização da relação entre prisão e turismo, esta seção apresentará outra forma de diálogo da atividade turística com os espaços prisionais ainda ativos e não desativados, que é o eixo principal desta pesquisa de mestrado. Ao introduzir turismo no contexto das visitas às unidades prisionais, pretende-se destacar a infraestrutura de transporte, hospedagem, alimentação e outros serviços que asseguram ao familiar visitar seu

ente encarcerado, bem como deslocar-se, manter-se e circular pelo município onde está localizado o recluso.

O documentário *Amor Bandido*, exibido pela Rede de Televisão Bandeirantes (2015), exemplifica esse fenômeno ao retratar cenas de saída das esposas ou namoradas e dos parentes da Região Metropolitana de São Paulo com destino a três localidades no interior do estado. Esse documentário mostrou que aproximadamente 5.000 familiares se deslocam da cidade de São Paulo para cidades do interior paulista semanalmente, e que, em média, cada pessoa gasta cerca de R\$300,00 a R\$500,00 com os custos de transporte, hospedagem e alimentação. Além disso, esses visitantes utilizam semanalmente os equipamentos turísticos mencionados, desde o transporte rodoviário para deslocamento e o hotel para hospedagem até restaurantes e mercado para compras de alimentos ou produtos higiênicos.

Na literatura científica, Moschetto e Santos (2010), Silva (2019) e Farias (2019) já se debruçaram sobre o entendimento do fluxo de visitantes nas prisões e utilizaram o termo “turismo sócio-familiar prisional” para descrever esse fenômeno.

Segundo Moschetto e Santos (2010), do senso comum ao científico, o turismo é o fenômeno das viagens e estadias temporárias em locais fora do ambiente habitual das pessoas, que se realizam por motivos diversos. Entre os diversos segmentos de demanda turística, destaca-se uma tipologia motivadora denominada turismo para visita de amigos e parentes, a qual pode descrever também uma dinâmica pouco conhecida: o turismo sócio-familiar prisional.

Essa nomenclatura chama a atenção para o tipo de viagem turística, e possui um detalhe: é um fenômeno que mobiliza pouca reflexão acadêmica. Por mais estranho que pareça à primeira vista, viagens para ver parentes e amigos presos podem ser classificadas como viagens turísticas, como defendem Moschetto e Santos (2010). Para os autores, os visitantes dos presídios tendem a permanecer pelo menos uma noite e, nesse período, consomem as comodidades turísticas locais durante sua estada na cidade.

Ainda de acordo com Moschetto e Santos (2010), a infraestrutura à disposição dos visitantes fora do presídio é precária, pelo fato de as prisões terem sido construídas em áreas distantes do centro da cidade de municípios selecionados, onde há a escassez de vias de acesso. Em alguns casos, não há transporte público, inviabilizando o acesso até esse serviço.

Muitas vezes, é difícil para os turistas alojados em alojamentos formais – pensões e hotéis – chegarem à prisão devido à falta de transportes públicos nos municípios. Esses turistas, em muitos momentos, são obrigados a usar táxis e acabam gastando mais do que realmente poderiam (MOSCHETTO; SANTOS, 2010).

Além dessa infraestrutura de locomoção básica, existe um comércio informal fora dos presídios especializado em atender os visitantes. Os serviços consistem em barraczinhas de madeira que vendem alimentos, além de alugarem/venderem roupas e chinelos usados para quem se traja fora do regulamento de visitação do presídio (MOSCHETTO; SANTOS, 2010).

Na véspera do dia da visita, os comerciantes informais começam a montar suas barracas para atender os visitantes que vão com a intenção de acampar em frente à prisão onde mora seu parente preso para visitá-lo na manhã seguinte do próximo dia. Apesar da existência de placas que dizem que os vendedores ambulantes são proibidos nesses locais, não há repressão a essa atividade, nem controle da qualidade e higiene dos serviços prestados (MOSCHETTO; SANTOS, 2010).

Moschetto e Santos (2010) trouxeram importantes considerações sobre o tema pesquisado ao descreverem a realidade dos municípios de Tremembé, Hortolândia, Sorocaba, Itapeverica da Serra e São Paulo. Eles acrescentam que o termo utilizado nessa pesquisa foi levantado após uma fala do professor Mario Carlos Beni (2006), na qual ele mencionou a chegada do turismo nas dependências das prisões do estado.

Em Lavínia-SP, conforme explica a socióloga Thamires Silva (2019), a mobilidade com intento de ver o detento configurou uma nova dinâmica e um novo cotidiano no município, os quais vão além das questões de punição, controle e ressocialização e se estendem à atividade do turismo, que ela chama de “turismo prisional” em sua pesquisa:

O “turismo penitenciário” se organiza de forma específica no espaço e no tempo, no exercício de um mercado que funciona semanalmente e instaura mecanismos próprios de distinção e hierarquização no referente à distribuição espacial dos produtos que nele se configuram enquanto demanda. Sendo a demanda pautada, principalmente, pela presença das prisões na cidade (SILVA, 2019, p. 142).

Ao criar unidades prisionais no território paulista, o estado estabeleceu, sem intenções, o fenômeno do “turismo prisional”, permitindo não só a continuidade do funcionamento do sistema prisional paulista, mas também a sobrevivência dos que estão fora dele, dependentes daqueles subalternos que fornecem renda e criam circuitos econômicos específicos (SILVA, 2019).

As “esposas de presidiários”, mulheres que visitam seus maridos nas penitenciárias, são consideradas consumidoras pelo efeito mobilidade atribuído ao turismo em geral, isto é, o turismo que considera os mesmos serviços, que podem ser utilizados pela população local, nesse caso, os mercados (SILVA, 2019).

As visitantes vivenciam o município de Lavínia-SP como se estivessem em suas próprias casas, carregando suas malas pelas ruas, bebendo nos bares, comendo as novidades que são oferecidas nos restaurantes enquanto caminham pela cidade, o que acontece “uma vez finalizado o objetivo da viagem: as visitas aos presídios da cidade” (SILVA, 2019, p. 144). Dessa forma, elas apresentam o comportamento de qualquer turista tradicional fora de sua cidade natal.

No decorrer da pesquisa de Thamires Silva (2019), a autora consegue captar dados que diferenciam o município em tempos sem presídio e com presídio. Sua análise confirma a existência do “turismo prisional” devido à instalação da unidade prisional e a todas as manifestações como consequência disso. Na pesquisa supracitada, percebe-se que a população local está distante dos visitantes devido à estigmatização e ao medo, e nota-se certa aproximação de uma parcela dos moradores motivada apenas por interesses econômicos, e não pela convivência.

Na minha pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão de curso (FARIAS, 2019), consegui diagnosticar a visitação de familiares no sistema prisional do município de Presidente Bernardes-SP e sua relação com o turismo. Esse município carece de estrutura turística de apoio governamental, infraestrutura turística, atrativos turísticos e lazer.

Sobre isso, cabe ressaltar também que a falta de infraestrutura e de atrativos não atende nem mesmo os turistas tradicionais. Por outro lado, graças às suas unidades prisionais, o município recebe cerca de 300 visitantes por final de semana. Após percorrer de 400 a 650 km da capital São Paulo (Rodoviária de Barra Funda) até a cidade de destino, esse público pernoita de sexta a domingo e, apesar da distância, ele está presente no município pelo menos duas vezes por mês (FARIAS; RIBEIRO; PIMENTEL, 2021).

Além disso, os visitantes de Presidente Bernardes, na viagem como um todo, gastam com transporte e hospedagem. Em relação à alimentação, as mulheres evitam restaurantes e usam o orçamento para comprar alimentos que serão levados aos presos pelo jumbo (FARIAS; RIBEIRO; PIMENTEL, 2021).

Farias, Riberio e Pimentel (2021) descrevem que essa atividade está totalmente ligada ao turismo a partir do momento em que foi perceptível o dinamismo e o lucro econômico deixados pelas visitantes nos meios de hospedagem pesquisados, reforçando e evidenciando o consumo de serviços diretamente relacionados com o turismo. Levando em consideração as falas dos empresários, “tem-se a somatória e o panorama da quantia, calculada de R\$ 3500 até R\$18.000 por mês, o valor cresce gradativamente conforme a estrutura do local e por este

motivo, fechamento do sistema prisional é algo alarmante para todos os empresários” (FARIAS; RIBEIRO; PIMENTEL, 2021, p. 55).

Diante do volume de visitação que a cidade recebe no fim de semana, os visitantes reclamam da falta de atividades recreativas na cidade, levando muitas a ir até o município vizinho, Presidente Prudente, para passear no shopping após visitar o presídio. Outro dado de destaque é a dependência hoteleira<sup>7</sup>, já que

o sistema prisional é responsável pela lucratividade desses estabelecimentos e seu fechamento pode desestabilizar a fonte de renda dessas pessoas. Com relação ao impacto desse possível acontecimento, o entrevistado B exclamou com toda certeza que fecharia o hotel, e ainda comentou: *“foi um... ótimo negócio! Agora tá meio fraco sabe? Porque a crise tá abalando todo mundo, né? Mas de resto é um bom negócio”*. Já a entrevistada A, relata: *“então, eu gostei da cidade não tenho planos de voltar para São Paulo, eu gostei daqui aí se fechar aí eu teria que arrumar um serviço aqui e manter aqui, porque eu gostei daqui”*. Nota-se que ela teria que buscar alternativa de renda, já que vive apenas dos lucros da pensão. Ela também elencou outra justificativa de permanência: a facilidade e proximidade para continuar vendo seu ente: *“é, ah então agora ele não está mais aqui, assim que eu vim para cá passou uns quatro meses aí ele foi de bonde, agora ele foi para Pacaembu, aí eu tenho que viajar para lá para ver ele, é mais perto”* (Entrevistada C). (FARIAS; RIBEIRO; PIMENTEL, 2021, p. 54).

Farias, Ribeiro e Pimentel (2021), apesar de pesquisarem em municípios diferentes, consideram que o turismo sócio-familiar prisional se caracteriza pelos deslocamentos realizados pelos familiares dos presos sem fundamento de lazer, porém envolve a utilização do *trade* turístico. Como a motivação está fixada na realização de visitas a pessoas encarceradas, o deslocamento desse público gera conflitos sociais e movimentação índices econômicos direta e indiretamente.

Para exemplificar o parágrafo anterior, tem-se a Figura 6, na qual se pode observar a dimensão do conflito social e das características econômicas geradas<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Como Presidente Bernardes está localizada no extremo oeste de São Paulo, os visitantes que saem de São Paulo devem ficar de 2 a 3 dias, de sexta a domingo, para aproveitar o final de semana inteiro (FARIAS; RIBEIRO; PIMENTEL, 2021).

<sup>8</sup> Além dos trabalhos consultados, a própria participação do trabalho de campo possibilitou compreender essas nuances sociais e econômicas que se estabelecem entre a população local e os visitantes carcerários.

Figura 6 – Efeitos do turismo sócio-familiar prisional nos municípios com penitenciárias.



Fonte: Autor (2022).

Para compreender a importância do sistema prisional de Presidente Bernardes, Farias, Ribeiro e Pimentel (2021) buscaram compreender a importância desse serviço estatal e como seria a realidade da cidade se houvesse fechamento e/ou não chegada das visitantes (QUADRO 2).

Quadro 2 – Reação dos empresários ao fechamento do presídio.

Questão	Entrevistado A	Entrevistado B	Entrevistado C
O fechamento do presídio pode interferir na lucratividade do seu estabelecimento?	“Nossa aí ia acabar tudo [risos]”.	“Ah, sim, se o presídio fechar eu fecho, eu posso fechar o hotel”.	“Não só do meu estabelecimento, acho que mexe com a cidade toda”.

Fonte: Farias, Riberio e Pimentel (2021, p. 54).

A pesquisa de campo e a entrevista com os empresários hoteleiros supracitadas ocorreram no segundo semestre de 2019, meses antes da pandemia da covid-19, em 2020. O que parece ser uma simples indagação do passado da realidade pré-pandêmica reflete o medo que passaram a vivenciar entre o início da pandemia e o período de flexibilização (reabertura das unidades prisionais). Não se sabe se essas instalações de hospedagem ainda estão funcionando hoje, em 2023.

Artigos acadêmicos e notícias dos veículos de imprensa apontam que o turismo foi o setor da economia mais atingido e, evidentemente, será o que mais demandará ações e políticas para recuperar-se, como explica Cruz (2020, s/p):

alguns segmentos possivelmente terão uma recuperação mais rápida em relação a outros, como é o caso das viagens corporativas ou o chamado turismo de negócios. Talvez o turismo religioso possa igualmente recuperar-se mais rapidamente em relação, por exemplo, ao segmento de eventos, sejam esses corporativos, culturais, esportivos ou outros, dadas as restrições possivelmente estendidas no tempo à realização de encontros concentradores de massas de pessoas.

A autora também complementa que os segmentos do turismo se recuperarão em tempos diferentes e os efeitos da pandemia sobre o setor turístico atingirão países, estados e municípios.

Mario Carlos Beni (2020) também discute sobre a pandemia de covid-19, mostrando seus novos desafios para grandes, médios e pequenos empresários do turismo, uma vez que medidas para o distanciamento e o isolamento social foram impostas, afetando diretamente a prática da atividade turística. A população foi obrigada e recomendada a restringir o contato físico e o compartilhamento de espaços, ocasionando o adiamento de viagens para poupar a saúde individual e coletiva. Os prejuízos ainda estão sendo calculados, mas operadoras de viagens, redes hoteleiras, empresas de transporte e produtores de eventos sentiram a queda do mercado turístico ao presenciarem o déficit de faturamento que vai dos 45% a 60%, comparado aos anos anteriores.

Diante dessa assertiva e fazendo uma analogia aos dias atuais, o avanço da covid-19 atravessou fronteiras. Quando determinado pelos governos estaduais o início do período de pandemia, toda e qualquer forma de turismo foi interrompida, o que inclui o fluxo de visitas até os presídios.

A suspensão foi uma medida aplicada pelos órgãos governamentais em todas as esferas com o objetivo em comum de resguardar a saúde dos agentes de segurança, dos presos, dos visitantes e da própria população local e geral. Diante desta situação, a covid-19 causou o

encerramento provisório da dinâmica comercial ilustrada na Figura 6, afetando a economia de acordo com o circuito inferior urbano, dependente do fluxo de visitantes que dinamizam o território prisional.

#### 1.4 NETNOGRAFIA COMO INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como a vida social e a virtual estão cada vez mais alinhadas e conectadas, familiares de presos vêm utilizando o Facebook como instrumento auxiliador no processo de visitação. Nesse sentido, obteve-se conhecimento de que o grupo em análise neste estudo é um espaço para as visitantes tirarem dúvidas sobre a penitenciária em geral, bem como obter informações sobre deslocamento. Ele ainda concede oportunidade para divulgar prestação de serviços aos visitantes.

De acordo com Santos *et al.* (2017), a internet é uma fonte de informação e comunicação originada do ato de compartilhar dados. Esse compartilhamento é um comportamento imprescindível entre os indivíduos integrantes da comunidade virtual que depositam na rede suas respectivas exposições de gostos, desejos e preferências. Isso é possível graças à informação digital que está cada vez mais sendo acessada pela sociedade, tendo os sites e redes sociais como portas de entrada para a imersão no mundo tecnológico.

Para Dias e Cassar (2005) e Alves (2010), as redes sociais podem ser entendidas como uma rede de intervenção humana por meio da tecnologia, pois é um ambiente que contém sociabilidade de indivíduos, grupos e instituições públicas ou privadas.

Recuero (2009) utiliza a nomenclatura “utilizadores da rede social” e explica que, no mundo cibernético, há diferentes formas de as pessoas expressarem suas personalidades e individualidades através de perfis. Assim, as principais redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp, dão pistas e facetas sobre a identidade de um ser humano.

Ferreira (2012) complementa a narrativa de Recuero (2009) ao observar que as redes sociais possibilitam a construção de uma pessoa a partir de cadastro pessoal. Em seguida, esse perfil pode interagir por publicações de textos e fotos. Dessa maneira, sites e redes sociais são compreendidos como um grupo de software social, uma vez que possuem uma aplicação direta de se comunicar por meio de um equipamento com acesso à internet.

De tal modo, desde do surgimento da internet, a difusão de informações e comunicações tornou-se prática e rápida, possibilitando a abordagem de todo e qualquer tipo assunto. Entre esses, está o turismo, a partir do qual viajantes podem partilhar experiências em grupos na internet.

Fazendo um enquadramento ao turismo sócio-familiar prisional especificamente, a partir da observação dos usuários na internet, é possível visualizar as interações entre os visitantes para compreender como o grupo se esquematiza para realizar as visitas presenciais nas penitenciárias.

A entrada no grupo social online pelo pesquisador adequa-se ao método de pesquisa conhecimento como netnografia, sinônimo da etnografia, porém em espaço virtual.

Os estudos netnográficos surgiram no Estados Unidos, o que foi propiciado pelo uso intenso das redes sociais. Nesse cenário, as empresas de marketing começaram investigar os usuários para estudos de mercado (GEBERA, 2008). Gebera (2008, p. 91) exemplifica o surgimento e o objetivo da metodologia no campo acadêmico:

La netnografía es un método nuevo de investigación de los espacios virtuales, se encuentra en proceso de expansión y formulación teórica y metodológica. La netnografía constituye una particularización de la aplicación de la etnografía en los estudios de las vivencias en Internet [...] Como técnica investigativa, la netnografía encarna una posibilidad más real para abordar lo que acontece en las comunidades virtuales. La netnografía, como método de investigación, podría tener, además del marketing, aplicación en procesos formativos u otros campos, donde se exploren necesidades e intereses de los cibernautas.

Mesquita *et al.* (2018, p. 138) fazem uma contextualização sobre o método, ressaltando os benefícios de compreender a realidade de um grupo em ambiente virtual, mas alertam sobre o cuidado ao utilizar a netnografia como um único método, pois “sem contestação, pode apontar para a subalternidade e a colonialidade do saber”.

Flaviane Santos (2020, p. 46) dialoga com o apontamento de Mesquita *et al.* (2018) ao dizer que

o pesquisador está, muitas das vezes, interagindo com uma pessoa desconhecida, [e] a confiabilidade é uma questão importante na netnografia. Em outras palavras, isso significa que algumas pessoas podem forjar quem elas são de verdade fora do mundo virtual, assim como podem expressar opiniões e descrições condizentes ou não com a suas práticas na “vida real”.

A autora complementa que, por esse motivo, os pesquisadores devem combinar outras técnicas e outros instrumentos de pesquisa, os quais podem auxiliar em uma compreensão mais ampla sobre a população estudada.

Conforme explica Ferraz (2019), a netnografia está associada ao campo das pesquisas online e vem sendo utilizada em várias áreas para além da Antropologia. Nos estudos antropológicos, antes do advento da internet, os pesquisadores realizavam percursos locais e

terrestres para obter dados preliminares de um determinado grupo em estudo. Na atualidade, a internet e seus equipamentos eletrônicos com acesso à rede cibernética se relacionam com culturas e formas de se viver.

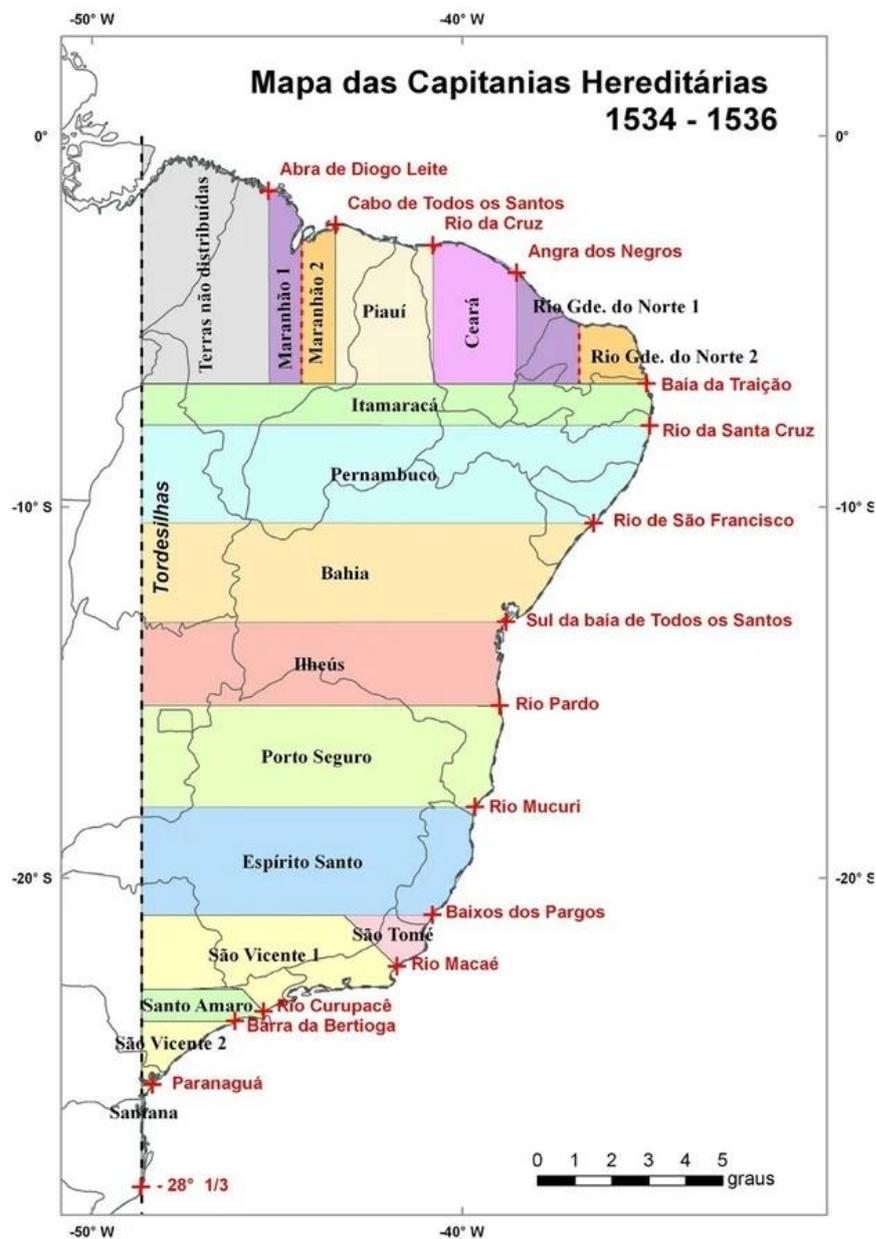
Principalmente no período pandêmico, as redes sociais, por exemplo, se tornaram uma ferramenta essencial durante a quarentena, possibilitando vantagens na adaptação à pandemia, como trabalho em formato home office, aulas em encontros online, estratégias de comércio, como o delivery para conservar relacionamentos afetivos, e opções de desfrutar do lazer e da cultura. Vale ressaltar que o uso da internet e seus equipamentos (smartphones e computadores) foi potencializado para conseguir manter certas rotinas durante a pandemia (MALAVÉ, 2020).

As pesquisas em Turismo vêm utilizando a metodologia com foco na internet para analisar diferentes aspectos. Por esse motivo, Gondim *et al.* (2020) definem a netnografia como um conjunto de práticas etnográficas quando há análise de dados, compreensão do indivíduo ou grupo e representação coletada, graças aos arquivos e comunicação adquiridas por meio da internet. Os autores complementam que o método está se destacando no campo turístico, uma vez que a área precisa analisar as interações online por conta das comunidades virtuais, que possibilitam com que os turistas, visitantes e consumidores interajam entre si, para troca de experiências, e com os profissionais do setor. Tais relatos tornam-se fontes de informações relevantes para os pesquisadores.

## CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE SÃO VICENTE-SP

Em 1532, o rei português D. João III decidiu usar um sistema de divisão para capitães hereditários em seu novo território no Novo Mundo. Assim, todo o litoral do Brasil foi dividido em 14 capitânicas, que foram entregues a oficiais importantes, delegados como responsáveis pela colonização desses espaços (LEME, 2004), como ilustra a Figura 7.

Figura 7 – Mapa reconstruindo das Capitânicas Hereditárias em 2013.



Fonte: Cintra (2013, p. 39).

Entre elas, existia a Capitania de São Vicente, estendida desde a costa de Bertioga-SP até a Ilha do Mel-PR (LEME, 2004). Essas terras (São Vicente 1 e 2) pertenciam a Martim Afonso de Souza. O papel do capitão era lidar com questões como povoamento, administração, defesa e desenvolvimento econômico local (DEUS, 2010).

A Coroa portuguesa, por outro lado, não sustentava financeiramente as capitanias, mas cobrava impostos, o que causava falta de recursos e, como resultado, a maioria dos capitães abandonava seu posto e suas respectivas capitanias. Um dos motivos eram os ataques de indígenas que lutavam contra a invasão de suas terras (DEUS, 2010).

Segundo Deus (2010), apenas dois capitães conseguiram permanecer em seu posto: o responsável por Pernambuco, Duarte Coelho, que introduziu o cultivo da cana-de-açúcar; e Martim Afonso de Sousa, graças ao tráfico de indígenas.

A partir da implantação do modelo de capitania hereditária, o território brasileiro pertencente a Portugal foi dividido em parcelas e entregue aos nobres confiados pelo rei. Os territórios somente podiam ser passados de pai para filho e, por isso, eram chamados de hereditários. O objetivo principal era povoar a colônia e compartilhar a administração colonial. No entanto, os capitães hereditários tiveram vida curta e foram abolidos dezesseis anos após sua criação.

Conforme as palavras de Santos (2019), desde 1502, o nome da cidade de São Vicente já aparecia nos mapas brasileiros e nos documentos de Américo Vespúcio, que viajou dez anos antes na expedição de Cristóvão Colombo. O autor também comenta que não é possível dizer exatamente quando os primeiros portugueses se instalaram em São Vicente, mas, para fazer uma estimativa, os historiadores se baseiam nos registros documentais de quando Martim Afonso de Souza fundou a cidade em 1532 por ordem do rei português Dom João III. Portanto, São Vicente é considerada a primeira cidade do Brasil, marco da colonização e ponto de partida dos desbravadores que exploraram a região e expandiram o território brasileiro.

Antes mesmo de fazer parte de organizações políticas e administrativas, o território de São Vicente foi palco, por séculos, de embates entre portugueses e indígenas, e tais episódios conduziram a formação dessa cidade. De acordo com Perugorria (s/d)<sup>9</sup> tudo começou quando a expedição portuguesa comandada por Gaspar de Lemos deu à ilha o nome de São Vicente, que antes era denominada de Ilha de Gohayó.

Tendo o título de primeira vila do Brasil, após a chegada de homens enviados pela Coroa portuguesa, Martim Afonso de Sousa aportou na região com duas missões: a primeira era

---

<sup>9</sup> Não há data de publicação, mas esta fonte foi retirada diretamente de documentos disponíveis no site oficial da Prefeitura de São Vicente.

batizá-la de São Vicente<sup>10</sup> e a segunda, instalar uma Câmara de Vereadores, em agosto de 1532. Por esse motivo, São Vicente é considerado, por muitos historiadores, o berço da democracia americana (PERUGORRÍA, s/d).

Além disso, furtos, saques e mortes também predominavam em São Vicente entre os séculos XV e XVI. Os espanhóis, piratas e até mesmo tribos indígenas queimavam plantações, destruíam fazendas e saqueavam o porto e seus armazéns carregando tudo o que podiam (PERUGORRÍA, s/d).

Com o passar dos anos, São Vicente ganhou características de cidade ao surgirem frentes de trabalho, construção de moradias, espaços governamentais e religiosos, cadeia e casas dos oficiais, todos próximos à praça principal, onde é hoje a “Biquinha de Anchieta”.

Lança (2005), em sua dissertação *Vilas paulistas do século XVI*, retrata as ocupações do território paulista ocorridas no século em questão. Fundamentado em fontes de informação e em estudos realizados sobre a história da urbanização do Brasil, o autor seleciona em seu trabalho duas imagens dos processos de povoamento ocorrido em São Vicente, como mostram as Figuras 8 e 9<sup>11</sup>.

Segundo França (2005), a estrutura apresentada (FIGURA 8) permanece quase a mesma, salvo as construções tradicionais feitas durante o século XX que transformam o estilo arquitetônico.

Figura 8 – Planta de São Vicente, criada por Jules Martin, em 1878.

---

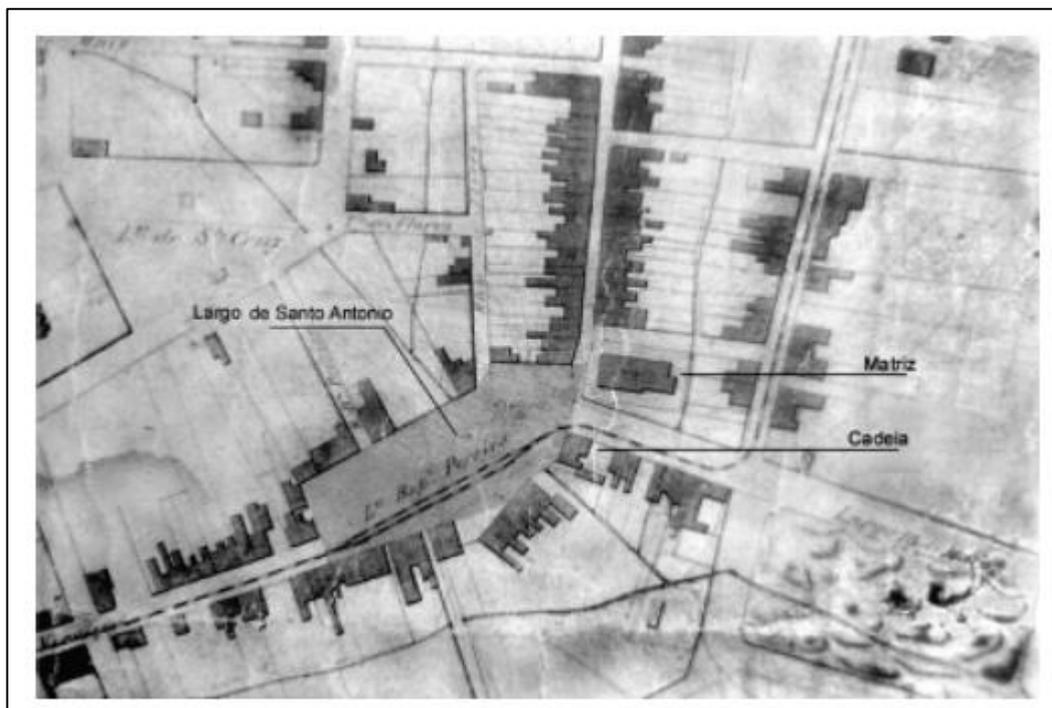
<sup>10</sup> “Na época era comum batizar-se acidentes geográficos, fundação de povoados e outros, com o nome do santo do dia, assim como São Sebastião do Rio de Janeiro, Bahía de Todos os Santos, São Paulo de Piratininga, etc” (PERUGORRÍA, s/d, p. 87).

<sup>11</sup> Optei em trazer as Figuras 8 e 9 pelo fato de as cadeias grifadas nas fotos estarem presentes em todo o processo de formação de São Vicente. Como explica Carvalho Filho (2002), o surgimento da pena de privação de liberdade condiz com a ascensão do capitalismo por existirem elementos e situações que proporcionam o aumento dos índices da pobreza e, conseqüentemente, geram criminalidade.



Fonte: Arquivos do Condephaat (LANÇA, 2005).

Figura 9 – Planta da cidade de São Vicente, em 1899.

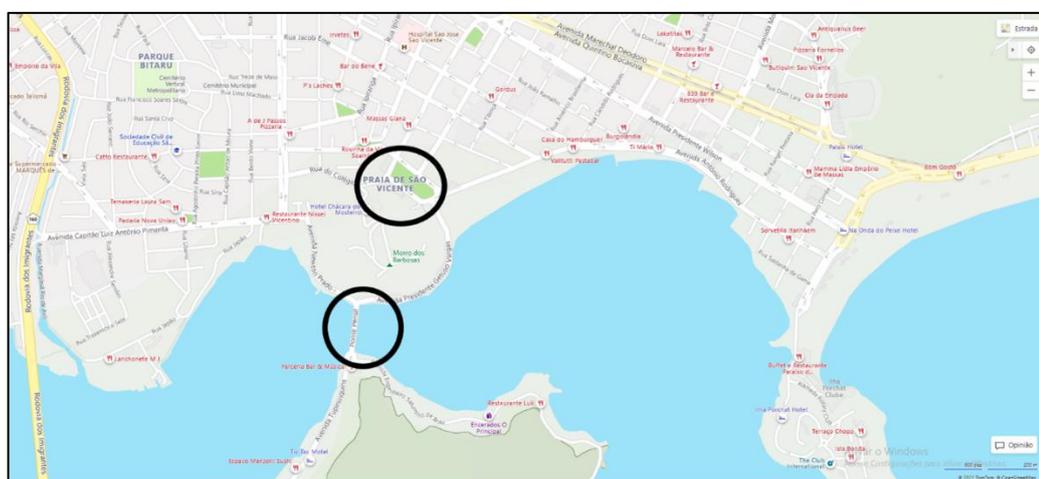


Fonte: França (2005, p. 112).

Para Lança (2005), essa cartografia é da área mais próxima ao mar, condizente com a localização do “Porto das Naus”, local onde espanhóis, piratas e indígenas furtavam e saqueavam, como apontado acima por Perugorría (s/d).

De acordo com uma nota publicada pelo Memória do Transporte Brasileiro (2020), as regiões apontadas pelo Lança (2005) pertencem atualmente à Praça Vinte e Dois de Janeiro e à Ponte Pênsil. Ambos locais, anteriormente, eram o entorno de onde teriam sido iniciados a Vila de São Vicente e o Porto das Naus, como mostra a Figura 10.

Figura 10 – Possíveis marcos zero de São Vicente.



Fonte: Memória do Transporte Brasileiro (2020).

A primeira e mais intensa produção foi a de cana-de-açúcar, inicialmente cultivada no litoral vicentino antes de se propagar para as regiões norte e nordeste do país (PERUGORRÍA, s/d). Corresponde ao período do Brasil Colônia, esse fato histórico é conhecido como “Ciclo da Cana de Açúcar” (MACEDO, 2019). Conforme explica Perugorría (s/d, p. 103),

A utilização do índio na lavoura não deu os resultados esperados. Habitados à vida livre, rebelava-se contra o sistema de escravidão e não produzia o suficiente. Além disso, os jesuítas, sentindo-se prejudicados nos seus trabalhos de catequese, levantaram-se contra a escravidão dos indígenas, muito embora a escravização dos índios em maior ou menor grau tenha sobrevivido quase até a abolição da escravatura. Por estes motivos foi introduzido o homem africano como escravo no Brasil. Esta prática já era utilizada com sucesso nas plantações dos Açores e da Madeira.

A agricultura prosperava nessa fase. Os indígenas cultivavam mandioca, milho, arroz, algodão e espécies de batatas. Além disso, eles industrializavam a farinha de mandioca e produziam variado artesanato. Porém, à medida que eles se rebelavam e fugiam, a mão de obra

foi se extinguindo e, assim, houve a diminuição da população indígena no trabalho escravo no Brasil colonial. Isso fez com que os senhores abrissem ainda mais os olhos para o tráfico negreiro (PERUGORRÍA, s/d).

Similarmente nessa época, tem-se a criação de gado, cabritos, cavalos, galinhas e ovelhas. Trazido pelo mar até o Porto de São Vicente, o gado era fornecido para a Bahia e a outras feitorias portuguesas espalhadas no Nordeste, na direção do Oeste, onde hoje estão os estados de Goiás e Mato Grosso, e uma grande abundância em Minas Gerais (PERUGORRÍA, s/d).

Essas características históricas foram gradativamente moldando o que é o município nos tempos modernos. Os problemas que surgiram ao longo do tempo foram de outra natureza, principalmente econômicos, devido ao crescimento da região e da cidade de São Paulo. Perugorría (s/d) acrescenta que os atritos das diferentes populações nesse espaço e a característica de ter sido a primeira cidade do Brasil fizeram com que São Vicente ganhasse lugar de destaque no contexto do estado paulista e da nação.

De acordo com um estudo publicado pelo Instituto Polis (2020), o crescimento populacional no município ocorreu no final do século XIX devido às atividades portuárias relacionadas à exportação de café que eram realizadas no município vizinho, Santos. O estudo ainda complementa que

Na primeira metade do século 20, o crescimento populacional de São Vicente, ainda que moderado, foi constante. A partir da década de 1940, surgiram as primeiras ocupações nos morros como alternativa habitacional para as classes de baixa renda, em locais próximos às áreas centrais e às linhas de bonde. Iniciava-se assim um fenômeno que perdura até os dias de hoje: a migração de famílias de baixa renda de Santos para São Vicente (POLIS, 2020, p. 7).

Em 1950, o município recebeu mais uma atividade que dinamizou seu território: a implantação do parque industrial no município de Cubatão. Esse fato gerou uma reconfiguração da economia regional, pois Cubatão, em conjunto com Santos, tornaram-se os responsáveis pelo dinamismo econômico e urbano da Baixada Santista e do litoral. A partir das décadas de 1950 e 1960, evidenciou-se o aumento da segregação socioespacial, destacado pelo distanciamento urbano das classes sociais, separando, na estreita faixa entre a ferrovia e o mar, os bairros praianos e o centro (POLIS, 2020).

Na década de 1960, houve uma expansão urbana sobre a Ilha Porchat após realização de aterro que ligou em definitivo a Ilha de São Vicente aos municípios vizinhos, Praia Grande e Santos. Nesse momento, foi firmada ainda a segregação socioespacial, já que os bairros dos

operários se localizavam a partir da linha férrea em direção ao norte e ao oeste, em terrenos baixos e alagadiços, e as favelas, no entorno do município sobre os manguezais, além das construções em próximas a diques das rodovias e o surgimento das palafitas (POLIS, 2020).

A cidade de Santos é considerada a mais rica da região, e o número populacional está estagnado desde a década de 1970. A população pobre de Santos mudou-se para as cidades vizinhas e, com ela, o comércio e os serviços populares deixaram de ocupar espaços urbanos mais simples. Com isso, o município de Santos encontra-se cada vez mais verticalizado devido à especulação imobiliária. Tal fato preocupa as indústrias e o comércio local, já que dependem da mão de obra barata e do consumo popular (SANTOS, 2019).

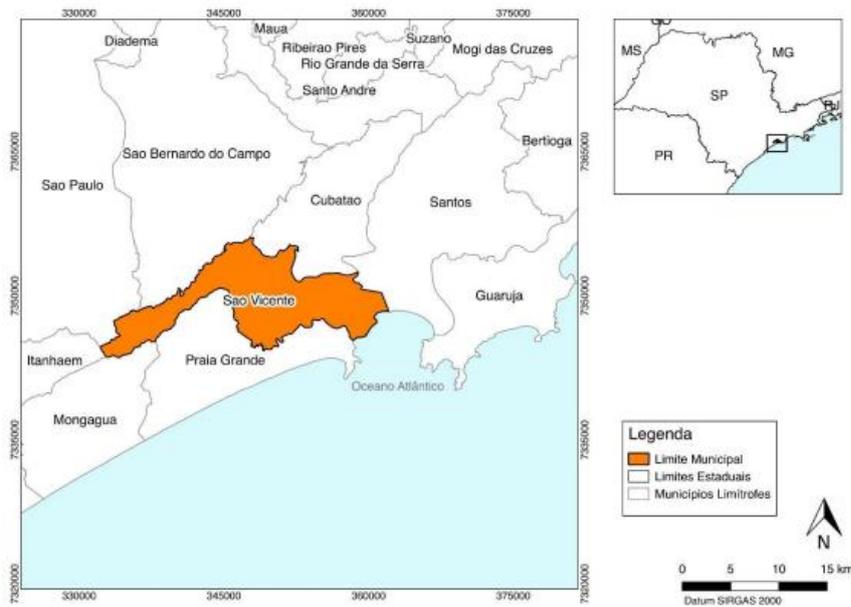
Os morros, os cortiços e as favelas ainda abrigam muitas famílias em Santos. São Vicente, Guarujá, Praia Grande e as demais cidades do litoral sul, embora tenham poucas áreas de classe média e alta, chamaram atenção no início da década de 1970 pelo rápido crescimento das periferias (SANTOS, 2019).

A partir do Decreto Estadual nº 52.576/1970 (SÃO PAULO, 1970), estabeleceu-se a região administrativa de Santos, a qual é composta por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Já na década de 1990, esses nove municípios passaram a ser a Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS<sup>12</sup>, que conta com uma população de aproximadamente 1,8 milhão de habitantes, sendo considerada a 17ª região mais populosa do país, englobando um território de 2.422 km<sup>2</sup> (AGEM, 2022). Já São Vicente, uma cidade de 148,151km<sup>2</sup>, abriga uma população de quase 370.839 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 11 – Localização de São Vicente e seus municípios limítrofes.

---

<sup>12</sup> Lei Estadual nº 815, de 30 de julho de 1996 (SÃO PAULO, 1996).



Fonte: PDTUR (2019, p. 17) apud São Vicente (2018).

As principais rodovias de acesso ao município são SP-160 (Rodovia dos Imigrantes) e SP-55 (Rodovia Padre Manuel da Nóbrega). Além dessas, o acesso de cargas pode ser realizado por meio do Porto de Santos ou das ferrovias, responsáveis pelo transporte de cargas até o Porto. As imagens das Figuras 12 e 13 elucidam as rodovias que cortam o perímetro urbano da RMBS.

Figura 12 – Rodovias conectadas à Região Metropolitana da Baixada Santista.



Fonte: MapasBlog (2022).

Figura 13 – Região administrativa de São Vicente – SV e seus principais acessos.



Fonte: MapasBlog (2022).

A Figura 13 expõe as principais vias de acesso para se chegar a São Vicente. Já o complexo penitenciário é conectado com a Rodovia Padre Manoel da Nobrega no km 282. Quem deseja visitar a capital paulista não encontra dificuldade.

O ordenamento urbano que ocorreu na área central de São Vicente possui essas características até hoje. De acordo com Jakob (2004), a Ilha de São Vicente passou a contar com uma orla de aproximadamente 2,5 km de extensão. Nessa região, encontra-se a maioria dos imóveis mais valorizados e com melhor infraestrutura de lazer, além dos serviços públicos e da parcela da população com maior poder aquisitivo e escolaridade superior em comparação com as demais áreas do município. O autor elucida essa particularidade territorial ao afirmar que a maior parte da população menos abastada está no continente.

O Instituto Polis (2020) corrobora ao afirmar que o município concentra, ainda, altos índices de pobreza e precariedade habitacional com os habitantes que vivem no continente. No relatório, afirma-se que, mesmo com projetos em andamento, o poder público possui dificuldades em apresentar melhorias dessas condições, principalmente para as famílias moradoras nas favelas e nas palafitas.

Referente ao setor econômico no município, o poder público possui um desafio de realocar aproximadamente 48 mil trabalhadores que estão na economia informal e outras 16 mil pessoas que estão desocupadas. Em relação à distribuição de empregos por setor, São Vicente

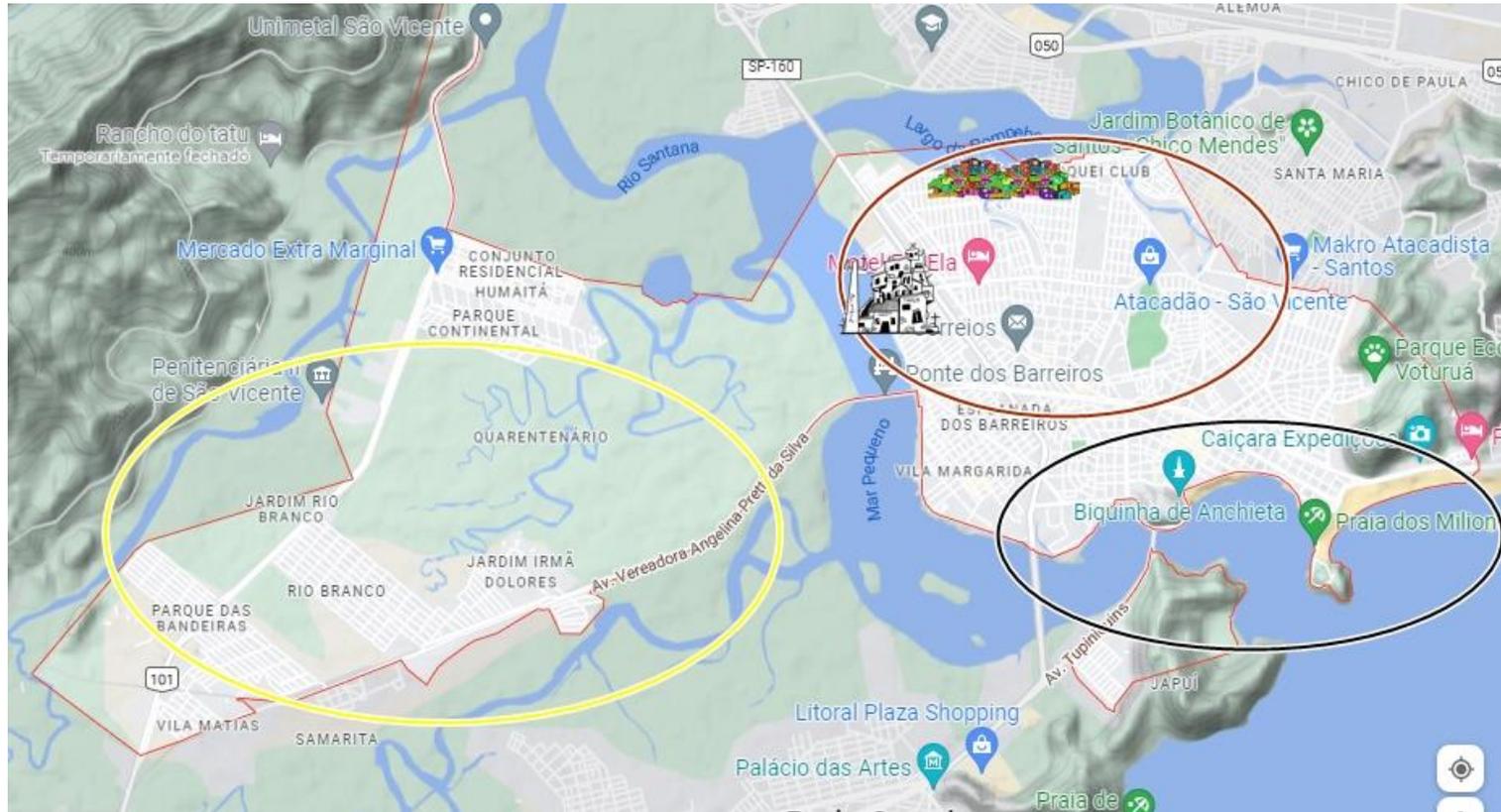
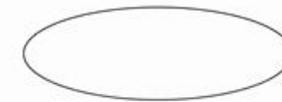
chama atenção nos setores formais de serviços, com 44,3%, seguido pelo comércio, com 28,8%, conforme elucidam os estudos da Polis (2020).

Em resumo, a região metropolitana que São Vicente integra é caracterizada pela divisão de sua ilha com Santos. A cidade mantém caráter antigo e segue superando seus problemas urbanos, já que não possui fontes de renda suficientes e se mantém majoritariamente pelos impostos municipais (SANTOS, 2019).

Sendo uma cidade dormitório e encruzilhada, com uma população formada por imigrantes, a maioria dos vicentinos vão para outras cidades em busca de oportunidades, como, por exemplo, para Santos, Itanhaém, Cubatão, Bertioga, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras. No entanto, os antigos portos negreiros e vilas coloniais continuam vivos como referência para quem deseja visitar o passado, surgindo como uma forma de lazer e cultura para visitantes e turistas (SANTOS, 2019).

Como pode ser visto na Figura 14 acima, o município é dividido em três áreas com características diferentes entre si. A circunferência preta demarca a orla litorânea planejada, local que recebeu sucessivos investimentos para melhorar a infraestrutura urbana e turística e que abriga os melhores lotes e edifícios comerciais e residenciais, onde a atividade turística do município ocorre com mais evidência.

Figura 14 – Mapa de São Vicente e suas três regiões.

**Legenda:**

**Área orla,  
condomínios**



**Área periférica**



**Área da  
penitenciária  
e projetos  
habitacionais**



**Favela do Dique  
Sambaia**



**Favela México 70**

Fonte: Adaptado de Google Maps (2022).

Já no círculo marrom, localiza-se a parte mais precária em termos de infraestrutura urbana, com a presença de problemas reconhecidos pela população residente e circulante dessas áreas de aglomeração e concentração de bolsões populares de massas de trabalhadores, que enfrentam sérias questões de moradia, desemprego, desigualdade social, ausência de serviços de saúde e educação, além de conviver com a insegurança urbana, a violência e a exclusão social.

No norte do continente, localiza-se a favela conhecida como “Dique Sambaiatuba”. Siqueira (2007) descreve que a favela continha as piores condições de salubridade e habitabilidade do município, “concentrando a presença de situações de risco de vida, especialmente por parte das famílias que residiam sobre as palafitas” (p. 16). A presença de inúmeras residências sobre a água do mar gera um forte impacto ao meio ambiente devido aos mangues ocupados, aos lixos acumulados e à falta de saneamento básico. É possível observar a ocupação na Figura 15, onde tais problemas sociais e ambientais podem ser visualizados.

Figura 15 – Foto área e panorâmica da favela do Dique Sambaiatuba.



Fonte: Adaptado de Santos (2019).

Santos, Andreoni e Silva (2012) descrevem a Favela México 70, localizada no extremo sudoeste da Ilha de São Vicente. Sua principal característica é a ocupação irregular em terrenos de marinha, que se situam entre as pontes dos Barreiros e do Mar Pequeno do município e possuem uma área aproximadamente de 30 hectares.

A configuração espacial, apresentada na Figura 16, mostra que a favela pode ser dividida em duas áreas: os prédios construídos e administrados pela CDHU e as palafitas inseridas (área carente de infraestrutura, principalmente quanto ao saneamento básico e à drenagem de esgoto), assim como visto no Dique. Essas favelas constituem-se e são conhecidas como as mais precárias na Baixada Santista.

Figura 16 – Vista da Favela do México para o conjunto habitacional.



Fonte: Adaptado de Bongiovanni (2021).

Por último, o círculo amarelo (FIGURA 14) corresponde à área onde está inserido o complexo penitenciário e onde houve construções de conjuntos habitacionais<sup>13</sup>. A área da penitenciária recebeu duas urbanizações diferentes. A primeira se deu a partir da instalação da primeira unidade prisional do complexo e a segunda chegou com a transformação do Bairro Continental em distrito do município, onde hoje abriga a subprefeitura da cidade.

Como relata Silva (2013) em “A favela que se tornou bairro”, a chegada do poder público, em 1999, culminou na agregação de serviços públicos próximos e na regularização de mais de quatro mil residências, e moradores sentiram-se morando em um interior com perspectiva de crescimento econômico.

O conjunto foi idealizado pela Companhia de Habitação da Baixada Santista (Cohab-Santista). A construção das casas aconteceu entre 1978 e 1983, por meio de financiamento do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH. Eram residenciais populares, construídas em um estilo idêntico, e voltadas para pessoas com uma renda mais baixa que queriam realizar o sonho da casa própria em um período economicamente difícil.

Siqueira (2007) ainda elucida que São Vicente cedeu à pressão do mercado imobiliário quando facilitou a

construção de apartamentos para os veranistas de classe média que podiam descer em seus automóveis a serra, pela recém-inaugurada via Anchieta, a orla praiana foi verticalizada, enquanto construções de padrão popular – vilas, conjuntos de casas geminadas e chalés de madeira – foram circunscritos às

<sup>13</sup> A característica dessa área chama atenção quando se encontra dois tipos de configuração (penitenciário e habitacional) longe dos centros urbanos. Segundo Parreira, Enoque e Loboda (2019), é cada vez mais comum o surgimento de novos conjuntos habitacionais longínquos das áreas centrais das cidades brasileiras.

áreas mais distantes da orla e do centro, num padrão de urbanização de grande contraste e segregação social (SIQUEIRA, 2007, p. 88).

O planejamento urbano do município por meio das leis de ampliações urbanas sempre priorizou a orla e incorporou a região isoladamente. Esse período corresponde a 1950 a 1986. Siqueira (2007) mostra que o município começou a olhar para os problemas desencadeados por essas políticas só em 2005, quando o Ministério das Cidades passou a intervir e a solicitar do poder público municipal diretrizes para diminuir os impactos sociais e ambientais presentes. A partir desse momento, São Vicente sanciona projetos de intervenções nas favelas. Com isso,

Os resultados até o momento contribuíram apenas para mitigar o grave quadro de segregação espacial. Um aspecto relevante foi a busca pela articulação com outras esferas de Governo, que resultou parcerias entre Companhia de Habitação da Baixada Santista (Cohab-Santista), CDHU (Companhia do Desenvolvimento Urbano e Habitacional), Governo Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (SIQUEIRA, 2007, p. 93).

O resultado do planejamento urbano em outro aspecto proporcionou, para a área de frente ao mar, um cenário urbano-turístico, presente na maioria do litoral paulista e da costa brasileira.

## 2.1 DADOS TURÍSTICOS DE SÃO VICENTE

O município de São Vicente possui 34 atrativos de referência elencados pela prefeitura para a criação de roteiros e guias turísticos. Entre eles, há 4 praias, Ilha Porchat, Ponte do Pênsil e circuito histórico, que inclui a casa de Martin Afonso, a Biquinha de Anchieta, o Marco Padrão, a Igreja Matriz de São Vicente e o parque cultural da Vila de São Vicente (AGEM, 2019), como mostra a Figura 17.

Figura 17 – Ilha Porchat e sua vista para praias de São Vicente.



Foto: Google Viagens (2022).

No centro da imagem, é possível visualizar a Ilha Porchat, um promontório situado no litoral de São Paulo, próximo à praia dos Milionários. Itararé aparece à direita e, ao lado esquerdo da ilha, a praia de Gonzaguinha.

Considera-se, então, no que se diz respeito à atividade turística, que

o município de São Vicente, diferentemente da maior parte dos municípios do litoral paulista, não possui o turismo balneário como um importante segmento da economia local, mas beneficia-se indiretamente da atividade turística, especialmente de curta duração. (POLIS, p. 10).

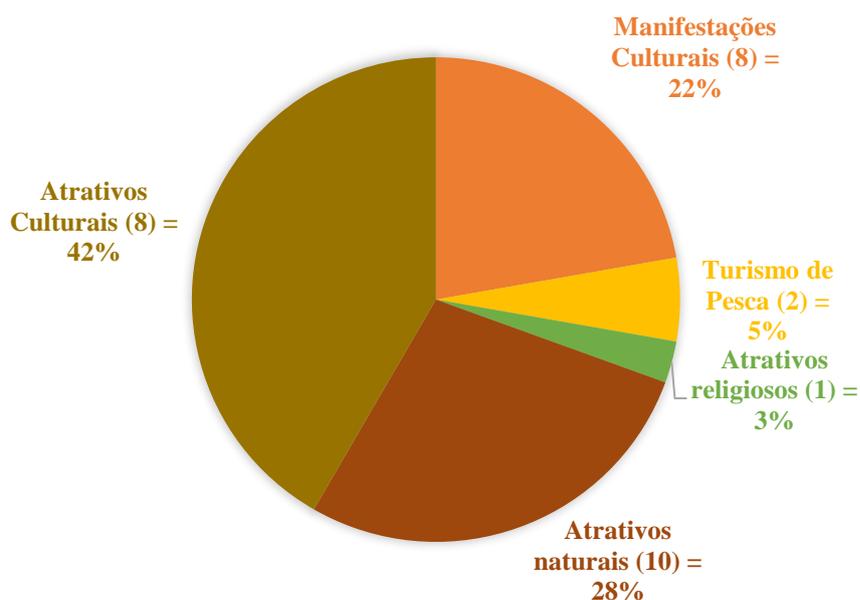
Tulik e Roque (2003), ao analisarem a importância da cultura local, via resgate histórico do município, alertaram que São Vicente não estava incluída nos circuitos das agências e dos operadores turísticos. E, assim como as outras estâncias turísticas vizinhas, a característica do seu turismo é majoritariamente doméstico, ocorrendo nos feriados e fins de semana com base em residências secundárias.

Para as autoras supracitadas, graças a alguns eventos baseados na história local, a cidade ganhou espaço na mídia, e visitantes ocasionais, moradores e turistas das cidades vizinhas também começaram a frequentá-la (TULIK; ROQUE, 2003). Um desses eventos é o aniversário do município, comemorado com as peças teatrais e a retomada da história centenária do local, durante as quais a população encena a chegada de Martim Afonso.

Embora as reuniões do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR afirmem que a atividade possui um ganho significativo para o desenvolvimento econômico municipal, os membros apontam (re)possibilidades em diversas modalidades turísticas para aprimorar o que já vem dando certo: turismo náutico, histórico, ecológico, de praia, cultural. Além disso, deve-se explorar outros pontos que surjam da centralidade vicentina (SÃO VICENTE, 2018).

Na análise da oferta turística apontada pelo Plano Diretor de Turismo de São Vicente – PDT (SÃO VICENTE, 2018), a cidade possui 34 atrativos turísticos, divididos em 5 segmentos (GRÁFICO 1). Os visitantes e turistas podem usufruir dessas opções, sendo atividades de cunho cultural com mais comparecimento. Porém, de acordo com o diagnóstico turísticos, os atrativos naturais (praias) possuem mais atratividade que os culturais.

Gráfico 1 – Divisão dos segmentos turísticos predominantes.



Fonte: Adaptado de São Vicente (2018).

As atrações turísticas mais importantes de São Vicente, que recebem mais apoios públicos e têm um enquadramento de acordo com as autoridades públicas, são as Praias do Gonzaguinha e do Itararé, a Ilha Porchat, a Biquinha de Anchieta e o Parque Cultural Vila de São Vicente. A denominação de cada um é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Relação dos atrativos turísticos de São Vicente.

Código	Nome	Segmento Turístico
1	Biblioteca Municipal	Atrativo Cultural
2	Biquinha de Anchieta	Atrativo Cultural
3	Câmara Municipal de São Vicente	Atrativo Cultural
4	Casa Martim Afonso	Atrativo Cultural
5	Centenário de Descobrimento do Brasil	Manifestação Cultural
6	Clube de Pesca de São Vicente	Manifestação Cultural
7	Clube de Regatas Tumiaru	Atrativo Cultural
8	Esporte Clube Beira Mar	Natural
9	Golf Club	Manifestação Cultural
10	Igreja Matriz de São Vicente Mártir	Religioso
11	Ilha Porchat	Natural

<b>12</b>	Ilha Porchat Clube	Natural
<b>13</b>	Instituto Histórico Geográfico de São Vicente	Atrativo Cultural
<b>14</b>	Marco Padrão	Atrativo Cultural
<b>15</b>	Monumento 500 Anos do Descobrimento do Brasil	Manifestação Cultural
<b>16</b>	Monumento Constitucionalista	Atrativo Cultural
<b>17</b>	Monumento de Comemoração do IV	Atrativo Cultural
<b>18</b>	Morro do Voturuá	Natural
<b>19</b>	Morro dos Barbosa	Natural
<b>20</b>	Museu da Cultura Afro Brasileira	Atrativo Cultural
<b>21</b>	Parque Cultural Vila de São Vicente	Manifestação Cultural
<b>22</b>	Parque Ecológico Voturuá	Manifestação Cultural
<b>23</b>	Parque Estadual Xixová-Japuí	Manifestação Cultural
<b>24</b>	Plataforma de Pesca	Turismo de Pesca
<b>25</b>	Ponte Pênsil	Atrativo Cultural
<b>26</b>	Porto das Naus	Turismo de Pesca
<b>27</b>	Praça Kotoku Iha	Atrativo Cultural
<b>28</b>	Praia de Paranapuã	Natural
<b>29</b>	Praia do Gonzaguinha	Natural
<b>30</b>	Praia do Itaquitanduva	Natural
<b>31</b>	Praia do Itararé	Natural
<b>32</b>	Praia dos Milionários	Natural
<b>33</b>	Relógio de Sol	Manifestação Cultural
<b>34</b>	Teleférico	Atrativo Cultural

Fonte: Adaptado de AGEM (2019).

Em relação ao *trade* turístico, o município possui a perspectiva apresentada no Quadro

4.

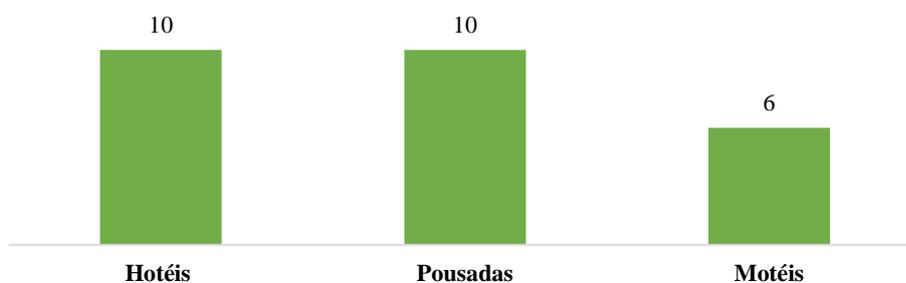
Quadro 4 – Diversidade dos setores turísticos de São Vicente.

Setor	Quantidade registrada
Equipamentos de Lazer	6
Serviços e Equipamentos Turísticos	10
Meios de Hospedagem	26
Alimentos e Bebidas	98

Fonte: Adaptado de São Vicente (2018).

No Gráfico 2, são apresentadas três tipologias de Meios de Hospedagem: Hotel, Pousada e Motel. Esse dado consta que “Hotel” e “Pousada” estão empatados com a mesma quantidade de estabelecimentos.

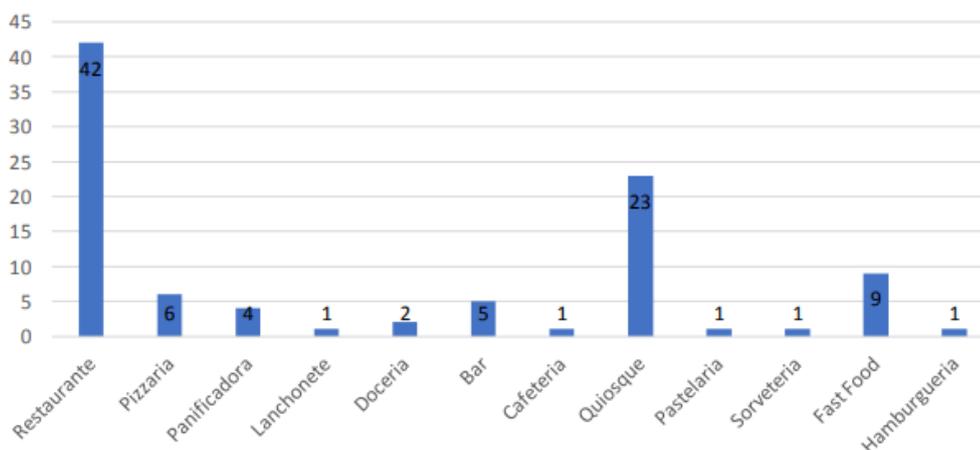
Gráfico 2 – Diversidade dos meios de hospedagem de São Vicente.



Fonte: Adaptado de São Vicente (2018).

Já o setor gastronômico chama atenção no cenário município, sendo o setor com maior número de unidades comerciais. A maior parcela é formada por “Restaurantes”, com o total de 42, seguida pelos “Quiosques”, com 23 apontamentos (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Tipologia dos Alimentos e Bebidas de São Vicente.



Fonte: São Vicente (2018, p. 69).

Conforme observado, São Vicente atende à responsabilidade de uma Estância Turística – ET, pelo fato de possuir infraestrutura e serviços direcionados ao turismo e de seguir as condições dadas pela legislação específica e os pré-requisitos para qualificar-se e manter-se em tal nomenclatura<sup>14</sup>. O município em estudo atualmente faz parte dos 70 municípios com essa classificação em São Paulo, que pode ser desdobrada em Climáticas e Hidrominerais.

---

<sup>14</sup> Lei nº 1.261, de 29 de abril de 2015 (SÃO PAULO, 2015).

### **CAPÍTULO 3:**

#### **DINÂMICAS CRIMINAIS: INTERPRETANDO O CONTEXTO BRASILEIRO**

Diferentes sistemas de punição foram adotados ao longo da história. Com o passar do tempo, as sociedades foram se transformando e os princípios das punições deixaram de ser regidos pelo medo à morte ou a torturas. Na atualidade, o modelo prisional oferecido não fundamenta o seu método punitivo nesses princípios, pelo contrário, seu intento é a reinserção coercitiva por meio da privação da liberdade. Por esse motivo, atualmente, os estabelecimentos e/ou unidades prisionais são subentendidos como um tipo de “segunda escola”, pois espera-se que seja um momento para a readaptação daqueles que não seguiram as normas e as leis passadas pelas instituições de ensino (FOUCAULT, 1987).

As prisões pretendem disciplinar os detentos evitando que eles voltem a cometer novamente algum tipo de infração e, nesse sentido, essas instituições têm como missão “tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 195). O trabalho se dá principalmente com a privação da liberdade do indivíduo, cuja pena pode ser em dias, meses ou anos.

De acordo com Andrade *et al.* (2015), as cidades e regiões metropolitanas estão propícias a temer a criminalidade e a violência urbana, porque elas são caracterizadas pelo vandalismo aos bens públicos e privados, o que gera a sensação de insegurança e de medo no cotidiano.

Para Pablo Lira (2017), a localização das ocorrências de crimes violentos é traduzida em dados demográficos envolvendo salário, escolaridade e distribuição desigual de equipamentos e serviços. Isso permite assumir que o crime está concentrado nas áreas urbanas, ainda que ocorra violência de todos os tipos e motivos até mesmo na zona rural. Não obstante, é justamente nas cidades e metrópoles que os desacordos interpessoais aparecem com mais força, talvez pela estrutura centralizadora e concentradora que o ambiente urbano representa (LIRA, 2017).

Segundo o Lira (2017), a criminalidade possui um mapa que mostra a concentração de crimes em áreas sem recursos e serviços, com renda e escolaridade abaixo da média, na cidade e arredores. A criminalidade pode ser caracterizada por qualquer:

violência [inflação] que é sancionada pela lei e é reprimida pelo Estado e sociedade. O conjunto de delitos pré-determinados pela esfera jurídica e lógica legislativa penal vigente caracteriza os tipos de violência criminalizada. Na maioria dos casos, as práticas delituosas são registradas pelas ocorrências

policiais, que utilizam critérios estabelecidos pelo Código Penal Brasileiro (LIRA, 2017, p. 27, comentário nosso).

Diante dessa situação e da presença do crime nas cidades brasileiras e no mundo, o poder público deve estar à frente com seus órgãos estatais para manter a ordem pública, proteger as pessoas e o patrimônio, conduzir investigações criminais e controlar a violência.

O Brasil, nesse retrato social, é conhecido como um dos países com maior população carcerária do mundo, principalmente quando, de acordo com os dados do Infopen, saiu do quarto lugar em 2015 e chegou ao terceiro lugar em meados de 2019 (BRASIL, 2022).

Quando a pessoa pratica um crime no Brasil, é obrigação do Estado fazer justiça e puni-la de acordo com a legislação criminal brasileira. É nesse momento que há a intervenção das unidades prisionais, estabelecimentos espalhados pelo mapa brasileiro. Nos municípios contemplados por uma unidade prisional, são visíveis as modificações sociais e espaciais.

Nesse sentido, observa-se a existência de uma relação entre a política e as prisões quando o estado constrói e investe em equipamentos de segurança pública para solucionar problemas urbanos encontrados nos centros, periferias e bairros nobres. Porém, há um detalhe que talvez passe despercebido pelo olhar dos governadores: há uma sensação de insegurança nas cidades-sede dos sistemas prisionais.

A reprodução do espaço se inicia no exato momento em que o estado promove infraestruturas que geram novos fluxos de circulação de pessoas, promovendo ações para a esfera pública e possibilidades ao setor privado. Desta maneira, a produção de um espaço, seja rural, seja urbano, é advento do produtor e dos vários agentes públicos e privados que levam à configuração desse espaço na forma urbana, produzindo e mantendo uma dinâmica espacial. Para Souza (2014), os agentes condutores do espaço são os proprietários dos meios de produção industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

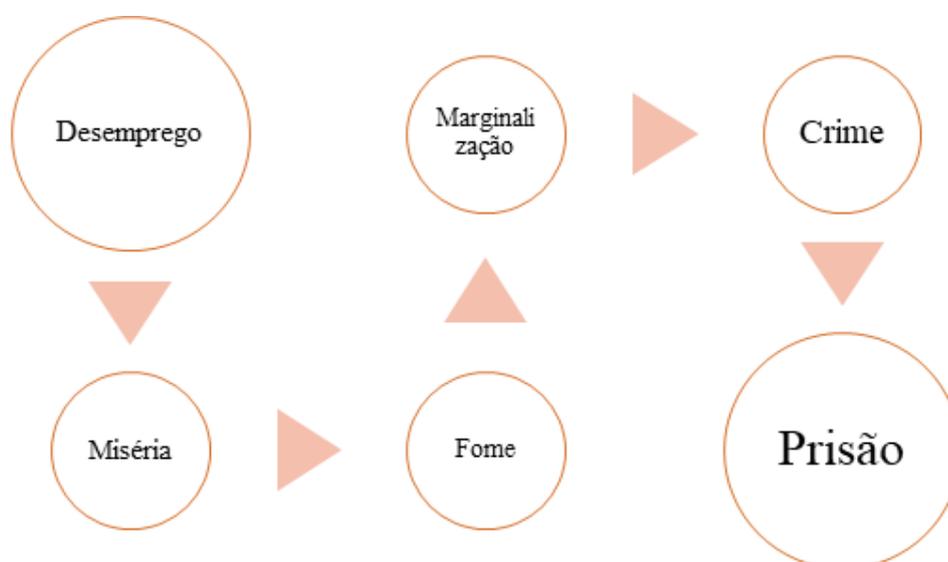
Condizente a essa ideia, Silva e Macêdo (2009, p. 10) defendem que “a atuação do Estado se faz de modo mais corrente através da implantação de serviços públicos”, produzindo espaços habitáveis, vulgo áreas públicas, visando atender às demandas da sociedade.

Exemplificando: esse processo culmina em uma organização espacial no entorno da penitenciária, sobre a qual Souza (2014) menciona a distribuição espacial da infraestrutura técnica: saneamento básico, social (escola, postos de saúde etc.) e subcentros de comércio e serviços. Porém, “seria empobrecedor restringir a organização espacial tão somente à materialidade do espaço, ou seja, a estruturas diretamente tangíveis” (SOUZA, 2014, p. 38).

Conforme exposto, o espaço é produzido também pelos sujeitos que o compõem, o que pode ser chamado de fluxo, sendo articulador de diferentes pontos do espaço: “os fixos espaciais materiais (as cidades, os espaços intraurbanos que servem de base de apoio logístico etc.), e mesmo os fluxos tampouco prescindem de meios materiais” (SOUZA, 2014, p. 173).

Conforme explica Alves (2006), a presença dos meios de produção e dos postos de trabalho industriais provocou um êxodo da população rural para as cidades, o que ocasionou uma oferta de mão de obra excessiva, a qual a industrialização não teve capacidade de absorver. A Figura 18 a seguir demonstra o ciclo.

Figura 18 – Transformações destrutivas do capitalismo.



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Ganem (2018).

Lolis e Silva (2019) explicam que o capital, juntamente com o Estado, produz um exército industrial de reserva, isto é, de trabalhadores sem empregos fixos que trabalham em serviços temporários ou informais. Na medida em que não se encontra trabalho decente e compensatório, surge a necessidade de sobrevivência e as respectivas estratégias para supri-la, como as atividades informais e as ilícitas.

O caminho para as atividades que não estão de acordo com as leis se torna cada vez mais presente na vida dos trabalhadores desempregados nos centros urbanos, principalmente nas famílias em condições de extrema pobreza (SANTOS, 2016).

A parcela da população tida como não produtiva acaba recebendo codinomes, tais como “classe perigosa” ou “vagabundos”. É inegável a existência desses termos no decorrer da história, mas, de acordo com Cindi Katz (2019), a palavra “vagabundo” se refere mais à

produção capitalista globalizada quando abandona os lugares e seleciona outras no processo de acumulação. Em diálogo com isso, Adriana Santos (2016, p. 154), em sua tese, considera que

A lei gerencia o medo de todos nós de sermos confundidos com o desocupado, com o vadio, com o criminoso, além de desenhar o trabalho como direito fundamental do homem para subverter uma de suas faces mais sombrias: a sua inevitável obrigatoriedade. É o que tem feito toda a sociedade do trabalho ao investir insistentemente nesse discurso.

Ademais, o crime afeta as áreas urbanas com infraestrutura insuficiente. Nesse sentido, há uma tendência de piora em relação à segurança, especificamente com a ocorrência de roubos e furtos, por exemplo, em locais onde falta a presença do Estado. Raiher (2018) aponta para essa razão de criação da espacialidade dos crimes.

Portanto, alcançar melhorias na infraestrutura urbana e social pode levar à interrupção desse processo. Então, se os aspectos locais do bem-estar coletivo são eficazes, pode-se induzir haja diminuição da criminalidade, principalmente em regiões onde há maior carência desses elementos (RAIHER, 2018). Caso isso não ocorra, o Estado será o responsável direto pela ocorrência do crime, e deve prender, condenar e punir e, após, proporcionar a ressocialização em espaços preparados para essa função.

O Brasil entra no cenário mundial em relação aos números de indivíduos privados de liberdade. O Sistema Nacional de Informação Penitenciária – Infopen (BRASIL, 2022) indicou que o Brasil contava com 661.915<sup>15</sup> encarcerados, o que coloca o país na terceira posição entre os países que mais encarceram pessoas no mundo. Os Estados Unidos, por sua vez, continuam a ter a maior taxa de encarceramento do mundo, com quase 2 milhões de pessoas em prisões estaduais e federais e em liberdade condicional. Em segundo lugar está a China, com uma população carcerária de 1,6 milhão de pessoas (HUMAN RIGHTS WATCH, s/d).

Em nível nacional, dos Estados federativos, São Paulo é o mais populoso do país e possui o maior número de presos em todo o Brasil, com 197.441, seguido por Minas Gerais, com 65.799, Rio de Janeiro, com 52.764 e Paraná, com 32.700, os quais, respectivamente, ocupam a segunda, a terceira e a quarta colocação, e encabeçam o ranking de encarceramento no país (BRASIL, 2022).

Jesus Filho (2017) discorre que, entre os inúmeros períodos de expansão penitenciária do estado de São Paulo, especificamente na gestão do 28º governador, Orestes Quécia (1987-

---

<sup>15</sup> Esse número não inclui a segunda parte da população prisional, a domiciliar, segundo a fonte consultada. Esse índice corresponde a 88.080 sem tornozeleiras e 87.448 com equipamentos, ou seja, 175.528, elevando o Brasil para 837.443 presos (DEPEN, 2022).

1991), foram inauguradas dezenas de unidades prisionais. Esse momento é reconhecido pela aceleração, expansão e interiorização das penitenciárias no território paulista.

Sabaini (2012) faz uma observação correlata ao dizer que, na década de 1990, o objetivo dessas construções era tentar resolver os índices de criminalidade e violência que aumentavam a cada ano e, ao mesmo tempo, tentar enfraquecer as facções criminosas. Conseqüentemente, inicia-se o fortalecimento das facções no interior do estado de São Paulo e também das unidades prisionais. Como discute Sabaini (2012, p. 18):

1992 ficou marcado na história carcerária do país o massacre ocorrido nas dependências do Carandiru com a morte oficializada de 111 detentos. Dez anos depois esta unidade de reclusão é desativada e, subseqüentemente, 21 novas unidades começam a se espalhar pelo interior do estado de São Paulo. A política de interiorização das prisões tem como objetivo dar resposta rápida a um déficit crônico de vagas prisionais, além de ser, em curto espaço de tempo, uma tentativa (pouco eficaz) de contenção dos índices de violência.

No entanto, não é com infraestrutura prisional que o objetivo de diminuir a criminalidade e a violência é alcançado, e sim a partir de políticas públicas concentradas em segurança, educação e geração de emprego e renda. Atualmente, existem, em São Paulo, 178 unidades prisionais, sendo 88 penitenciárias. Com a construção de unidades prisionais em diversos municípios pelo interior do estado de São Paulo, notou-se uma dinamização da economia regional devido à chegada de investimentos nesse tipo de infraestrutura vinculado à segurança pública. A construção civil foi um dos setores que mais se beneficiou com essa expansão das unidades prisionais, além das funções de empregos públicos para o trabalho nelas.

### 3.1 DIMENSÕES DO ENCARCERAMENTO BRASILEIRO

Este subitem apresenta o panorama da população carcerária no Brasil com o objetivo de demonstrar a realidade do sistema penal brasileiro. Serão utilizados dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – Infopen, pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e pelos sites oficiais do Governo do Estado de São Paulo.

O Brasil tem 1.424 unidades prisionais, conforme consta no sistema de informações penitenciárias do DEPEN (BRASIL, 2022). Esse número é baseado nos tipos de estabelecimentos prisionais e sua finalidade. De acordo com a Lei de Execução Penal – LEP (BRASIL, 1984), a penitenciária é a unidade prisional destinada a condenados à pena em regime

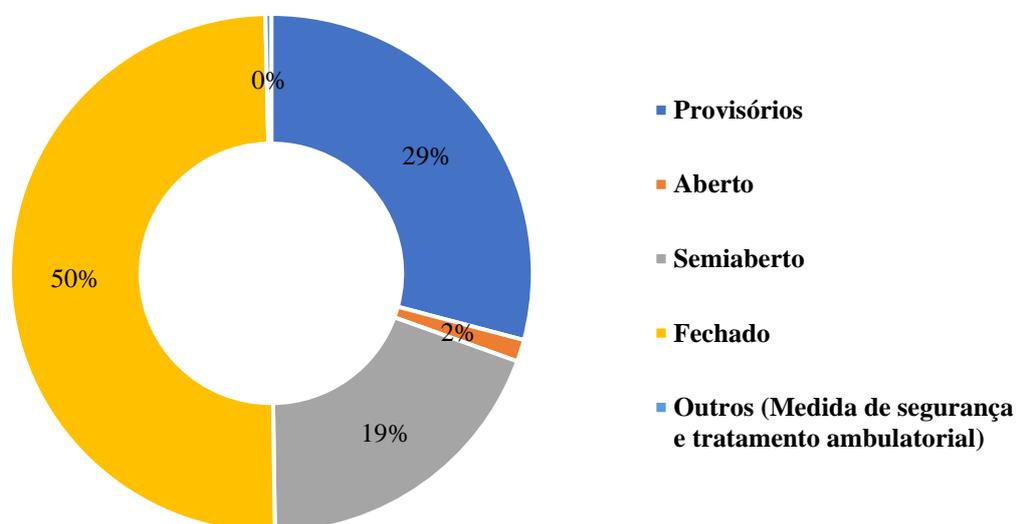
fechado, enquanto que a colônia agrícola, a industrial ou similares destinam-se a presos em regime semiaberto, e as casas de acolhida, para os que estão em regime aberto.

Os presos provisórios devem aguardar julgamento em uma cadeia pública. Existem também hospitais de prisão preventiva onde aqueles que cometeram um crime devido a um problema mental têm de cumprir medidas de segurança e são considerados inimputáveis ou semi-imponíveis (CNJ, 2021).

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, o Infopen é um acoplado de informações e estatísticas sobre o sistema penitenciário brasileiro. Essa ferramenta é alimentada pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004. Sua metodologia foi reformulada em 2014 objetivando modernizar o instrumento de coleta e ampliar o leque de informações coletadas em relatórios detalhados, por meio dos quais é possível compreender a realidade do Brasil. Ela é, portanto, uma fonte de consulta para interessados, pesquisadores e sociedade civil.

Conforme mencionado no item anterior, o país possui 661.915 reclusos. O Gráfico 4 exemplifica a quantificação de pessoas nos regimes fechados, semiabertos e abertos.

Gráfico 4 – População prisional por regime.



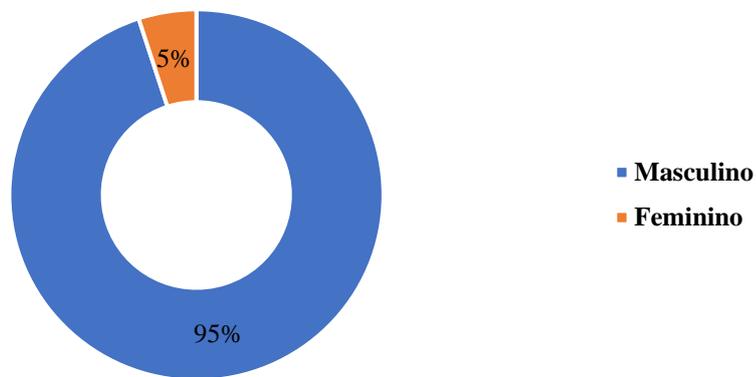
Fonte: Adaptado de Brasil (2022).

Caso o juiz ordene a pena de oito anos ou mais de prisão, o cumprimento será no regime fechado. Os detentos ficam em uma penitenciária e não podem sair dela, pois estão em regime de contenção total da liberdade. No Gráfico 4 consta que 326 mil pessoas cumprem pena nessa tipologia, o que equivale a 50% de todos os presos no Brasil. O Infopen (BRASIL, 2022)

explica que o direcionamento ao regime fechado se dá pela categoria de incidência. Os crimes mais cometidos são os contra o patrimônio (roubo, furto, furto qualificado e extorsão), com 51%, os que envolvem manejo e tráfico de drogas, com 20%, e os crimes contra a pessoa (sequestro, violação e violência), com 17%.

No Gráfico 5, é possível visualizar que o gênero mais preso no Brasil é o masculino, com aproximadamente 95% (628.820). Apenas 5% (33.095) representa o público das mulheres.

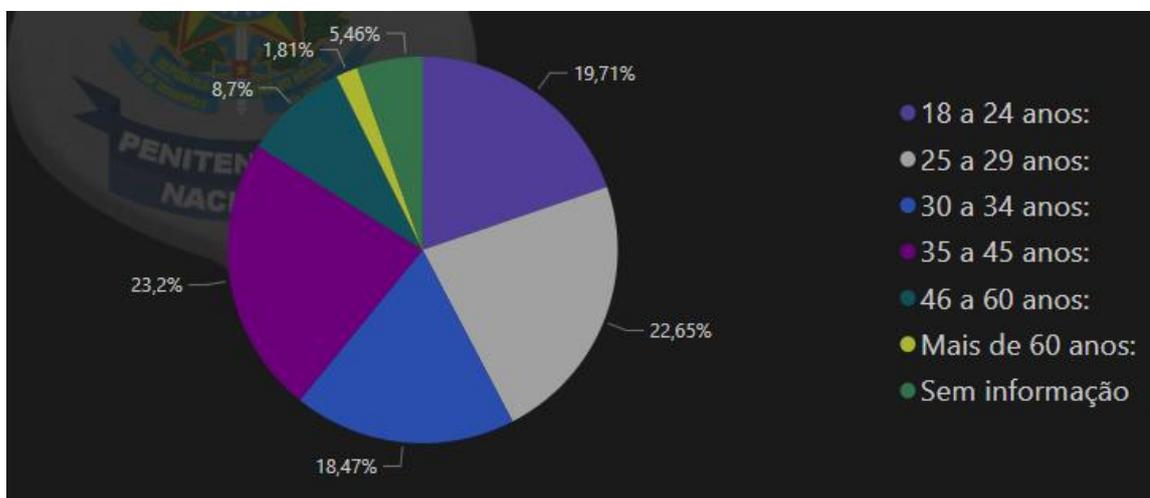
Gráfico 5 – População carcerária e gênero.



Fonte: Adaptado de Brasil (2022).

Em relação à faixa etária, observa-se, no Gráfico 6, que 23,2% dos presos brasileiros têm entre 18 e 24 anos, e 22,65%, entre 25 e 29 anos, os quais, somados, chegam a um total de 45,85% jovens adultos de 18 a 29 anos.

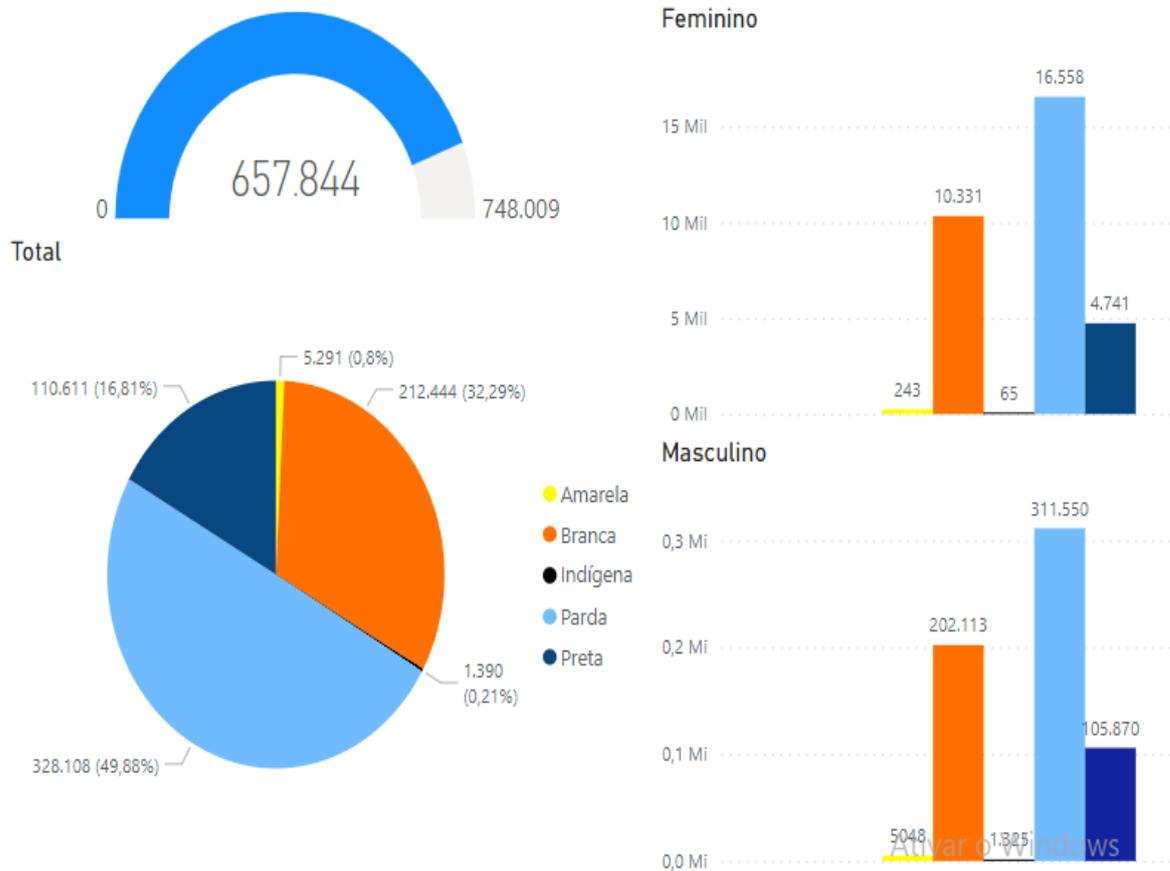
Gráfico 6 – Faixa etária dos reclusos.



Fonte: Brasil (2022).

O Gráfico 7 contém a representação da etnia da população presa em 2019. Como se vê, a população negra representa quatro terços de toda a população carcerária – indígena, pardo e preto<sup>16</sup>. Somando os dados estatísticos, há 444.010 pessoas negras, representando 67.49%. Desse número, a maioria se considera pessoa parda, tanto no gênero masculino como no feminino.

Gráfico 7 – Composição da População por Cor/Raça no sistema prisional.



Fonte: BRASIL (2022).

Conforme observado nos parágrafos anteriores, as penitenciárias apresentam uma pequena diferença em relação aos presídios. Embora as primeiras sejam espaços para condenados, com instalações e vigilância do estado de alta segurança, os presídios, por sua vez,

<sup>16</sup> O conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga – Lei nº 12.288/10 (BRASIL, 2010).

abrigam apenas aqueles que não cometeram crimes classificados como complexos ou que estão cumprindo a pena de prisão em sistema aberto ou semiaberto.

Por fim, destaca-se que os dados demonstrados mostram um sistema prisional feito para homens e se adapta para as mulheres. De modo geral, há consenso sobre o perfil da população carcerária, que se caracteriza por homens jovens e negros.

### 3.2 SISTEMA PRISIONAL EM SÃO VICENTE-SP

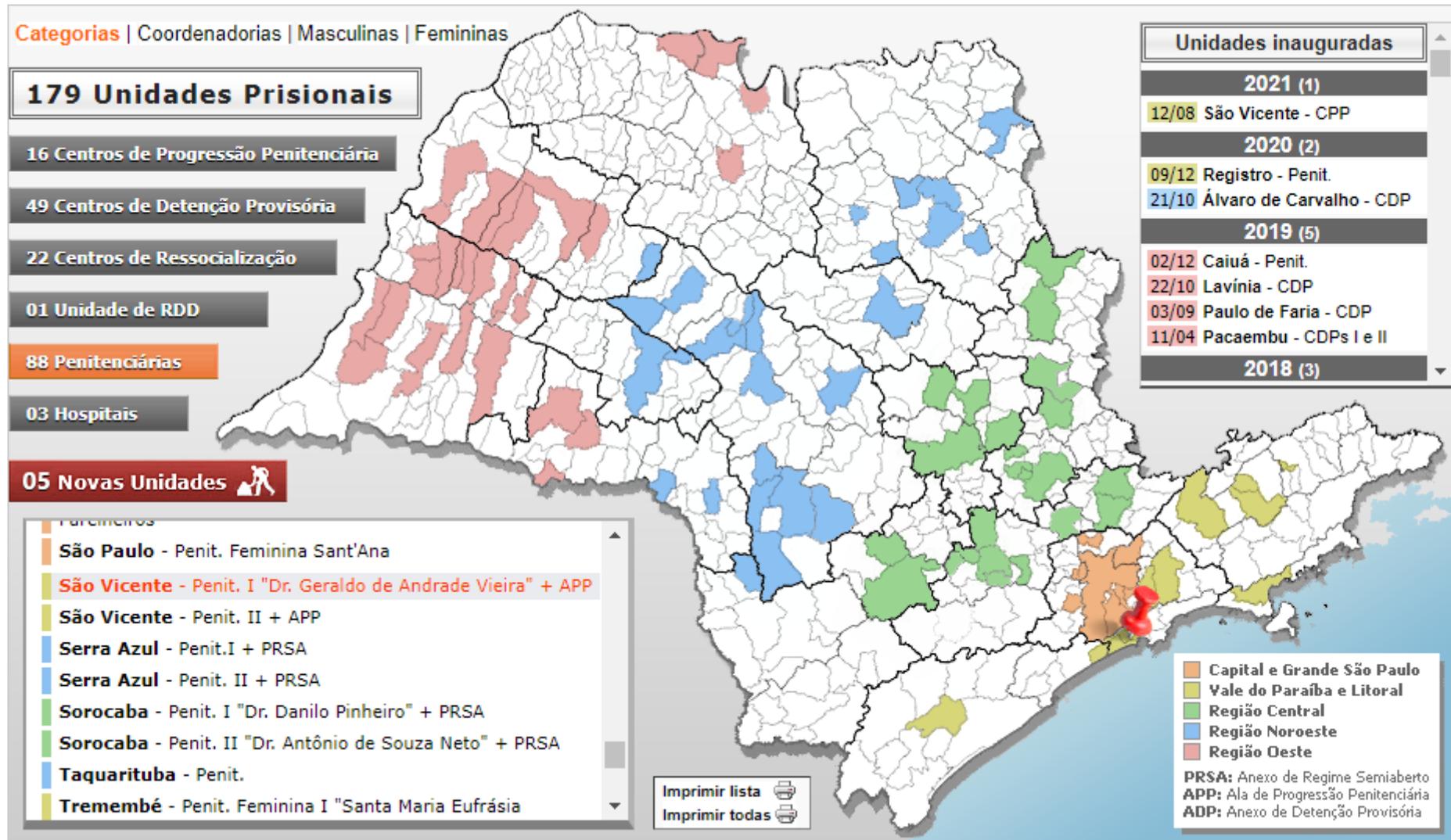
Os termos utilizados para explicar os tipos de unidades prisionais no Brasil no item anterior foram ressignificados pelo governo de São Paulo em meados dos anos 2000, pois se trata de uma ação para impedir/diminuir a permanência de presos em delegacias de polícia (antigos presídios públicos).

Assim, de acordo com o Portal do Governo do Estado de São Paulo (SAP, 2021b), dentro das áreas limítrofes do estado, há quatro tipos de unidades prisionais:

- Centro de Detenção Provisória – CDP: locais onde se encontram detidos os reclusos que aguardam julgamento. São unidades com aproximadamente 760 vagas gratuitas.
- Penitenciária: após julgamento, os condenados por sentença transitam para penitenciária de regime fechado ou semiaberto. Ela é como um CDP, mas com estrutura de prisão, com cozinhas, oficinas e salas de aula.
- Centro de Reabilitação de Prisioneiros – CRP: unidades localizadas em cidades interioranas de médio porte que abrigam presidiários primários e de baixo risco. Esses centros abrigam presos semiabertos e fechados.
- Centro de Progressão Penitenciária – CPP: local específico para abrigar os detentos que estão cumprindo o fim da pena. No modo semiaberto, essa é a penúltima fase da punição. Depois disso, o prisioneiro é liberado para o regime de liberdade condicional ou entra em modo aberto.

Em relação aos estabelecimentos prisionais presentes nos municípios brasileiros, conforme estabelece o Human Rights Watch (s/d), eles estão mais concentrados aos arredores das zonas urbanas e em regiões mais populosas. São Paulo chama a atenção no cenário nacional por ser o estado mais populoso do Brasil e, por isso, tem, de longe, a maior população carcerária, mantendo cerca de 40% dos presos do país (207.987), dado que chegar ser maior do que os da maioria dos países latino-americanos (FIGURA 19).

Figura 19 – Mapa prisional de São Paulo.



Fonte: SAP (2021b).

São Vicente especificamente, como consta no banco de dados da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP (2021b), possui 4 unidades prisionais. Dada a pluralidade dos diferentes tipos de prisões, figura-se como um município que possui um complexo prisional (QUADRO 5).

Quadro 5 – Dados gerais do complexo penitenciário de São Vicente.

Nome da unidade	Regime	Gênero	Capacidade	População	Inauguração
Penit. I “Dr. Geraldo de Andrade Vieira” de São Vicente	Fechado	Masculino	1135	1789	29/04/1977
Penit. II de São Vicente	Fechado	Masculino	1037	1778	27/11/1990
CDP “Luis César Lacerda” de São Vicente	Fechado	Masculino	843	1067	01/03/2002
CPP de São Vicente	Semiaberto	Masculino	847	882	12/08/2021

Fonte: Adaptado de SAP (2021b).

Ao compilar as informações do sistema da SAP, é possível perceber que as penitenciárias são as mais populosas, seguidas pelos CDP e CPP. Outro detalhe é a capacidade delas, uma vez que o número populacional supera os índices.

Foi finalizado, recentemente, o CPP, que, até sua inauguração, contava com instalações adequadas para as mães detentas: possuía playground, salas de berçários e pediatria. A ideia era ser uma penitenciária do gênero feminino. Conforme a reportagem da Revista Veja (ALENCAR, 2021), antes da inauguração, a gestão do governo estadual de João Doria (PSDB) decidiu mudar o público-alvo, alegando a necessidade do sistema carcerário e a falta de demanda de reclusas femininas.

As informações apresentadas em São Vicente neste capítulo transitaram entre a história, a geografia, os principais aspectos econômicos, englobando o turismo, e as reflexões quantitativas acerca do complexo prisional.

Ao conversar com moradores e comerciantes dos quiosques na praia, eles relataram que não identificam a presença das visitantes na orla<sup>17</sup>, uma vez que o complexo penitenciário está localizado na “gleba” da cidade. O distanciamento do complexo penitenciário até o litoral seria a justificativa?

<sup>17</sup> Em uma das respostas, os respondentes alegavam “Não vemos as sacoladas por aqui”, referindo-se os jumbos que as meninas levam para dentro do presídio.

Também é possível perceber um recorte espacial em relação ao desenvolvimento do turismo, cujas atividades estão próximas à orla ou ao centro do município e afastadas dos bairros do continente e da “gleba”, onde se localizam as unidades prisionais.

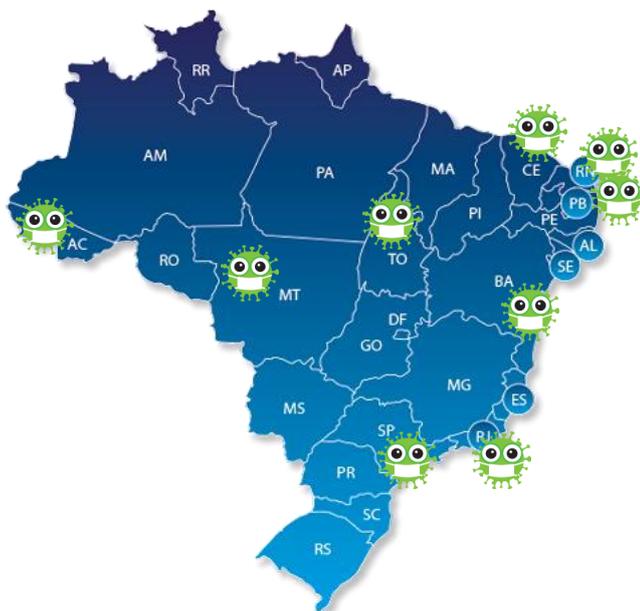
## CAPÍTULO 4: NOVAS FORMAS DE APROXIMAÇÃO DAS VISITANTES EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19

A primeira parte deste capítulo descreve como o Governo do Estado de São Paulo tem tratado a questão das visitas às prisões e quais medidas têm sido tomadas para manter as famílias em contato com os presos.

Para realizar essa discussão, é pertinente retomar que a suspensão da visitação em unidades prisionais foi uma medida adotada em âmbito nacional para conter a chegada do vírus de covid-19 nesses espaços. Isso demandou planejamento, monitoramento e atuação do poder público em todo o território nacional. Os governos federais e estaduais exerceram ações, na medida do possível, para frear e conter a disseminação do vírus e cuidar da população.

De acordo com um relatório da Open Knowledge Brasil – OKBR, Rede pelo Conhecimento Livre, divulgado em outubro de 2020, o Brasil desconhecia a extensão da contaminação por covid-19 nos estabelecimentos prisionais. O estudo afirmou que 32% dos estados federativos (Acre, Bahia, Ceara, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo) tiveram dificuldade em divulgar informações sobre a infecção de presos (ASSUNÇÃO, 2020), conforme a mostra a Figura 20.

Figura 20 – Estados com atraso na apresentação dos dados sobre infecção de presos.



Fonte: Adaptado de Google Imagens (2022).

A medida mais importante e imediata em todo o país para conter a propagação da pandemia nas unidades prisionais foi suspender as visitas, pois pessoas de fora poderiam levar o vírus para dentro das prisões (ASSUNÇÃO, 2020).

No primeiro capítulo do livro *Coronavírus e a luta de classes*, Harvey (2020) inicia a discussão alegando que, em um mundo globalizado e conectado, é quase inevitável a distribuição de doenças infecciosas, o que é ilustrado pela realidade criada pela pandemia da covid-19. Essa nova doença, encontrada inicialmente na cidade de Wuhan, na China, em meses, se disseminou para todos os continentes do mundo, dada a rapidez com que viagens podem ser feitas pelo globo terrestre.

O turismo internacional, na última década, apresentou dados de crescimento contínuo, já que, em 2010, aconteceram 800 milhões de viagens e, em 2019, 1,4 bilhões. Esse aumento exigiu dos países com potencial turístico uma corrida administrativa para fomentar investimentos em infraestrutura de transportes, aeroportos, companhias aéreas, hotéis, restaurantes, parques e intensificação de eventos culturais (HARVEY, 2020). O incremento explosivo da viagem internacional e dos serviços envolvidos no turismo produziu milhares de contatos potencialmente infecciosos e, por este motivo, no contexto de pandemia, o

capital está morto: as companhias aéreas estão perto da falência, os hotéis estão vazios e o desemprego em massa no setor hoteleiro é iminente. Comer fora não é uma boa ideia e os restaurantes e bares fecharam em muitos lugares. Até mesmo entregas a domicílio parece arriscado [sic]. O vasto exército de trabalhadores uberizados ou em outras formas de trabalho precário está sendo dispensado sem nenhum meio visível de apoio. Eventos como festivais culturais, torneios de futebol e basquete, concertos, convenções empresariais e profissionais, e até reuniões políticas em torno de eleições foram cancelados. Estas formas de “consumismo experiencial baseado em eventos” foram extintas (HARVEY, 2020, p. 20).

Além da saúde, a economia foi atingida diretamente, uma vez que a renda advinda do turismo também despencou, determinando uma instabilidade no setor. Os efeitos econômicos seguiram fora de controle e coube ao planejamento estatal e à vacinação reverter esse quadro que os distintos setores da economia vivenciam (HOCHMAN, 2011).

Por outro lado, a restrição à circulação de pessoas nas cidades trouxe consequências positivas, como, por exemplo, na melhora das condições atmosféricas e da qualidade do ar em várias regiões industriais pelo mundo, mas principalmente na China e nos Estados Unidos, além da Veneza, onde os animais voltaram a frequentar os canais dessa famosa cidade turística (HARVEY, 2020). No Brasil, as praias do litoral norte de São Paulo e do sul do Rio de Janeiro ficaram com as águas mais claras e limpas (RODRIGUES, 2020).

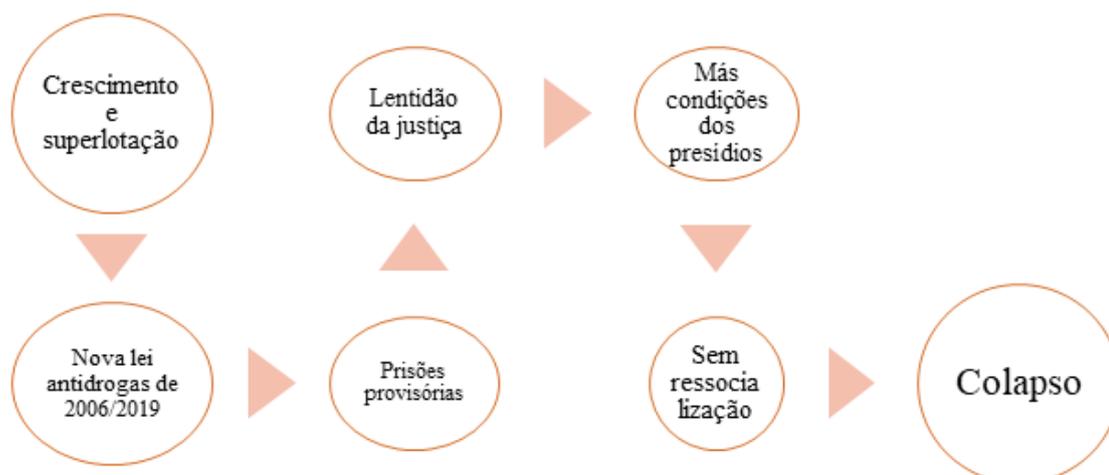
Finalizando o raciocínio, Harvey (2020) expõe que a crise gerada pela pandemia intensificou e escondeu a verdadeira crise econômica que assola países de modelos neoliberais desde 1970. Os mais desiguais e com maior concentração de renda, caso do Brasil, sofrem mais. Entretanto, a pandemia da covid-19 não escolhe regiões ou pessoas para se disseminar.

Boaventura Santos (2020), na obra *A cruel pedagogia do vírus*, vai ao encontro da discussão levantada por Harvey (2020) ao dizer que “A quarentena provocada pela pandemia é, afinal, uma quarentena dentro de outra quarentena [uma crise dentro de outra crise]” (p. 32, comentário nosso). Dito de outro modo, a sociedade vem vivendo crises políticas, culturais, ideológicas, sociais e econômicas oriundas de governos que adotam o capitalismo neoliberal, logo, se torna incapaz de resolver questões estruturais, como a divisão de classes, os problemas ambientais, a discriminação, a extrema pobreza, entre outros.

Em 2020, dado o contexto pandêmico de covid-19, o sistema prisional brasileiro encarou uma nova crise e iniciou uma corrida para adotar procedimentos e protocolos sanitários nas unidades federais e estaduais. Complementando as calamidades e as crises vivenciadas pelo sistema prisional brasileiro, em relação aos problemas estruturais, sociais e condições de saúde, em tese, há a superlotação das celas, a articulação de facções criminosas, a proliferação de epidemias e o consumo de drogas.

De acordo com Pereira e Alonso (2019), há tempos o Brasil vem enfrentando complicações no sistema carcerário, o que chega a ser considerado um desafio e um problema para as gestões públicas, pois o inchaço de reclusos em unidades prisionais é o retrato do colapso visualizado na maioria dos estados brasileiros, conforme observado no esquema da Figura 21.

Figura 21 – Causas da crise penitenciária no país.



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Pereira e Alonso (2019) e Murça (2019).

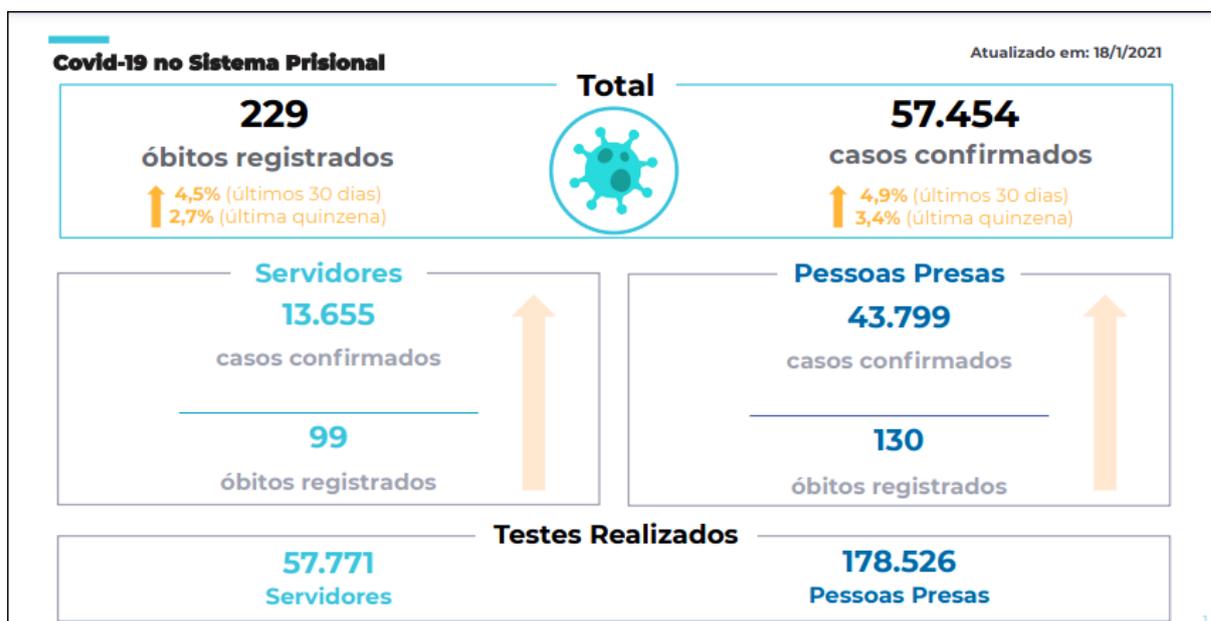
Conforme exposto, os órgãos governamentais específicos da segurança pública se deparam com essa crise há anos. Na esteira desse pensamento, o motivo da crise seria a dificuldade do poder punitivo em ressocializar os reclusos. Nos territórios prisionais, o cotidiano e a troca de relação com outros detentos fazem com que as próprias prisões sejam locais de recrutamento de novos agentes do crime.

A legislação brasileira ampara o contato com parentes e familiares por parte dos reclusos, pois a visita social ou íntima é considerada uma forma de ressocialização (BRASIL, 1988; BRASIL, 1984). Certamente, a visita social/íntima é uma concessão clara na legislação brasileira, contudo, o familiar, o cônjuge ou o(a) companheiro(a) deve atender às regras específicas da unidade para ter acesso ao direito da visitação.

A superlotação de presos nas unidades prisionais do Brasil acarreta em más condições de saúde, e isso era uma preocupação no tratamento da doença caso os reclusos fossem contagiados pela covid-19. Mesmo com a adoção de medidas de segurança e com a suspensão de visitas sociais e íntimas, o vírus chegou aos espaços prisionais.

Como se pode observar na Figura 22, dados do relatório emitido em janeiro de 2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2021) revelam que 57.454 presos foram infectados por covid-19 em todo o Brasil. Desse total, São Paulo corresponde a 27%. Além disso, 40% dos infectados estavam no Sudeste, 22,3% no Centro-Oeste, 22,3% no Sul, 15,3% no Nordeste e 6,9% no Norte.

Figura 22 – Monitoramento de casos e óbitos da covid-19 no Brasil.



Fonte: CNJ (2021).

Conforme consta nos dados revelados, as mortes relacionadas à doença foram aparecendo em cada ponto do mapa brasileiro, atingindo não somente os reclusos, mas os funcionários públicos das unidades prisionais também.

No que concerne a São Paulo, segundo a matéria de Adorno (2021) na UOL, o estado registrou 1.341 profissionais com casos confirmados e, ao todo, 27 morreram. Em relação aos presos paulistas, foram registradas 35 mortes em 24 presídios diferentes:

- 11.469 presos do estado foram contaminados pelo vírus;
- 11.381 se recuperaram;
- 53 permaneciam em tratamento até o final do ano (2020).

Em um momento de calamidade pública em contexto mundial, como proceder com as visitas nesses lugares, tendo em vista as péssimas condições de acesso ao atendimento à saúde e de salubridade dentro das unidades prisionais?

Quando os governos anunciaram restrição às visitas, os municípios sede de unidades prisionais deixaram de receber esse público em questão e, conseqüentemente, os empresários e/ou pessoas que atuam prestando serviço (transporte, alimentação, hotéis e pensões) também sentiram esse impacto.

Conforme explicam Kinner *et al.* (2020), as prisões são espaços propícios para o contágio de uma doença infecciosa, graças aos investimentos inadequados em saúde carcerária, à superlotação em ambientes carcerários e aos processos de segurança rígidos, o que pode atrasar o diagnóstico e o tratamento.

Como qualquer outra área e setor que se adaptou à pandemia e que apresentou um planejamento de retorno das atividades essenciais, as prisões também apresentaram orientações para responder à covid-19. A cartilha *Preparedness, prevention and control of COVID-19 in prisons and other places of detention* (WHO, 2020) delimitou cinco eixos: Planejamento Conjunto, Gerenciamento de Riscos, Prevenção e Controle, Tratamento e Compartilhamento de Informações (KINNER *et al.*, 2020)<sup>18</sup>.

O estado mais populoso do Brasil, São Paulo, apresentou o projeto Conexão Familiar. Por meio dele, o sistema prisional trabalhou e inseriu medidas tecnológicas de comunicação

---

<sup>18</sup> Em relação ao item “Prevenção e Controle”, sua descrição impõe que as prisões devem “Desenvolver protocolos para triagem de entrada, medidas de proteção pessoal, distanciamento social, limpeza e desinfecção ambiental e restrição de movimento, incluindo limitação de transferências e acesso para funcionários não essenciais e visitantes” (KINNER *et al.*, p. 188, 2020, tradução nossa).

para que fossem realizadas conexões em duas modalidades: bate-papo e visita virtual, cada uma delas com regras específicas. No mês novembro de 2021, a SAP (2021a) anunciou a retomada gradual e controlada de visitas em unidades prisionais, iniciando-se nos dias 7 e 8 de novembro.

Tendo a função de possibilitar o contato dos detentos com mundo externo, o projeto apresentou três fases:

- Fase 1 – Correspondência virtual;
- Fase 2 – Visitas virtuais;
- Fase 3 – Retomada gradual e controlada das visitas presenciais.

O Quadro 6, a seguir, descreve e contextualiza o planejamento implantado para realização das visitas.

Quadro 6 – Ações adotadas para viabilizar o contato entre presidiários e visitantes.

<b>Fases</b>	<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>	<b>Detalhes</b>
Fase 1	Correspondência Virtual	Plataforma criada para que as pessoas cadastradas no rol de visitas enviem mensagens diretas ao reeducando(a), em paralelo ao envio de correspondências.	São permitidas duas mensagens semanais. A escrita é impressa e a resposta é escritas no verso, escaneado e enviado ao e-mail. Deve haver cadastro no rol de visitas.
Fase 2	Visitas Virtuais	As visitas são realizadas por meio de videoconferência, que permitem o contato visual e sonoro entre reeducandos(as) e visitantes.	Com a implementação da terceira fase, ela está temporariamente suspensa, mas sua retomada está sendo reavaliada para que pessoas pertencentes aos grupos de risco da Covid-19 possam utilizar a ferramenta.
Fase 3	Retomada gradual e controlada das visitas presenciais	A retomada gradual e controlada das visitas presenciais.	As visitas presenciais são aos finais de semana, com a alternância de pavilhões habitacionais, sendo raios pares em um final de semana e ímpares no próximo final de semana. As visitas são por um período máximo de 2 (duas) horas, aos sábados.

Fonte: Organizado pelos autores baseados em SAP (2021a).

Com a retomada gradual e controlada das visitas presenciais, encerrou-se a segunda fase do projeto e as visitas presenciais foram retomadas aos finais de semana, com a alternância de pavilhões habitacionais, sendo raios pares em um final de semana e ímpares no próximo final de semana.

A clareza das políticas de isolamento social e as fases adotadas pelo governo estadual paulista trouxeram paralisações na ida de familiares até as cidades que possuem estabelecimentos prisionais. Se essa hipótese está correta, é preciso considerar que, por mais que as visitas tivessem sido realizadas remotamente, o circuito econômico desse público relacionado aos serviços foi parado.

Para deixar mais claro o que se quer dizer com isso, a dinâmica da visita e os dados quantitativos demonstrados pelo documentário *Amor Bandido* (MARIANA..., 2015), antes do enfrentamento da pandemia, conseguem expor a extensão da perda de faturamento, e possivelmente de empregos, que essa tipologia turística enfrentou.

Considerando que a fase 3 do projeto Conexão Familiar permite o retorno gradual das visitas, as penitenciárias voltaram a receber o público externo, constituindo, assim, um estímulo para o regresso do turismo sócio-familiar prisional devido à chegada das visitantes. Espera-se que os comerciantes respondam a esse retorno, comparecendo e ofertando seus serviços ao redor da unidade prisional.

O turismo sócio-familiar prisional é um segmento carregado de influência social e de segurança, que também acaba atingindo a esfera econômica. Diferentemente dos outros segmentos turísticos que são consolidados pela busca da prática de lazer, descanso e consumo, tais segmentos tiveram um respaldo de políticas públicas específicas dos governos estadual e federal.

Conforme discutido nesta seção, as políticas públicas de saúde e de segurança destinadas a conter a propagação do vírus foram alcançadas por meio da adoção de diretrizes de resposta à pandemia, reforçando a quarentena e o isolamento social dentro dos espaços prisionais. Consequentemente, isso afetou, assim como outras vertentes do turismo, a execução do turismo sócio-familiar prisional.

#### 4.1 AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE VIRTUAL DA PÁGINA “O MUNDO DA CADEIA” DO FACEBOOK

De início, obteve-se conhecimento da existência do grupo em pesquisas anteriores envolvendo a temática do turismo sócio-familiar prisional, uma vez que, em todos os outros municípios paulistas com presídios, há grupos virtuais criados pelos próprios visitantes.

O grupo em análise possui a denominação de “Visitantes 013”, foi criado em abril de 2019 e, em setembro de 2021, período das análises, possuía aproximadamente 1100 membros, tendo como perfil de administrador a conta “Canta Lili”. Em relação à descrição, a página é

destinada a obter informações dos Centros de Detenção Penitenciária – CDP e das penitenciárias localizadas no litoral paulista.

Conforme exposto na descrição e na nomenclatura do grupo, ele visa atender diferentes dúvidas sobre todas as unidades prisionais que estão presentes no litoral paulista, sendo assim, as penitenciárias de São Vicente não possuem um grupo pertencente ao município em si.

Partindo para a análise, passou-se à parte da observação cuidadosa do grupo no Facebook. Primeiramente, procurou-se estabelecer um período de análise do conteúdo, que foi definido em três momentos: segunda e terceira onda da covid-19 (ROCHA, 2021a) e, por fim, o período de flexibilização do governo paulista, que ocorreu após a diminuição dos altos índices de internação e o avanço da vacinação. Ao todo, foram analisadas 53 publicações.

O Quadro 7, a seguir, expõe a organização das postagens analisadas, que foram realocadas por segmentos. Os itens destacados foram: dúvidas, deslocamentos, marketing jurídico, divulgação de serviços e produtos e comemoração dos familiares à finalização do período em cárcere do parente.

Quadro 7 – Publicações do grupo referentes ao período de novembro de 2020 a março de 2021.

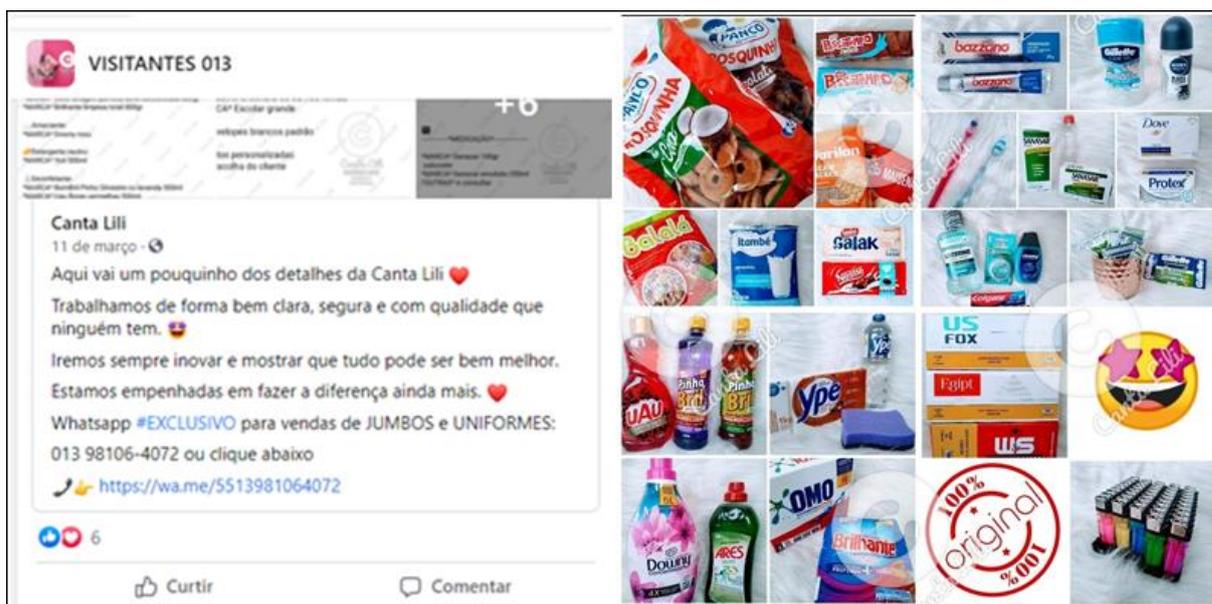
Publicações relacionadas à:	Dúvidas	Deslocamentos (transportes)	Marketing jurídico	Divulgação de serviços e produtos	Comemoração do cumprimento da pena	Recados para comunidade externa
Quantidade:	14	-	-	10	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Nesse período, observou-se que apenas dois (dúvidas e divulgação de serviços e produtos) dos seis segmentos obtiveram registro. É perceptível a quantidade de dúvidas, uma vez que o sistema prisional seguia as medidas de restrições contra a disseminação da covid-19, impedindo a visita presencial e utilizando como alternativa a virtual. Além disso, as visitantes também encontraram dúvidas sobre como enviar produtos, mantimentos e vestimentas para os detentos via correio.

Similarmente, durante esse tempo, houve 10 publicações de um membro do grupo divulgando seu serviço que, possivelmente, facilitou a vida das visitantes. Esse membro organizava jumbos caso alguém tivesse o interesse, como pode ser observado na Figura 23.

Figura 23 – Divulgação do serviço de jumbo no grupo das visitantes.



Fonte: Grupo Visitantes 013 (2021).

A Figura 23 mostra a publicação de uma anunciante chamada “Canta Lili”. No lado esquerdo da imagem, há uma breve descrição dos produtos do jumbo e, no direito, os produtos. O jumbo é o conjunto de diferentes mercadorias. Como é possível observar os itens da imagem, elas são de higiene pessoal, limpeza e alimentação, além de cigarros e isqueiros. A Figura 24, a seguir, expõe elogios de duas visitantes que adquiriram o serviço.

Figura 24 – Feedback nas redes sociais das visitantes consumidoras.



Fonte: Grupo Visitantes 013 (2021).

Já a Figura 25 apresenta informações sobre as formas de pagamento e a breve explanação de que, após confeccionado o jumbo pela responsável, ele será enviado até a unidade prisional onde se encontra o preso.

Figura 25 – Informações finais da anunciante do jumbo.



Fonte: Grupo Visitantes 013 (2021).

No segundo período de análise, aparecem indicações nas demais categorias, salvo a “comemoração do cumprimento da pena”. Dessarte, o que chama atenção no Quadro 8, além das dúvidas, é a quantidade de publicações oriundas de um advogado criminal.

Quadro 8 – Publicações do grupo referentes ao período de abril de 2021 a junho de 2021.

Publicações relacionadas à:	Dúvidas	Deslocamentos (transportes)	Marketing jurídico	Divulgação de serviços e produtos	Comemoração do cumprimento da pena	Recados para comunidade externa
Quantidade:	7	2	6	1	-	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No período de análise referente ao Quadro 8, encontrou-se uma publicação de um membro do grupo que, após realizar a visita, compartilhou um recado de outro detento no grupo: “Olá meninas estou com um recado do (...) da CDP são Vicente peço que a esposa dele entre em contato comigo por favor”.

Pode-se compreender, visualizando a Figura 26, que o marketing jurídico visa responder dúvidas sobre as legislações penais de uma maneira lúdica.

Figura 26 – Exemplo de marketing jurídico encontrado no grupo.



Fonte: Grupo Visitantes 013 (2021).

No canto inferior à esquerda, há um comentário da administradora do grupo, alegando que “Esse eu confio de olhos fechados”.

Na última fase do período de análise das publicações (QUADRO 9), dois assuntos não receberam menções: marketing jurídico e recados para comunidade externa. Porém, houve a primeira menção no assunto da comemoração, pois um detento que finalizou sua sentença teve sua foto publicada no grupo comemorando com a seguinte legenda: "Liberdade cantou rs...".

Quadro 9 – Publicações do grupo referentes ao período de julho de 2021 a setembro de 2021.

Publicações relacionadas à:	Dúvidas	Deslocamentos (transportes)	Marketing jurídico	Divulgação de serviços e produtos	Comemoração do cumprimento da pena	Recados para comunidade externa
Quantidade	4	5	-	2	1	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em adição, o assunto “deslocamento” ganhou destaque se comparado às últimas observações. Os membros do grupo estavam buscando mais informações sobre transporte para realizar a visita presencial, demonstrando a flexibilização à prática e o retorno do fluxo de visitantes para os presídios.

No grupo em estudo, havia uma publicação fixada desde setembro de 2021, compartilhando informações sobre transporte para diferentes códigos de Discagem Direta à Distância – DDD de regiões do estado de São Paulo. A Figura 27 ilustra a postagem para o DDD 13, área do município em estudo.

Figura 27 – Publicação fixa esclarecendo dúvidas sobre os transportes.

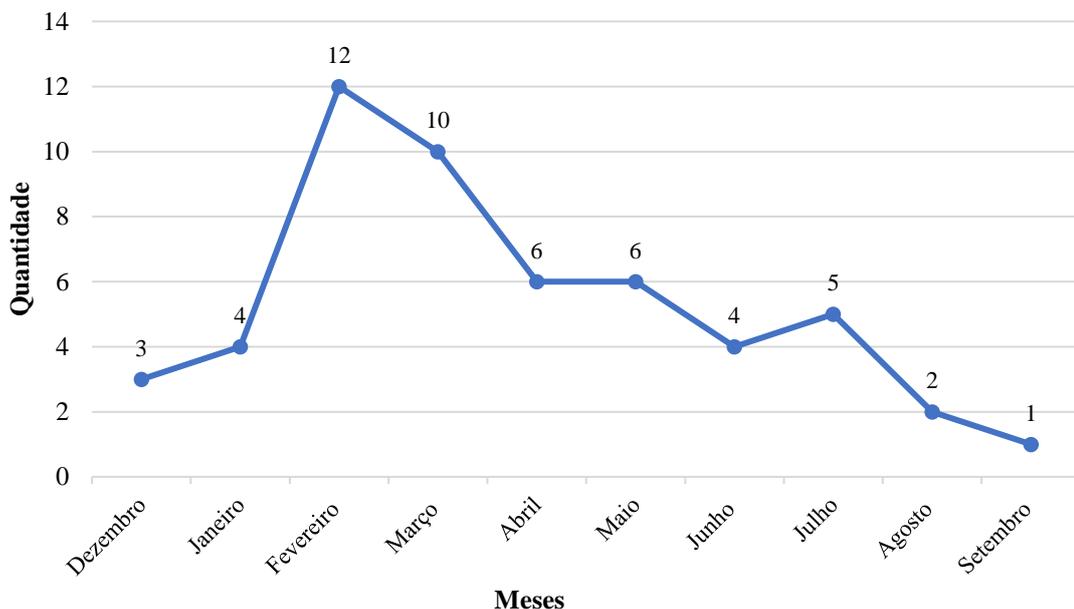


Fonte: Grupo Visitantes 013 (2021).

Na imagem, é possível observar a explicação para se chegar no complexo penitenciário de São Vicente. Há duas formas: pelos ônibus do terminal rodoviário de Jabaquara, em São Paulo, ou pelas vans mencionadas na Figura 27, uma que sai de São Paulo e outra, de Guarujá.

O Gráfico 8 possui o objetivo de demonstrar o número de publicações ao longo do tempo. Conforme verificado, os meses que registraram mais interações no grupo foram fevereiro (12) e março (10) de 2021.

Gráfico 8 – Publicações realizadas entre dezembro de 2020 a setembro de 2021.





é o município e/ou estado onde as unidades prisionais estão localizadas. Além da região do litoral paulista (localidade que sediou esta pesquisa), sabe-se da existência de grupos nos seguintes municípios: Campinas, Franco da Rocha, Hortolândia, Lavinia, Mirandópolis, Presidente Bernardes e Presidente Prudente, todos pertencentes ao estado de São Paulo.

Em relação à análise das publicações do grupo e em consonância com o objetivo do artigo, obteve-se um panorama sobre a realidade de São Vicente. Entre as categorias das publicações, houve o destaque das “dúvidas”, com 25 interações de 53 analisadas. Na categoria “serviços”, esperava-se encontrar divulgações sobre alojamento e hospedagem, porém, houve o conhecimento de alguém que trabalha na organização dos jumbos. A categoria “deslocamento” também merece atenção, uma vez que se pode compreender como funciona a logística de transporte até o local. Com isso, pode-se alegar que o grupo “Visitantes 013” é um espaço de divulgação de trabalho, seja jurídico, seja de serviços que envolvam a realidade carcerária, como o jumbo. E, nesse momento, percebe-se que foram criados subempregos que se inserem no circuito inferior da economia urbana.

Com esses dados brutos em mão, houve o avanço para a próxima fase da pesquisa, a presencial. Para isso, o método netnográfico torna-se extremamente importante para conhecer previamente o município e a população em estudo.

Por fim, cabe dizer que o turismo sócio-familiar prisional é uma temática segmental do campo turístico. Sua complexidade se dá de acordo com as características que envolvem o município sede, a localização da unidade prisional dentro da cidade, a distância da capital paulista, entre outros fatores a serem identificados nas próximas etapas, como os sociais, econômicos e políticos. De antemão, é um público pulsante, como qualquer outra demanda turística, e poucos enxergam nesse nicho uma oportunidade de ofertar serviços e adquirir renda.

#### 4.2 DINÂMICA DA VISITAÇÃO PRESENCIAL EM SÃO VICENTE

Para melhor compreensão da realidade do objeto de pesquisa, utilizou-se a pesquisa de campo. É válido destacar, nesse momento, dois trechos de canções que marcaram minha atividade em campo. As músicas tocavam interruptamente nos arredores da entrada do complexo penitenciário, e os trechos eram sonorizados através de uma caixa de som via bluetooth, os quais podiam ser ouvidos próximo às barracas e ao estacionamento dos carros particulares e das vans. A ideia de trazer as estrofes dessas canções é para os leitores se sentirem familiarizados com os dados que serão expostos a seguir, principalmente pelos termos dialéticos

que coligam a vivência dos grupos durante os dias de visitas e as letras. Uma delas é a canção “A Cara do Crime (Nós Incomoda)”, de Mc Poze:

Ela fala que quer crime e eu sou criminoso  
 Ela é da Zona Sul e eu sou cria do Rodo  
 Ela fala que me ama, mas não me engana  
 Que vagabundo nato não se apaixona  
 Mas se for um lance é o bicho  
 Ela gosta de bandido, Neobeats é envolvido  
 Que patricinha doida, quer entrar no carro bicho  
 Agora vamo dar um giro  
 Leva ela nos alto pra ela ver o Rio todinho  
 Pega a visão como o Complexo tá lindo  
 Como o Complexo tá lindo  
 Tá na paz de Deus  
**Que permaneça essa tranquilidade na comunidade, uh**  
**Peço a lili' dos amigo que estão privado, lili'**  
 Saudade bate no meu peito dos cria que não estão mais aqui, aqui  
 Bielzin  
 Favelado chique empilhando as nota  
 Enquadro na blitz, os caninha bola  
 Sempre pergunta se no carro tem droga  
 Pode revistar e depois tu me fala  
 Carro tá quitado vai arrumar nada  
 Me libera logo, quero ir nas gata  
 Minha vida é muito tensa, várias revoada  
 Eu já tô atrasado pra festa privada  
 Então deixa, deixa o trem caro passar, yeah-yeah  
 Perfumado e trajado  
 Hoje o baile tá lotado  
 O cabelo tá na régua  
 Nós é a cara do enquadro  
 Tá na paz de Deus  
 Que permaneça essa tranquilidade na comunidade, uh  
**Peço a lili' dos amigo que estão privado, lili'**  
**Saudade bate no meu peito dos cria que não estão mais aqui, aqui (A CARA...,**  
 2021, grifo nosso).

Os versos em negrito são o refrão da música. Durante o trabalho em campo, observei que, nesse trecho, todas as visitantes cantavam com euforia, referindo aos seus maridos e/ou parentes que estavam reclusos cumprindo o tempo determinado e esperando a liberdade (lili') chegar.

Conforme exposto, a Secretaria da Administração Penitenciária – SAP estava na fase 3 do projeto Conexão Familiar durante a realização da pesquisa. Com isso, houve autorização do retorno das visitas presenciais aos custodiados em todas as 179 unidades prisionais de São Paulo. As visitas ocorriam por um período máximo de seis horas, abrindo as portas da unidade às 9h e finalizando às 15h.

Antes da pandemia de covid-19, a visitaçãõ ocorria majoritariamente aos fins de semana, isto é, os familiares poderiam visitar tanto no sábado como no domingo. Nesse

momento, as visitas eram limitadas a um dia e alternava-se de acordo com o número final da matrícula do preso. Por esse motivo, o familiar precisava saber o último número da matrícula do detento e consultar, no próprio site da SAP, em qual dia estava autorizada a realização da visita. A Figura 29 exemplifica esse processo.

Figura 29 – Exemplo do cronograma colhido um mês após a visita de campo.

CALENDÁRIO PARA O FINAL DE SEMANA DE 02 A 03 DE ABRIL PAVILHÕES COM NÚMEROS <b>PARES</b>	
<b>SÁBADO - 02/04/2022</b> Reeducandos (as) habilitados com <b>FINAIS DE MATRÍCULAS ÍMPARES.</b> - Das 9h às 15h - Matrículas finais <b>1, 3, 5, 7 e 9.</b>	<b>DOMINGO - 03/04/2022</b> Reeducandos (as) habilitados com <b>FINAIS DE MATRÍCULAS PARES.</b> - Das 9h às 15h - Matrículas finais <b>0, 2, 4, 6 e 8.</b>
<b>NÃO DEVE SER CONSIDERADO O DÍGITO NO NÚMERO DA MATRÍCULA,            A DIVISÃO É FEITA COM BASE NO ÚLTIMO NÚMERO ANTES DO HÍFEN, EXEMPLOS:</b> MATRÍCULA: 123.456- <del>7</del> (O NÚMERO 7 É DESCARTADO, O FINAL DA MATRÍCULA É O NÚMERO 6) MATRÍCULA: 1.234.567- <del>8</del> (O NÚMERO 8 É DESCARTADO, O FINAL DA MATRÍCULA É O NÚMERO 7)	

**IMPORTANTE:**

A visitação em determinada unidade poderá ser suspensa temporariamente, diante da presença de cenário adverso em relação a novos casos de covid-19.

Fonte: SAP (2022).

No final de semana correspondente à imagem, somente os pavilhões pares receberam visitas. Os detentos com matrícula com final ímpar foram visitados ao sábado e os pares, no domingo.

O que foi observado é que esposas, mães e parentes dos visitantes aguardam sua senha, distribuída pela guia. Essa etapa costumava ser o drama entre as visitantes, uma vez que, se elas conseguissem uma senha com número mais baixo, entrariam mais rápido e permaneceriam mais tempo com o recluso. Ao total, nesse dia, houve 196 mulheres aguardando, como mostra a Figura 30.

Figura 30 – Familiares de presos aguardam a entrada na P1.



Fonte: Autor (2022).

Entre idas e vindas, das barracas até a porta onde estava a fila, fui me aproximando de algumas visitantes e percebi que fui identificado como “uma pessoa de fora” pela forma como estava me vestido – bermuda jeans, camiseta, tênis e papeis na mão (questionários). Certamente, para elas, eu não estava no local aguardando a senha para entrar. Considero que esse pensamento se deu também pela falta ou até mesmo pela nula presença de uma pessoa do gênero masculino em uma penitenciária masculina para realizar visita.

De acordo com a Figura 31, existem certas vestimentas e cores específicas autorizadas para trajar no dia da visita para ambos os gêneros. Apesar disso, foi perceptível que algumas mulheres também trajavam vestes de outras cores sem ser as que estão apontadas na ilustração.

Figura 31 – Vestimentas permitidas nos dias de visitas.

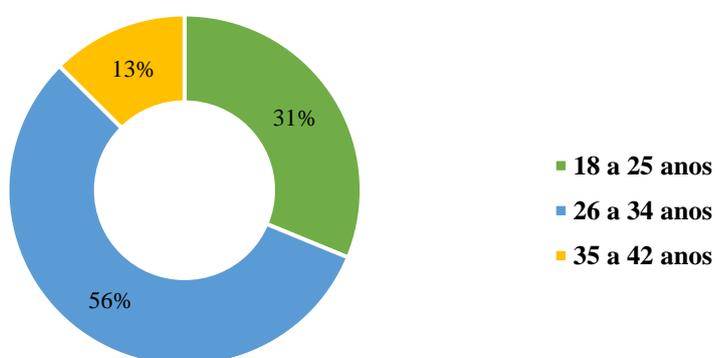


Fonte: SAP (2022).

Durante o tempo de permanência no local, pude encontrar pessoas solícitas para responder aos questionários. As respondentes não se encontravam na fila, mas ficavam em alguns bancos em frente à porta próxima ao muro do estacionamento.

As faixas etárias de 26 e 34 anos foram as predominantes entre as visitantes, com 9 menções, representando 56% das entrevistadas. Em seguida, com 5 menções, correspondente a 31%, tem-se as visitantes entre 18 e 25 anos. Com apenas 2 indicações e apresentando 13% das respostas, estão as visitantes de 35 a 42 anos (GRÁFICO 9).

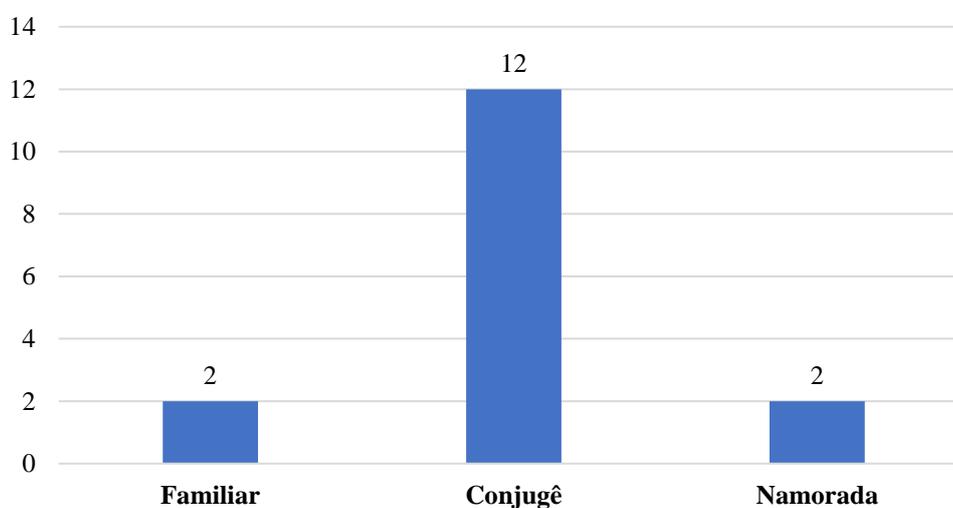
Gráfico 9 – Faixa etária das visitantes.



Fonte: Autor (2022).

O próximo questionamento visou compreender o grau de proximidade que elas possuem com o detento, como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Grau de parentesco com o detento.

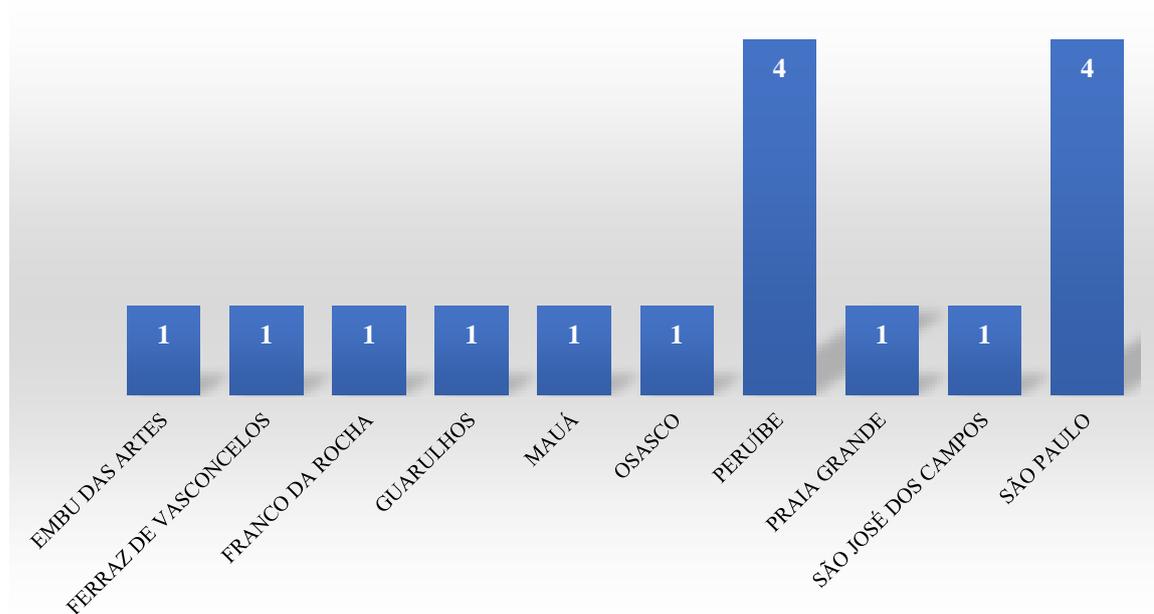


Fonte: Autor (2022).

No Gráfico 10, observa-se que a relação predominante das visitantes com os detentos é o relacionamento amoroso: 12 mencionaram que são cônjuges e 2 que são namoradas. No momento de responder a essa pergunta em específico, algumas visitantes utilizaram o termo “cunhada”. Apenas duas mulheres indicaram o vínculo familiar ao responder essa pergunta. Esse dado coincide com o Gráfico 9 no que se refere à faixa etária (35 a 42 anos), pois esses indicativos vieram das mesmas respondentes.

O Gráfico 11 indica o município de residência das visitantes. Observa-se que as cidades de São Paulo e Peruíbe tiveram 4 indicações. Em suma, a maioria da população dessa pesquisa pertence à Região Metropolitana de São Paulo (totalizando 11), já que os demais municípios mencionados nas respostas integram essa região. Seguido disso, houve a Região Metropolitana de Santos, que obteve, no total, cinco (5) interações, com as cidades de Praia Grande e Peruíbe.

Gráfico 11 – Município de origem indicado pelas visitantes.



Fonte: Autor (2022).

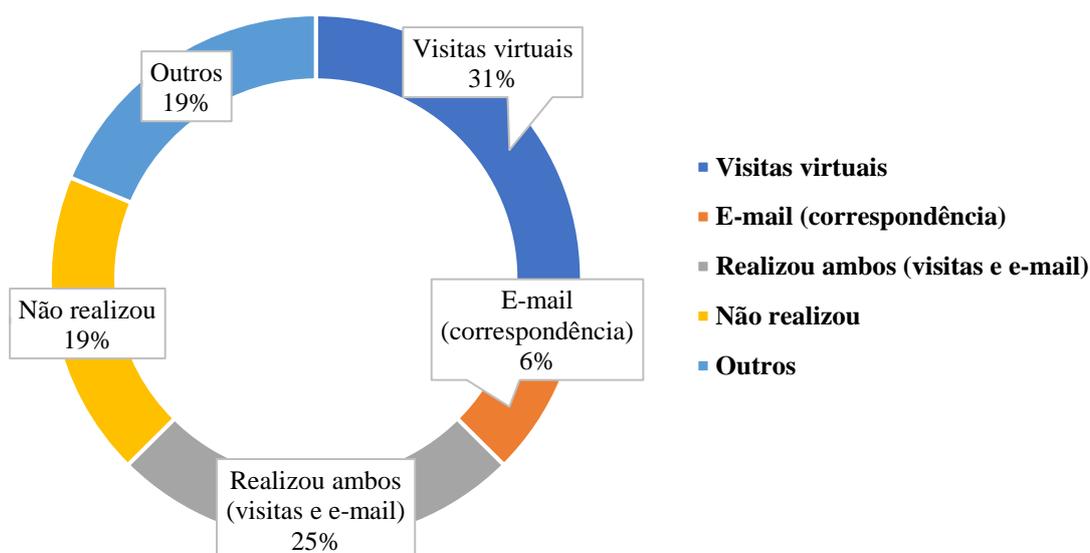
Conforme apontado anteriormente, o município de São Vicente possui um complexo penitenciário com quatro unidades prisionais, sendo duas penitenciárias, um centro de detenção e uma penitenciária que seria voltada para o gênero feminino. Todas as respondentes dessa pesquisa alegaram que estavam se encaminhando para realizar a vista na Penitenciária 1 – Geraldo de Andrade.

Embora as unidades prisionais possuam uma certa distância entre elas, principalmente as masculinas em relação à feminina, percebe-se que as unidades com reclusos do gênero

masculino possuem um maior fluxo de visitantes se comparadas à penitenciária feminina, que, no dia da aplicação dos questionários, possuía aproximadamente uma dezena de pessoas esperando as portas da instituição se abrirem.

Houve o questionamento se as visitantes participaram das fases do programa Conexão Virtual promovido pelo SAP durante o auge da pandemia. Entre as respostas coletadas, 10 mulheres disseram que participaram dessa política, correspondendo, assim, a 31% (5), e alegaram que realizaram apenas as “visitas virtuais”; 25% (4) disse que realizou ambas as modalidades, virtual e correspondência; e 6% (1) participou apenas da primeira fase, a correspondência. Cerca de 19% (3) apontou que não participou de nenhuma fase e que houve outros tipos de contato com o detento durante o período em específico, como recados e telefone (GRÁFICO 12).

Gráfico 12 – Modalidade de visitação realizada antes da fase 3.



Fonte: Autor (2022).

Algumas respondentes relataram dificuldades com o acesso à ferramenta, como problemas de agendamento e má conexão. Segundo elas, esse caso inibiu a conectividade com os reclusos durante a fase 2.

Antes da pandemia, as visitas não eram divididas por final de matrícula e pavilhões. Provavelmente, o município começava a receber os fluxos durante os fins de semana, nos dias em que as visitas aconteciam normalmente. Por esse motivo, mesmo com a pandemia de covid-19 e suas políticas de flexibilização, foi questionado às mulheres se elas pernoitavam na

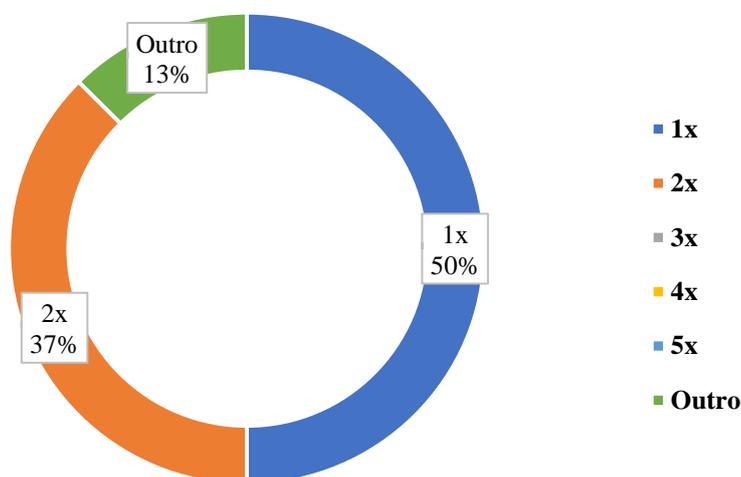
cidade em pensões, hotel, pousada e/ou em outra qualquer estabelecimento hoteleiro. De prontidão, todas responderão que não.

Embora o complexo penitenciário esteja localizado na gleba de São Vicente, a cidade possui uma orla organizada, com praias e equipamentos turísticos, o que seria uma ótima opção de lazer para as visitantes que se deslocam de outros municípios. Porém, foi constatado que nenhuma visitante visa ir à praia ou conhecer a cidade após o horário de visitação.

As visitantes oriundas da Região Metropolitana da Baixada Santista, ao responder a essa pergunta, disseram que vão às praias de seu município de origem. Houve também uma respondente que relatou já ter planejado ir à praia acompanhada de outras visitantes.

Compreender a quantidade de visitas durante o mês é importante em relação à frequência. Constatou-se que metade das mulheres visitam apenas uma vez ao mês, e 6 visitam duas vezes ao mês, correspondendo a 37%. Mas não são todas as visitantes que conseguem ir até o município frequentemente. O dado “Outro” corresponde a duas mulheres que alegaram que visitam um mês sim e o outro não (GRÁFICO 13).

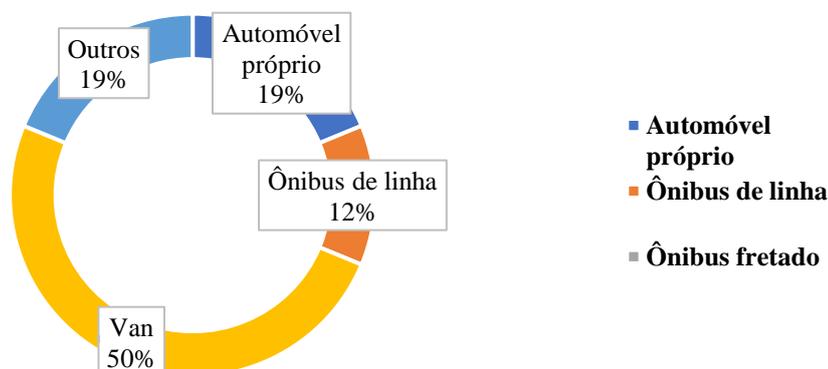
Gráfico 13 – Frequência de visitas realizadas durante o mês.



Fonte: Autor (2022).

Perceber a modalidade de transporte que o fluxo utiliza para chegar até o município, precisamente ao ambiente carcerário, é um dado de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa. O Gráfico 14 ilustra os números em relação aos transportes utilizados para a locomoção.

Gráfico 14 – Meio de transporte utilizado para chegar na penitenciária.



Fonte: Autor (2022).

O meio de transporte mais utilizado para chegar até as penitenciárias é a van. Essa alternativa ganhou oito indicações, metade do percentual. Dois dados obtiveram percentuais iguais: “Outros”, que são os motoristas de aplicativo, e a opção “automóvel próprio”. Essas modalidades possuem uma característica em comum: as visitantes e/ou passageiras dividem a viagem, uma alternativa para dividir também os gastos, dado o preço da gasolina em 2022<sup>19</sup>.

Nas barracas aos arredores da porta do complexo penitenciário, foram visualizados dois banners, que informam os municípios e as cidades paulistanas aos quais o transporte atende, como mostra a Figura 32.

Figura 32 – Banners divulgando o serviço das vans.



Fonte: Autor (2022).

<sup>19</sup> Em 2022, o preço da gasolina bateu recordes e chegou a custar, em alguns postos de São Paulo, R\$8,59 o litro (LUNA, 2022).

Outra forma de transporte, como se verificou na entrevista, eram os automóveis próprios, que eram estacionados no muro de frente à Penitenciária 1, conforme ilustra a Figura 33.

Figura 33 – Local de estacionamento dos carros particulares.



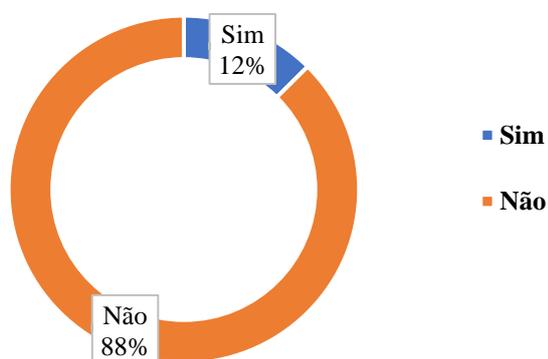
Fonte: Autor (2022).

Um detalhe percebido durante a visita de campo é que, no porta-malas desses carros, havia *cooler* e, dentro deles, refrigerantes refrigerados. Antes de se dirigirem à fila, as visitantes pegavam esses produtos e colocavam no jumbo, pois, após esse procedimento, o líquido ficava mais gelado para o consumo.

Isso não ocorreu, por exemplo, com as visitantes que chegavam por meio das outras modalidades de transporte, principalmente as oriundas do transporte público. Tal modalidade representa o último dado, com 12% (2), indicando a utilização de ônibus de linha como forma de deslocamento. Não foi perguntando qual transporte seria, porém, ao pesquisar as rotas de transporte público no Google Rotas, apareceram opções de linhas da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU.

Nos penúltimos questionamentos, buscou-se compreender se as visitantes procuravam serviços de alimentação no município. Todas informaram que não há despesas com a alimentação durante a viagem, já que comem, em conjunto ao detento, o jumbo que elas mesmas compram ou produzem/cozinham. Apesar disso, duas mulheres contaram que compraram mantimentos para o jumbo na Barraca da Amanda, localizada próxima ao presídio. Esse dado está representado no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Mantimentos do jumbo foram comprados em São Vicente.



Fonte: Autor (2022).

Saindo da rodovia Padre Manuel da Nóbrega e chegando ao acesso aos presídios na avenida Antônio Bernardo, é possível avistar dois blocos de barracas. Em cada bloco, havia quatro barracas, todas encostadas em uma parede que ficava na calçada da avenida. Eram tendas cobertas com lona com o intuito de proteger-se contra a luz do sol e possíveis chuvas. Entre os ferros das barracas, havia cordas segurando-se uma na outra para impedir que o vento forte as levasse para longe.

No interior dessas barracas, havia mesa com exposição de alimentos industrializados e caixas de isopor com bebidas e gelo e, no ponto alto das tendas, havia chinelos coloridos sem estampas. Também era possível ver cabides com certas roupas que são permitidas na penitenciária. Além disso, havia dezenas de sacolas transparentes/jumbos pendurados e todas as barracas também tinham banquinhos de plástico para seus clientes se sentarem.

Também foram observados manequins vestidos de lingerie em algumas barracas. Um detalhe relevante foi que tanto os chinelos quanto as vestimentas eram das mesmas cores: rosa, vermelho e preto. A Figura 34 mostra os detalhes das tendas conforme descrito.

Figura 34 – Tendas instaladas na calçada e seus produtos.



Fonte: Autor (2022).

Na Figura 35, é possível observar o cardápio de uma das barracas, que possui cinco opções de alimentação. É provável que as duas visitantes que afirmaram gastar nos quiosques tenham adquirido uma dessas opções. Os produtos são parecidos com marmitex, a única diferença é que acompanham o *tupperware* plástico e não contêm feijão.

Figura 35 – Cardápio da Barraca da Amanda.

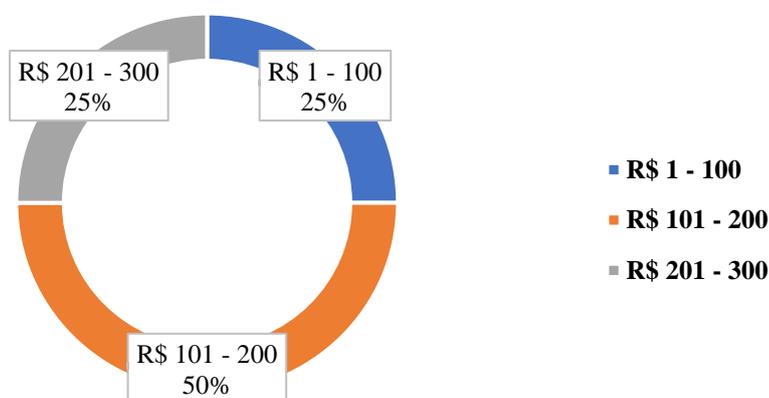


Fonte: Stories WhatsApp (2022).

Além disso, quando questionado sobre onde as visitantes comem durante a visita, a maioria afirmou que almoça com o preso. Apenas uma relatou comprar salgados nas barracas, além de comer com o companheiro.

A última questão abordou o percentual do gasto total para realizar a visita. Cerca de 50% das respondentes alegaram que gastaram entre R\$101 a R\$200. Seguindo, 25% respondeu que os gastos realizados são entre R\$201 e R\$300, e a mesma porcentagem foi dada para os gastos entre R\$ 1 a R\$100.

Gráfico 16 – Valor gasto para realizar a viagem.



Fonte: Autor (2022).

De acordo com os resultados dessas análises, a maioria das visitantes são jovens adultas e possuem laços afetivos com os detentos, e se denominam cunhadas pelo fato de serem parceiras, fiéis e companheiras na “caminhada”.

Em seu livro *Mulher Fiel: Etnografia do Amor nas Prisões do PCC*, a pesquisadora Jaqueline Lima (2015) explica que o conceito de “caminhada” remete ao sofrimento das longas horas de viagem, das revistas abusivas, das humilhações verbais, dos alimentos e presentes para os maridos jogados fora pelo agente prisional, e até das recusas das visitas. Ser “cunhada” é continuar sendo a família durante o período de pena. A autora ainda explica que o conceito de ser fiel é descrito por elas tanto como a continuidade da visita quanto como o relacionamento amoroso.

A maioria se desloca da Região Metropolitana de São Paulo, assim como dos municípios limítrofes da região litorânea. Cumpre ressaltar ainda que, em relação à pandemia de covid-19, as visitantes não realizavam mais a dinâmica de visita como nos anos anteriores, pois as políticas sanitárias utilizavam a divisão das unidades prisionais para delegar e autorizar qual ala/raio iria receber visitantes externos. Tal procedimento condiz com a frequência da visita alegada no Gráfico 13.

Uma observação importante se relaciona às fases anteriores (1 e 2), nas quais algumas visitantes alegaram dificuldades em realizar as visitas virtuais. Além dessas, houve um percentual considerável daquelas que obtiveram sucesso e aproveitaram a tecnologia para manter o hábito da visita.

Nas perguntas elaboradas, tive a intenção de não perguntar diretamente se as visitantes se consideram “turistas”. As perguntas feitas nortearam a identificação da proximidade da população com os serviços e ofertas turísticas em São Vicente. Em relação à pernoite, conforme explicado no parágrafo anterior e nesta seção, as visitantes não podem mais visitar os reclusos por dois dias seguidos, inibindo, assim, a busca dos serviços de hospedagem. Em relação às perguntas de lazer e alimentação, a maioria também não explora os serviços da cidade com esse intuito, salvo algumas que utilizam os serviços das barracas próximas ao complexo penitenciário.

Já o resultado encontrado na logística de transporte chama atenção, pois metade do percentual alegou ter usufruído das vans para chegar até o local, seguidas dos automóveis particulares e os de aplicativo. A maneira que se encontra a porta da penitenciária, conforme observado na Figura 30, corrobora com esse dado.

A preparação para as visitas pode afetar o orçamento doméstico das visitantes. Algumas mencionaram que costumam gastar até R\$200 a cada dia de visita (50%), e até R\$300, com 25% do percentual, juntamente com as que mais economizam. Outra interpretação possível a partir desses valores da amostra coletada é que o gasto para visitar o ente, somando o total entre as respondentes, é de R\$1,604 a R\$3,200.

Para finalizar, a Figura 36 apresenta a representação espacial, a fim de proporcionar aos leitores a geografia do local e mostrar qual foi o percurso realizado até o complexo penitenciário.

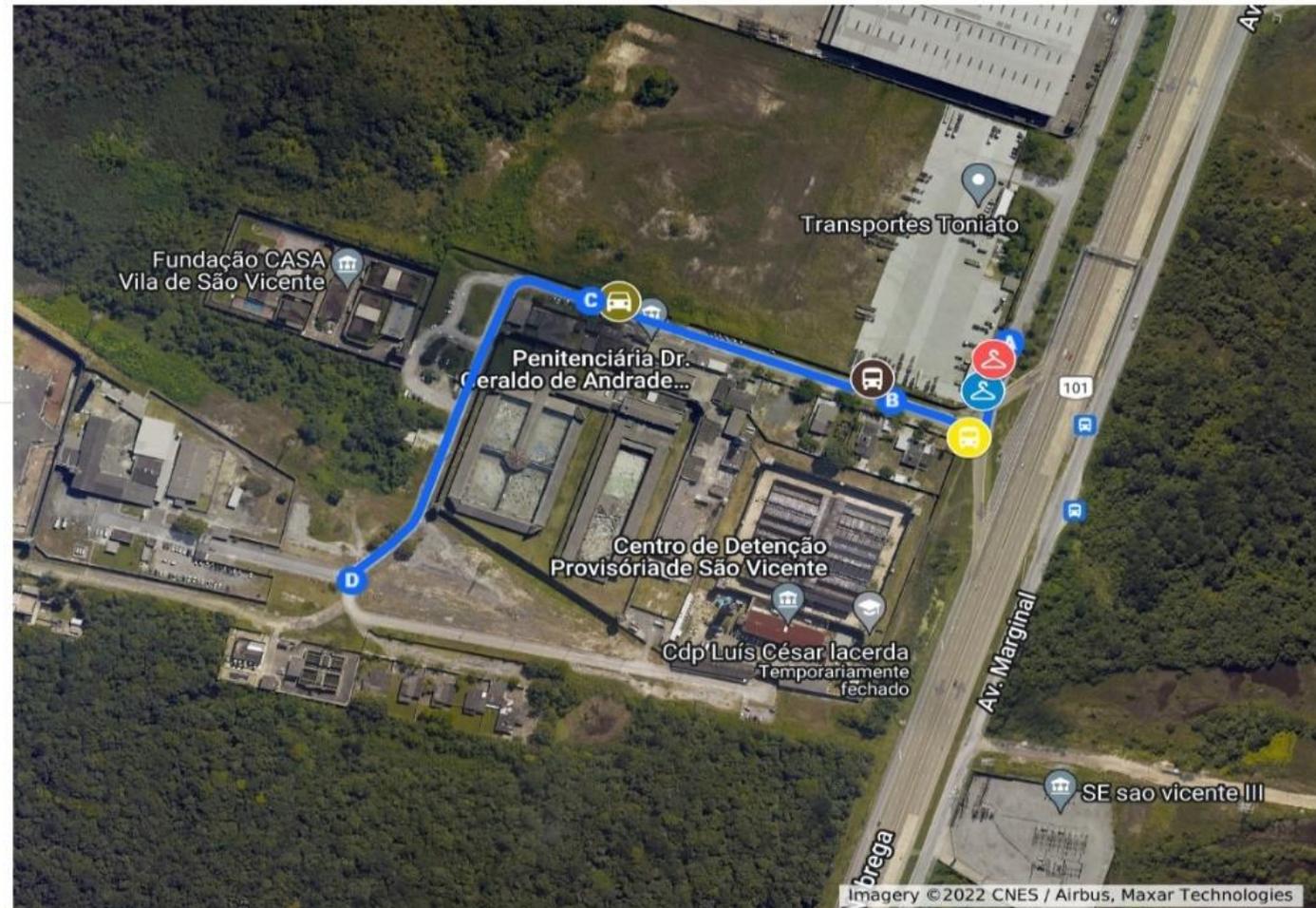
Figura 36 – Representação espacial da visita de campo.

## Legenda

-  Barraca Amanda
-  Conjunto de barracas desconhecidas
-  Vans
-  Estacionamento carros particulares
-  Banners dos transportes

## Rota do Pesquisador

- A**  
Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, 400 - Parque Continental, São Vicente - SP, 11349-970, Brasil
- B**  
Av. Antônio Bernardo, 510 - Parque Continental, São Vicente - SP, 11348, Brasil
- C**  
Av. Antônio Bernardo, 510 - Parque Continental, São Vicente - SP, 11348, Brasil
- D**  
R. Sem Denominacao, 674 - Samarita, São Vicente - SP, 11345-500, Brasil



Fonte: Adaptado de Google My Maps (2022).

As legendas incluem os pontos-chave do local, como o estacionamento privativo e a localização de vans, os banners anunciando serviços de vans, as barracas desconhecidas, as barracas mencionadas durante a pesquisa e as rotas fora do recinto prisional, indicando a presença do circuito inferior da economia nos arredores do complexo.

Assim como havia mencionado anteriormente, encerro a exposição dos dados da pesquisa de campo com a segunda música que tocava no dia das visitas. O nome da música é “Ilusão (Cracolândia)”, com a participação de MC’s paulistas, que representa a realidade de usuários de drogas e de possíveis traficantes. Os versos apresentam características sociais e culturais do grupo social inserido nessa realidade e relatam os efeitos e as dificuldades vivencias por parte deles:

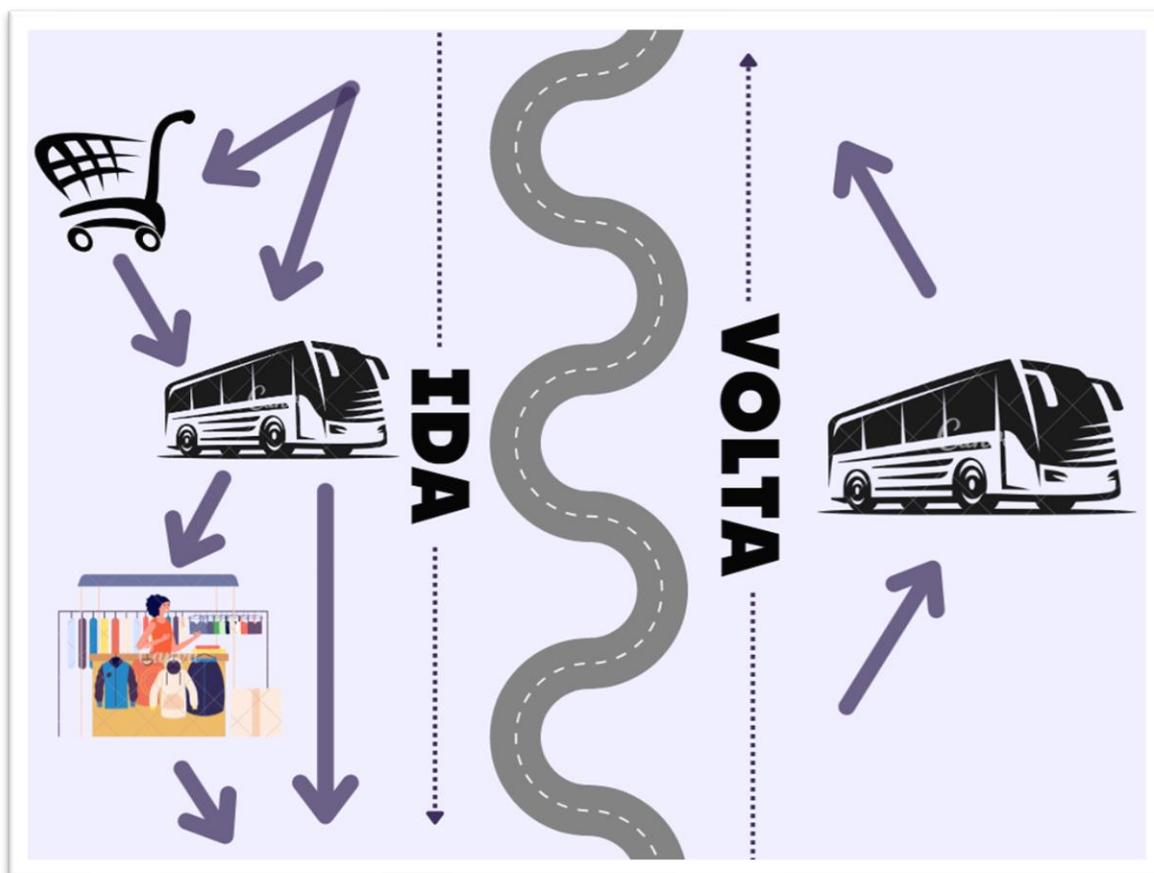
Papai, solicito socorro, me instrua  
 Me tire dessa rua escura  
 Fui dominado pela droga, desisti do ensino  
 Veio o apocalipse sombrear o meu caminho  
 Desde o início, eu já sonhava em conquistar um cargo  
 Currículo no Artigo 12 tava pegando mais fácil  
 Abandonei a linha e o pipa pelo motor da Hornet  
 Foi na porta do banco pelo artigo 157  
 Eu vi de perto toda a adrenalina  
 Eu vi os corre, eu vi os mano, eu vi as mina em cima  
 As peça, as droga, as festa, os baile  
 O desespero da sua família  
 A necessidade fez o menor se envolver  
 Com treze começou a usar, com quinze a vender  
 Não tem nada a perder, então vai parar pra quê?  
 Dezoito ano, 157, preso sem viver  
 Amigo de copo tem um monte, pode pá  
 Vários amigão pra chamar pra errar  
**Poucos desses são os que vão te ajudar**  
**Amigo memo é sua mãe que vai te visitar**  
**Imagina o mundão mil grau e você aí privado**  
**Falando com seus parentes através de carta**  
**Cê ia ver se é fechamento quem tá do seu lado**  
**E aprender que a liberdade se troca por nada**  
 Essa eu fiz pra molecada que tá na ilusão  
 Que deixou de correr pro sonho pra correr pro crime  
 Cadeia não é mamão e o crime não é bombom  
 Então usa a mente pro certo que a vida não é filme  
 Essa eu fiz pra molecada que tá na ilusão  
 Que deixou de correr pro sonho pra correr pro crime  
 Cadeia não é mamão e o crime não é bombom  
 Então usa a mente pro certo que a vida não é filme, certo? (ILUSÃO..., 2020, grifo nosso).

O destaque na estrofe expõe versos que reforçam o drama de reclusos e de familiares perante a privação da liberdade. Mesmo expondo dados acerca de algumas visitantes, não são todos os familiares que possuem condições de ir frequentemente visitar o parente e acabam

optando pela carta ou recados. Tal comunicação pode unir quilômetros de distância por meio de presentes e cartas recebidos por ambas as partes.

Com a verificação dos dados do questionário e observação in loco, pode-se observar um padrão em São Vicente, ilustrado na Figura 37.

Figura 37 – Descrição do fluxo de visitantes a São Vicente.



Fonte: Autor (2022).

Atenta-se para o fato de a cidade de São Paulo empatar com Peruíbe, ambos concentram a origem dos fluxos. Dessa maneira, a logística das visitantes durante a ida se resume em:

- Comprar o jumbo no município de residência e levar a sacola plástica na viagem sem procurar barracas;
- Comprar o jumbo no município de residência e levar a sacola na viagem, além de consumir os produtos nas barracas;
- Não comprar os produtos do jumbo no município, mas obtê-los nas barracas.

É importante destacar que todas as visitantes possuíam as bolsas do jumbo; ninguém entrava no presídio sem esse item. Na viagem de regresso, as visitantes utilizavam apenas seu respectivo transporte para regressar ao município de origem.

Conforme explicitado na fundamentação teórica deste estudo, a existência do fenômeno do turismo sócio-familiar prisional está centrada em seus polos de saída e recepção. Por exemplo, o Terminal Rodoviário do Jabaquara tem presença marcante de visitantes que aguardam vans no entorno do terminal nos fins de semana. Sem falar na alternância que a entrada do presídio experimenta ao longo do fim de semana, com a chegada de barracas, placas, estacionamentos de carros e vans, sendo os próprios visitantes os principais sujeitos dessa mudança, revelando, assim, a dinâmica social espacial do estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central deste estudo girou em torno da realidade carcerária paulista, especificamente em São Vicente, e essa escolha se deu por dois motivos. Primeiro, pela minha proximidade com o universo estudado, dada pela convivência com parentes que já passaram pelo processo de encarceramento e com conhecidos que ainda visitam. Essa proximidade, de certa forma, possibilitou o entendimento, para a área do Turismo, sobre como funciona a logística da visita a um preso, que vem sendo explicada, aos poucos, por minhas pesquisas científicas desde a graduação. Assim, verificou-se que, embora não haja esta percepção, em primeiro momento, de forma clara, existem semelhanças entre a teoria do que é fazer turismo com a prática de visitação prisional.

O zelo da pesquisa proporciona algo novo, ao mesmo tempo que fornece um referencial teórico que pode auxiliar os municípios e todos os envolvidos com o fenômeno em estudo. Algumas correlações foram estabelecidas entre o Turismo e a Geografia sobre o fenômeno das visitas às prisões, pois constatou-se que há falta de material que mostre as viagens às prisões como um assunto central de estudo na perspectiva do Turismo. Existem alguns estudos abordando esse tema, porém se encontram em outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, a questão deste estudo buscou responder se as visitas às prisões incluem o uso da infraestrutura do destino turístico de São Vicente e se as visitantes também consomem determinados equipamentos e serviços, como hotéis, restaurantes, minimercados. Nesses lugares, a clientela é composta por turistas tradicionais e prisionais.

Considera-se que os objetivos deste estudo foram alcançados. Primeiramente, para responder à questão colocada e sua correlação com a Geografia, foi elaborado o primeiro capítulo, com foco nos trabalhos de Milton Santos e, posteriormente, na teoria de dois circuitos, com a profa. Maria Laura Silveira e a profa. Marina Montenegro. Depois, houve o entrelaçamento das considerações e contribuições de autores atuantes, além de outros artigos, monografias e periódicos relacionados ao tema, os quais forneceram embasamento teórico para que a análise fosse realizada.

Para atingir o segundo objetivo, por meio da consulta no site da Secretária de Administração Penitenciária, percebeu-se a necessidade de fazer uma descrição detalhada de como se dá o processo de realização das visitas nas penitenciárias durante o período em que havia restrições sanitárias que barravam o contato presencial. O plano estadual Conexão Familiar foi implementado em três fases distintas, sendo as duas primeiras formalizadas na Internet para permitir que os detidos mantivessem contato com as suas famílias. A fase final

coincide com o retorno gradual da visitação presencial e, nela, os gestores estipulavam e informavam os dias exatos (sábado ou domingo) para os visitantes. A distribuição dos dias ocorria de forma controlada, designando qual parte da penitenciária estaria disponível. Isso porque toda unidade prisional possui números de raios, que são como alas ou setores, e números de celas, para melhor identificar as pessoas que estão cumprindo pena e, conseqüentemente, liberá-las para a visita.

Já com o início da terceira fase do plano estadual, houve a oportunidade de atingir o último objetivo específico. Por meio dos questionários aplicados e da observação direta com as visitantes, obteve-se parte do conhecimento da dinamicidade do fenômeno em estudo.

No tocante ao terceiro objetivo, antes mesmo da ida à campo, ocorreu a observação netnográfica em um grupo no Facebook para visitantes interessados em compartilhar informações sobre a realidade do presídio do litoral paulista.

A metodologia utilizada no trabalho foi bem sucedida para a obtenção dos respectivos resultados, em especial o uso do método netnográfico, que possibilitou acesso à realidade de estudo em tempos nos quais não estava ocorrendo as viagens da população em estudo. Como já mencionado anteriormente, as características da netnografia propõem um estudo etnográfico no espaço virtual. Com isso, chega-se a sujeitos em espaços nos quais se encontra sociabilidade, vínculos e relações sociais entre pessoas reais, formando grupos e comunidades.

Dependendo do problema e dos objetivos, o método netnográfico pode ser utilizado de forma única. No caso deste estudo, não se recebeu informação relativa que permitisse responder ao objetivo. Por esse motivo, o método foi apenas um dos utilizados, não obstante, ele foi extremamente importante para entender o que estava por vir em São Vicente.

O fenômeno do turismo sócio-familiar prisional se inicia após a instalação de uma unidade prisional em um determinado município, quando a chegada dos presos em cumprimento de pena é acompanhada pelos principais sujeitos dessa complexidade: os familiares, as namoradas e/ou as respectivas esposas. Devido à necessidade de chegar ao local, são criados serviços responsáveis por auxiliar as visitantes durante o processo de visita. Esses serviços vão desde os transportes, que podem ser particulares, contratados e até mesmo gerenciados pelo poder público, até a alimentação e outros produtos que podem ser encontrados no comércio que se estabelece próximo às prisões.

A presença do comércio das barracas só ocorre quando as unidades prisionais abrem suas portas para receber os visitantes de fora. Desse modo, o espaço prisional é transformado pelo movimento de pessoas e observa-se o início da lucratividade local.

Conforme afirmado teoricamente, para interpretar a reprodução do espaço, é necessário olhar para sua dinâmica a partir dos elementos nele presentes; a soma de tudo determina os detalhes da produção do espaço urbano e sua estruturação. Portanto, as visitantes, os serviços que utilizam e os próprios trabalhadores constituem, cada um, um conjunto, pois o todo é o fenômeno estudado, constituído por essas partes que o compõem.

Com o advento dessa tendência, o espaço prisional, que pode ser chamado de território, ganha uma nova forma. Parte disso está relacionado ao comércio, que é característico do circuito inferior da economia urbana. Isso ocorre porque não se encontrou outros tipos de serviços próximos que ofereçam serviços semelhantes ao circuito superior.

Um destaque se dá pela forma que essa economia prisional extrapola os espaços prisionais, já que é possível encontrar, em páginas na internet, sites criados e especializados em produtos para o detento. O que chama atenção também é a presença de marcas registradas nos produtos, como nos itens do jumbo, que portam marcas que os brasileiros mais conhecem e usam. Isso leva a pensar que os visitantes não poupam orçamento e querem levar o que há de melhor para dentro das grades.

Além disso, notou-se também o preparo das barracas ao utilizarem das novas tecnologias, que são também encontrados no setor terciário, como o método de pagamento feito pela “maquininha” de cartão de débito e crédito e, possivelmente, o pagamento instantâneo brasileiro, o pix.

As 177 unidades prisionais pertencentes à categoria de penitenciária distribuídas em diferentes regiões do estado de São Paulo são semelhantes em termos de logística de trânsito, mas cada uma possui características próprias e locais que as diferenciem umas das outras.

São Vicente recebeu sua primeira unidade prisional em 1977. Naquela época, a Região Metropolitana da Baixada Santista ainda não existia, e o planejamento urbano e turístico da orla ainda acontecia. Quarenta e seis anos depois, se observa um município que, dentro de seus limítrofes, proporciona diferentes manifestações de visitação, uma ocasionada pela motivação sol e praia e a segunda devido ao cárcere.

Durante os questionários, obteve-se informações sobre o perfil de visitantes e quais são os serviços utilizados. Diferentemente do que se esperava, as visitantes de São Vicente não utilizaram hospedagem durante suas visitas, possivelmente devido ao fato de estarem próximas de seus municípios de residência, o que propicia tempo para o deslocamento de ida e volta. O segundo fator se deu pelo fato de as entrevistas terem sido aplicadas durante a terceira fase do plano paulista de flexibilização, que permitia apenas um dia de visita. Porém, de modo geral, nenhuma visitante demonstrou interesse em se envolver com a atividade turística local.

Estar em São Vicente, para parte da população em estudo, não é um diferencial, já que viveram em Peruíbe, município também pertencente do litoral paulista. Por outro lado, as visitantes oriundas da Região Metropolitana de São Paulo são clientes/turistas em potencial. A mesma coisa pode acontecer com as unidades prisionais localizadas no litoral, como, por exemplo, no município vizinho de São Vicente, Praia Grande. De modo geral, nenhum visitante manifestou interesse em participar das atividades turísticas locais.

Outro dado importante em relação aos resultados obtidos é que as visitantes de São Vicente, em sua maioria, são jovens adultas casadas com os detentos, em cartório ou matrimônio. Além disso, há o ilustre da cidade de origem, que mostra que a maior parte das visitantes se desloca de uma distância acima de 70km, tendo como cidade mais citada São Paulo. Apesar da distância, a visita ao município ocorre pelo menos uma vez ao mês.

Referente ao valor pago durante as viagens, as visitantes entrevistadas (16) relatam que seus gastos foram de, em média, R\$101 a R\$200, valores relativos à alimentação, à compra do jumbo e à utilização de transportes. Em uma breve análise das respostas obtidas, somando a quantia de gastos das participantes do estudo, hipoteticamente, elas gastam o valor de R\$1.616 a R\$3.200. De acordo com a Paula Rocha (2021b), para viajar à Praia Grande e aos municípios ao redor, o valor varia de R\$ 500 a R\$956 por pessoa. Essa faixa de preço ultrapassa 150% do valor utilizado pelas visitantes. Assim, deduzimos que a falta de interesse das visitantes em chegar até o turismo de São Vicente, em primeiro momento, é por sua visita estar centrada totalmente em ver o ente preso e, segundo, pelo valor superar o gasto médio da visitação prisional.

Qualquer viagem está relacionada a investimentos e a preparo financeiro. Pode acontecer de um familiar não ter condições financeiras de concluir a visita e, justamente nesse momento, o Primeiro Comando da Capital – PCC, a associação criminosa, ajuda as famílias de seus membros a comprar cestas básicas, como visto em Alencar (2017) e Cerioni (2017a; 2017b). Assim, eles também podem financiar parcial ou totalmente viagens prisionais.

Volto aqui uma curiosidade sobre o estudo feito em Presidente Bernardes que confirma essa ideia. Alguns visitantes colocam o nome em uma fila que oferece transporte gratuito, cujo planejamento, logística e regras são estabelecidos pela guia do ônibus (visitante experiente responsável pelo ônibus). Sabe-se que a associação criminosa pagava os ônibus para levar seus parentes nesse município (FARIAS, 2019). Não foi possível apurar se o dinheiro atribuído aos visitantes de São Vicente é delas ou se é financiado com base na situação descrita.

Algumas variáveis levaram a um repensar da estrutura do estudo e à reestruturação de algumas de suas partes. Algumas delas foram decorrentes da pandemia causada pelo vírus

covid-19, que desencadeou fatores como o encerramento, a suspensão das viagens tradicionais e prisionais e a falta de informação sobre os eventos em São Vicente, que dificultaram o planejamento de uma viagem. Com isso, surgiu a necessidade de a pesquisa se adequar a essa realidade, ajustando os objetivos específicos e agregando novos.

Amarrar o estudo prisional com as questões turísticas não é uma tarefa fácil; gera estranhamento associar ambas terminologias. Embora as visitantes deste estudo não frequentem o turismo do município, há serviços dispostos a atender a essa demanda e, assim, esse fenômeno se diferencia de um lugar para o outro. Cada polo de turismo sócio-familiar prisional em São Paulo e também em outros estados possui suas próprias características.

Com isso, como possíveis indicações de estudo dentro desse universo, primeiro destaco compreender a dinâmica de visitação em presídios femininos. Além disso, deve-se pensar no segundo sujeito mais envolvido dessa dinâmica, os próprios comerciantes das barracas, a fim de realizar um trabalho etnográfico e investigativo com eles.

Como possível referencial de pesquisa nesse universo, enfatizo, primeiramente, a compreensão da dinâmica da visitação em presídios femininos. Não há muitas unidades prisionais para mulheres, mas a Secretaria de Administração Penitenciária informa quantas e onde estão sendo destruídas. Além disso, não se deve esquecer a população LGBTQIA+ e, por isso, levanta-se o questionamento: como se desenvolve a visita social ou íntima desse grupo dentro do universo carcerário dos gêneros masculino-feminino?

## REFERÊNCIAS

- A CARA do Crime (Nós Incomoda). Intérpretes: MC Poze do Rodo, Bielzin, PL Quest, MC Cabelinho. Composição: MC Poze do Rodo, Bielzin, PL Quest, MC Cabelinho. *In: A CARA do Crime (Nós Incomoda)*. Autoria: MC Poze do Rodo, Bielzin, PL Quest, MC Cabelinho. [S. l.]: Neobeats, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/2PRAiVs3MVc>. Acesso em: 26 maio. 2023.
- ADORNO, L. Covid-19 infectou 75% das prisões de SP: mortes ocorreram em 24 cadeias. **UOL**, São Paulo, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/20/covid-19-infectou-75-das-prisoas-de-sp-mortes-ocorreram-em-24-cadeias.htm>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA – AGEM. **Finalidade AGEN**. 2021. Disponível em: <https://www.agem.sp.gov.br/finalidade-agem/>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- ALENCAR, C. A prisão recém-inaugurada de São Vicente que corre o risco de ficar vazia. **Revista Veja**, São Paulo, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-prisao-recem-inaugurada-de-sao-vicente-que-corre-o-risco-de-ficar-vazia/>. Acesso em: 17 maio. 2022.
- ALENTEJANO, P. R. R. Espaço, território e região: uma tentativa de conceituação. **Caderno Prudentino de Geografia**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 7-37, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7317>. Acesso em: 25 out. 2022.
- ALVES, E. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**: coletânea de artigos revistos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 181p. ISBN: 85-7383-382-3.
- ALVES, L. Redes sociais: uma busca pela temática na área da geografia. *In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica*, 5., 2010, Campo Mourão, Paraná. **Anais...** Paraná: FELCICAM, 2010. s/p. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_v\\_epct/PDF/ciencias\\_sociais/01\\_ALVES.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_sociais/01_ALVES.pdf). Acesso em: 30 jun. 2021.
- AMARAL, C. do P. Prisões desativadas, museus e memória carcerária. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 113, p. 289-334, dez. 2016.
- ANDRADE, C. C. de *et al.* **O desafio da reintegração social do preso**: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais. Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015. ISSN 1415-4765. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8181-td2095.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ARRUDA, R. F. de. As territorialidades na vida cotidiana de uma unidade prisional. **Observatório Geográfico América Latina**, [s. l.], p. 1-18, 2014. Disponível em: [http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografi\\_aespacial/12.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografi_aespacial/12.pdf). Acesso em: 26 out. 2021.

ASSUNÇÃO, C. Com quase 887 mil presos, Brasil desconhece extensão da covid-19 nas prisões. **Brasil de Fato**, [s. l.], 14 out. 2020. Rede Brasil Atual. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/14/com-quase-887-mil-presos-brasil-desconhece-extensao-da-covid-19-nas-prisoas>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BARBOSA, L. G.; GONÇALVES, D. A paisagem em Geografia: diferentes escolas e abordagens. **Élisée - Revista De Geografia Da UEG**, v. 3, n. 2, p. 92-110, 29 jan. 2015. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3122>. Acesso em: 26 maio. 2023.

BARROS, J. D. Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 493-504, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v29n2.81618>.

BASSANI, F. Amor-bandido: cartografia da mulher no universo prisional masculino. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 261-280, 2011.

BEDIM, B. P. Turismo, espaço e tempo social: acepções teóricas da modernidade em movimento. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 4, p. 07-22, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13234>. Acesso em: 2 fev. 2022.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2006.

BENI, M. C. Turismo e COVID-19: algumas reflexões. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 12, n. 3, Especial Covid-19, p. 1-23, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a02>. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/58696/turismo-e-covid-19--algumas-reflexoes>. Acesso em: 09 jan. 2022.

BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6564/5610>. Acesso em: 26 maio. 2023.

BOAVENTURA SANTOS, B. de S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2020.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. [Lei de Execução Penal – LEP (1984)]. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília-DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em 26 maio. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília-DF: Presidência da República,

[2010]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm). Acesso em 26 maio. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. **13º Ciclo - INFOPEN**. Brasília: SISDEPEN, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/15626/14158/0>.

CARVALHO FILHO, L. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CERIONI, C. De messageiras a tesoureiras, o que fazem as mulheres do PCC. **Exame**, [s. l.], 4 fev. 2017a. Disponível em: <https://exame.com/brasil/de-messageiras-e-tesoureiras-o-que-fazem-as-mulheres-do-pcc/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

CERIONI, C. PCC dá alimento a famílias de filiados. **Exame**, [s. l.], 4 fev. 2017b. Disponível em: <https://exame.com/brasil/de-messageiras-e-tesoureiras-o-que-fazem-as-mulheres-do-pcc/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 11-45, 2013. DOI: 10.1590/S0101-47142013000200002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/80840>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Monitoramento Casos e Óbitos Covid-19. **Boletim de monitoramento epidemiológico**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/01/Monitoramento-Casos-e-%C3%93bitos-Covid-19-20.1.21-Info.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CRUZ, R. de C. A. da. Colaboradores: André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina, Rodolfo Pereira das Chagas. **Geografia do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, R. de C. A. da. Impactos da pandemia no setor de turismo. **Jornal da USP**, São Paulo, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/impactos-da-pandemia-no-setor-de-turismo/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

DEUS, G. da M. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. v. 129. Edições do Senado. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2010. 222 p.

DIAS, R.; CASSAR, M. **Fundamentos do Marketing Turístico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FARIAS, J. P. B. de; RIBEIRO, R. M.; VAZ PIMENTEL, J. M. Entendendo o fenômeno do

turismo sociofamiliar prisional: um estudo de caso em Presidente Bernardes (SP). **Revista Turismo & Cidades**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 35–59, 2021. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/16319>. Acesso em: 26 maio. 2023.

FARIAS, J. P. B de. **Visitação carcerária e sua relação com o turismo**: o caso de Presidente Bernardes. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Câmpus de Rosana, Rosana, 2019.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes\\_2008.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf). Acesso em: 26 maio. 2023.

FERRAZ, C. P. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, jun./set. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/viewFile/44648/pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

FERREIRA, D. F. S. **O contributo das redes sociais para a experiência em turismo**. 2012. 78f. Dissertação (Mestrado em Marketing) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3170/1/O%20contributo%20das%20redes%20sociais%20para%20a%20experi%C3%Aancia%20em%20turismo.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p. 87-96, nov. 2014.

GEBERA, O. W. T. La netnografía: un método de investigación en Internet. **EDUCAR**, Barcelona v. 42, p. 81-93, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3421/342130831006.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2023.

GIL, A. C. **Metodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GONDIM, C. B.; BOLZÁN, R. E.; ESPÍNOLA, R. S.; ALEXANDRE, M. L. de O. Netnografia como Método de Pesquisa em Turismo: análise de estudos de Pós-Graduação no Brasil. **Revista Turismo Em Análise**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 19-36, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i1p19-36>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/160658>. Acesso em: 26 maio. 2023.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. *In*: DAVIS, M. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. São Paulo: Terra sem Amos, 2020. 48p.

HOCHMAN, G. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 375-386, fev. 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/23969>. Acesso em: 19 jan. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH – HRW. **O Brasil atrás das grades**. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/presos/sistema.htm>. Acesso em: 15 maio. 2022.

ILUSÃO (Cracolândia). Intérpretes: Alok, MC Hariel, MC Davi, MC Ryan SP, Salvador da Rima e Djay W. Composição: Alok, MC Hariel, MC Davi, MC Ryan SP e Salvador da Rima. *In: ILUSÃO (Cracolândia)*. Autoria: Alok, MC Hariel, MC Davi, MC Ryan SP, Salvador da Rima e Djay W. [S. l.]: GR6 Filmes, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/5LqeD-m7Iho>. Acesso em: 26 maio. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados, São Vicente (SP)**. Brasília, DF: IBGE, 2021.

INSTITUTO PÓLIS. **Litoral sustentável**: Desenvolvimento com inclusão social. Resumo executivo de São Vicente. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Resumo-Executivo-SAO-VICENTE-Litoral-Sustentavel.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2021.

JAKOB, A. A. E. As mudanças sócio-espaciais na Ilha de São Vicente nos anos 1990 e a possibilidade de novas regionalizações por meio de análises intra-urbanas. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu, ABEP, 2004. p. 1-20. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1283/1247>. Acesso em: 10 abr. 2022.

JESUS FILHO, J. de. **Administração Penitenciária**: o controle da população carcerária a partir da gestão partilhada entre diretores, judiciário e facções. 2017. 236f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18432>. Acesso em: 26 maio. 2023.

JÚNIOR, J. H. Z. Modernizações seletivas e os circuitos espaciais da economia urbana: cidades e prisões no atual período tecnológico. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 2, p. 211-226, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193138485006>. Acesso em: 26 maio. 2023.

KINNER, S. A. *et al.* Prisons and custodial settings are part of a comprehensive response to COVID19. *Lancet Public Health*, v. 5, n. 4, p. 188-189, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667\(20\)30058-X/fulltext#articleInformation](https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667(20)30058-X/fulltext#articleInformation). Acesso em: 9 jan. 2022.

LANÇA, M. A. São Vicente, a primeira Vila do Brasil. **PosFAUUSP**, [s. l.], n. 17, p. 102-115, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i17p102-115>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43403>. Acesso em: 26 maio. 2023.

LEME, P. T. de A. P. **História da capitania de São Vicente**. Edições do Senado Federal v. 25. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2004. 150 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1087>. Acesso em: 26 maio. 2023.

LIMA, J. F. de. **Mulher fiel**: etnografia do amor nas prisões do PCC. São Paulo: Alameda Editorial, 2015. 202p.

LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

LUNA, D. Gasolina bate novo recorde e já custa R\$ 8,59 o litro em alguns postos de SP. **CNN Brasil**, [s. l.], 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/gasolina-bate-novo-recorde-e-ja-custa-r-8599-o-litro-em-alguns-postos-de-sp/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MACEDO, M. Ciclo da cana de açúcar. **Educa+Brasil**, [s. l.], 23 dez. 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclo-da-cana-de-acucar>. Acesso em: 25 maio. 2022.

MALAVÉ, M. M. **O papel das redes sociais durante a pandemia**. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, [s. l.], 18 maio. 2020. FIOCRUZ. Disponível em: <http://157.86.6.63/index.php/8-noticias/675-papel-redes-sociais>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MARIANA Weickert conhece famílias de detentos. Realização de Rede Bandeirantes. São Paulo: Bandeirantes, 2015. (7 min.), son, color. Legendado. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/videos/1-mariana-weickert-conhece-familias-de-detentos-15455969>. Acesso em: 2 set. 2021.

MEMÓRIA DO TRANSPORTE BRASILEIRO. **Porto das Naus**. 2020. Disponível em: <https://memoriadotransporte.org.br/galeria/porto-das-naus/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MESQUITA, R. F. de *et al.* Do espaço ao ciberespaço: sobre etnografia e netnografia. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 134-153, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2998>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362018000200134&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362018000200134&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 maio. 2021.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI: 10.11606/D.8.2006.tde-25062007-140750. Acesso em: 21 out. 2022.

MOSCHETTO, F. C.; SANTOS, G. E. O. Turismo sócio-familiar prisional: um estudo preliminar. **Sinergia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 53-56, jan./jun. 2010.

MURÇA, G. Atualidades Enem: crise do sistema penitenciário brasileiro. Crise do sistema penitenciário brasileiro. **Quero Bolsa**, [s. l.], 6 ago. 2019. Vestibular e Enem. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/atualidades-enem-crise-do-sistema-penitenciario-brasileiro>. Acesso em: 21 jan. 2021.

NOVO, C. B. M. C.; SILVA, G. T. **Planejamento e organização do turismo**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 55 p.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL – OKBR. **Relatório de Atividades 2020**. Disponível em: <https://ok.org.br/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-okbr-2020-vfinal.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2023.

PARREIRA, S. B. dos S.; ENOQUE, A. G.; LOBODA, C. R. Conjuntos habitacionais e segregação laboral: um possível diálogo. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 34-46, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/51013>. Acesso em: 10 maio. 2022.

PEREIRA, E. C.; ALONSO, A. M. A Crise no Sistema Carcerário Brasileiro. **Âmbito jurídico**, [s. l.], jul. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-crise-no-sistema-carcerario-brasileiro/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PERUGORRÍA, C. A. F. **São Vicente Primeiros Tempos**. Prefeitura de São Vicente: s/d. Disponível em: <https://www.saovicente.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=1907>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PROENÇA, W. de L. O Método da Observação Participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revistas Aulas**, [s. l.], n. 4, p. 1-24, abr./jul. 2007. Disponível em: [https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4\\_23.pdf](https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf). Acesso em: 22 maio 2021.

SÃO VICENTE. **Plano Diretor de Turismo**: diagnóstico turístico. v. 4. São Vicente: Prefeitura Municipal de São Vicente / URBATEC, 2018. Disponível em: <https://www.saovicente.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=935>. Acesso em: 18 maio 2022.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 191 p.

REOLON, C. A.; SOUZA, V. de. A teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos: subsídios para uma discussão. **Formação (Online)**, [s. l.], v. 2, n. 12, 2012. DOI: 10.33081/formacao.v2i12.1144. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1144>. Acesso em: 21 out. 2022.

ROCHA, L. O que são ondas da Covid-19 e por que o Brasil pode estar diante da terceira. **CNN**, São Paulo, 3 maio. 2021a. Saúde. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/o-que-sao-ondas-da-covid-19-e-por-que-o-brasil-pode-estar-diante-da-3/>. Acesso em: 15 set. 2021.

ROCHA, P. Quanto custa viajar para Praia Grande – SP. **Viajando com a Mala Rosa**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <https://shre.ink/cxgd>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SABAINI, R. T. **Uma cidade entre presídios**: ser agente penitenciário em Itirapina-SP. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14012013-135107/>. Acesso em: 16 ago. de 2021.

SANTOS, A. C. dos. **Vagabundos e criminosos**: o trabalho como mecanismo de poder e índice de criminalização no discurso jurídico-penal. 2016. 162f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

SANTOS, D. D. dos. (Org.). **História de São Vicente**: do porto dos escravos ao porto das indústrias. do Porto dos Escravos ao Porto das Indústrias. [S. l.]: Instituto Histórico e Geográfico de Praia Grande-IHGPG, 2019. Disponível em: [11nq.com/ld9dI](http://11nq.com/ld9dI). Acesso em: 23 jan. 2023.

SANTOS, F. R. dos. Pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa em geografia: apontamentos para reflexão. Apontamentos para reflexão. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 3, p. 31-49, jul./dez. 2020. ISSN: 2176-5774. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6696/5719>. Acesso em: 28 maio. 2021.

SANTOS, G. C. de O. *et al.* As redes sociais e o turismo: uma análise do compartilhamento no Instagram do Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 7, n. 2, p. 60-85, maio./ago. 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/3126/2652>. Acesso em: 1 jul. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

SANTOS, T. F.; ANDREONI, S.; SILVA, R. de S. e. Prevalência e características de mulheres com aborto provocado - Favela México 70, São Vicente - São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, n. 1, p. 123-133, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/DP3v3HVRgnBMjthdxhnBv5Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2022.

SÃO PAULO. **Decreto nº 52.576, de 12 de dezembro de 1970**. Dispõe sobre as regiões que deverão ser adotadas pelos órgãos da Administração Pública. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [1970]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1970/decreto-52576-12.12.1970.html>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SÃO PAULO. **Lei complementar nº 815, de 30 de julho de 1996**. Cria a Região Metropolitana da Baixada Santista e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, a criar entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, e dá

providências correlatas. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [1996]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1996/original-lei.complementar-815-30.07.1996.html>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SÃO PAULO. **Lei complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015**. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. Atualizada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17 de março de 2023. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [2015]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, [s. l.], ano 10, v. 2, n. 18. p. 24-42, 2008. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acesso em: 21 set. 2022.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP. **Conexão Familiar**. Governo do Estado de São Paulo, Santana, 2021a. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen-.html>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP. **Informações para visitantes**. Governo do Estado de São Paulo, Santana, 2022. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/visitantes-informacoes.html>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP. **Unidades prisionais**. Governo do Estado de São Paulo, Santana, 2021b. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen-.html>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SILVA, D. L. da. A favela que se tornou bairro. **Jornal Retrato**, Faculdade de Artes e Comunicação da UNISANTA, [s. l.] nov. 2009. p. 8. Disponível em: <https://issuu.com/robsonlagesdeandrade/docs/jornal>. Acesso em: 6 jun. 2022.

SILVA, R. C. N.; MACÊDO, C. de S. Cidade e Meio Ambiente. *In*: SILVA, R. C. N.; MACÊDO, C. de S. **Geografia Urbana**. [S. l.]: UFRN / UEPB, 2009. Aula 06, p. 1-20. Disponível em: <https://zykonn.files.wordpress.com/2017/11/geografia-urbana.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SILVA, R. R. T. da. **O Circuito inferior da economia urbana em Mossoró**: a dinâmica do comércio ambulante. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, T. L. de P. **“Turismo penitenciário”**: economia e prisão na consolidação de uma prática de mercado. 2019. 165f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/b7w7ZRM8dhjsnf5SBMLmY3j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SILVESTRE, G. **Dias de visita**: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina. 2011. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SIQUEIRA, M. E. de S. A. **Turismo e favelas**: necessidades e possibilidades: o caso da urbanização da favela do Dique Sambaiatuba, em São Vicente (Baixada Santista - São Paulo). 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.8.2007.tde-18102007-141749. Acesso em: 21 out. 2022.

SOUZA, S. L. de. A pobreza e os dois circuitos da economia urbana: reflexões teóricas. *In*: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., 2014, Vitória-ES. **Anais...** Vitória: Congresso Brasileiro de Geógrafos, p. 1-11. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404151431\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_CBG.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404151431_ARQUIVO_Artigo_CBG.pdf). Acesso em: 14 jan. 2023.

TEIXEIRA DA SILVA, R. H.; VERDUGO, K.; ANTUNES, L.; ALVES, M. C. Patrimônio Carcerário e Turismo: Trilhando Novos Caminhos. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 13, n. 2, p. 308-324, 2021.

TELES, R. **Fundamentos geográficos do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WINKIN, Y. **A nova comunicação**: Da teoria ao trabalho de campo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Preparedness, prevention and control of COVID-19 in prisons and other places of detention**. Regional Office for Europe. Copenhagen: WHO, 2020.

**APÊNDICE A – Questionário aplicado com as visitantes**

**Pesquisa São Vicente (SP) – Visitantes/Guerreiras 03/2022**

1. Qual é a sua idade? \*
  - a) 18-25
  - b) 26-34
  - c) 35-42
  - d) 43-50
  - e) Outro: \_\_\_\_\_
  
2. De qual cidade está vindo? \*
 

\_\_\_\_\_
  
3. Qual o seu grau de parentesco com o detento (a)? \*
  - a) Familiar
  - b) Conjugê
  - c) Namorado (a)
  - d) Amizade
  
4. Qual penitenciária você está indo? \*
  - a) Penit. I Geraldo de Andrade
  - b) Penit. II de São Vicente
  - c) Centro de Detenção Provisória de São Vicente
  - d) Penitenciária Feminina São Vicente Sp
  
5. Durante o auge da pandemia, qual era a modalidade de visita que você realizava? \*
  - a) Visitas Virtuais
  - b) Correspondência Virtual
  
6. Durante os dias da visita, você costuma dormir em São Vicente? \*
  - a) Sim
  - b) Não
  
7. Durante os dias da visita, você costuma ir à praia? \*
  - a) Sim
  - b) Não
  
8. Quantas vezes já esteve aqui?
 

\_\_\_\_\_
  
9. Quantas vezes ao mês você costuma realizar visita?
 

\_\_\_\_\_
  
10. Qual é o meio de transporte utilizado para chegar em São Vicente?
  - a) Automóvel próprio
  - b) Ônibus de linha
  - c) Ônibus fretado
  - d) Van fretada
  - e) Outro: \_\_\_\_\_
  
11. Em relação a sua alimentação, onde você adquiriu refeições?
 

\_\_\_\_\_
  
12. Os mantimentos que você coloca no jumbo (alimentos e higiene pessoal), você compra-os em São Vicente?
  - a) Sim
  - b) Não
  
13. Qual é na média aproximadamente o valor gasto nas viagens para realizar a visita?
  - a) R\$ 1 - 100
  - b) R\$ 101 - 200
  - c) R\$ 201 - 300
  - d) R\$ 301 - 400
  - e) R\$ 401 - 500
  - f) Outro: \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE B – Perguntas encaminhadas à comerciante**

1 - Você monta a barraca em qual dia da semana?

a) Somente no sábado b) Somente no domingo c) No final de semana.

2 - Qual foi sua motivação (surgiu a ideia) para montar a barraca próximo às unidades prisionais?

3 - Há quanto tempo você trabalha com a barraca?

4 - Em média, quantas visitantes frequentam a barraca semanalmente? E mensalmente?

5 - Quais são os produtos mais vendidos?

6 - Você possui outras fontes de renda?

7 - Você tinha a barraca antes do início da pandemia (março de 2020)?

8 - Poderia me dizer se a suspensão das visitas (por conta da pandemia) interferiu na lucratividade da sua barraca?